

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

JOICE SOUSA COSTA

**VELHICE, IDEOLOGIA E CRÍTICA:
UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO, PROTAGONISMO E
EMPODERAMENTO DOS (AS) VELHOS (AS) NOS ESPAÇOS DAS
CONFERÊNCIAS**

**FRANCA
2015**

JOICE SOUSA COSTA

**VELHICE, IDEOLOGIA E CRÍTICA:
UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO, PROTAGONISMO E
EMPODERAMENTO DOS (AS) VELHOS (AS) NOS ESPAÇOS DAS
CONFERÊNCIAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade Linha de Pesquisa: Serviço Social: Formação e Prática profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Nanci Soares

FRANCA

2015

Costa, Joice Sousa.

Velhice, ideologia e crítica : uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços conferências / Joice Sousa Costa. – Franca : [s.n.], 2015.

166 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Nanci Soares

1. Serviço social com idosos. 2. Envelhecimento. 3. Ideologia.
I. Título.

CDD – 362.5

JOICE SOUSA COSTA

**VELHICE, IDEOLOGIA E CRÍTICA:
A ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO, PROTAGONISMO E
EMPODERAMENTO DOS (AS) VELHOS (AS) NAS ESPAÇOS DAS
CONFERÊNCIAS**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração:
Serviço Social: Trabalho e sociedade**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Nanci Soares

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca SP, ____ de _____ de 2015.

Especialmente à Luis e Joana, meus pais, mestres, minha direção.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos se dirigem para aquele que tudo sabe, tudo cria e nos ama acima de tudo, Deus. Muito obrigada por me oferecer coragem para enfrentar os desafios cotidianos, trazer perseverança para minha vida e alegria para lutar, obrigada por concretizar o impossível em mim, à minha mãe Maria, por interceder na abertura de caminhos e trazer sua docilidade nos momentos de aflição.

Aos meus pais, Luis e Joana, meus exemplos de luta, agradeço todos os dias a Deus por ter ao meu lado pessoas como vocês, obrigada por cada sorriso e cada palavra de incentivo. Amo vocês!

Obrigada Felipe, como é rica nossa vida! Compartilhamos tantos sentimentos nesse período, construímos nossa história de amor. Devo agradecer toda a compreensão, companheirismo, paciência e amor desprendidos.

À minha família ampliada que sempre acreditou em mim. Obrigada pelo apoio que recebi desde os conselhos, nos sorrisos, nas alegrias e nos momentos mais difíceis. Obrigada por trazerem esperança e alegria para minha vida.

À Profa. Dra. Nanci Soares, orientadora desse trabalho, que não só me orientou, mas me encorajou a trilhar novos caminhos. Obrigada pela paciência, pelo tempo dedicado a essa sua orientanda e por ter me proporcionado um momento tão intenso de aprendizado. Cada um que passa por nossa vida deixa marcas que o tempo não apaga, pois tudo fica guardado na memória e no coração, agradeço a oportunidade de ter conhecido você um exemplo de humanidade, pluralismo, crítica, humildade e carinho para com seus alunos, que no final se tornam filhos. Obrigada.

De modo especial, agradeço à minha eterna *teacher* Nádia Rheda e a Consuelo Aylon.

A todos meus amigos que distantes ou perto e até na modalidade virtual, me proporcionam tantas alegrias, especialmente, Ellen, Thiago, Maicow, Helena, Jaíne, Laís, Cristiane, Denise e Bárbara obrigada por serem esses anjos, cada um em seu modo agregam momentos inesquecíveis e especiais na minha vida. De modo geral, a turma de mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação do ano de 2014. Além disso, dirijo meus agradecimentos a toda equipe da Universidade Aberta à Terceira Idade: Ana Luiza, Gabrielle, Natália, Taiane e Solange.

À minha banca de qualificação composta por Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira e Profa. Dra. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, que deram contribuições valiosas e fundamentais para a construção desta investigação. E de modo especial, àqueles amigos e familiares que compareceram nesse momento.

Enfim, agradeço a todas as pessoas envelhecidas, protagonistas do nosso tempo e trabalhadores que de modo tão sublime me despertaram para a necessidade de estudo sobre esse tema por meio da história de vida de cada um.

Paciência

*Mesmo quando tudo pede
Um pouco mais de calma
Até quando o corpo pede
Um pouco mais de alma
A vida não para...
Enquanto o tempo
Acelera e pede pressa
Eu me recuso faço hora
Vou na valsa
A vida é tão rara...
Enquanto todo mundo
Espera a cura do mal
E a loucura finge
Que isso tudo é normal
Eu finjo ter paciência...
O mundo vai girando
Cada vez mais veloz
A gente espera do mundo
E o mundo espera de nós
Um pouco mais de paciência...
Será que é tempo
Que lhe falta pra perceber?
Será que temos esse tempo
Pra perder?
E quem quer saber?*

(Lenine e Dudu Falcão)

COSTA, Joice Sousa. **Velhice, ideologia e crítica**: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços das conferências. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

Este trabalho analisa as produções sociais dos estereótipos sobre o processo de envelhecimento e velhice na contemporaneidade, destacando sua influência na participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços das conferências de direito. Para tanto, se fez necessário compreender criticamente as produções sociais sobre o processo de envelhecimento e velhice sob a perspectiva da totalidade, debatendo sobre a veiculação ideológica dessas produções no cotidiano e discutindo o papel político das conferências, nos atentando para a análise da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca (SP). O método eleito é o materialismo histórico-dialético, que permite a apreensão das contradições do movimento do real. A pesquisa é do tipo documental, pois busca a análise do regimento e do relatório final da referida conferência municipal. A abordagem é qualitativa. A análise dos dados apreendidos se deu pela análise de conteúdo. Os resultados desta investigação indicam que há um discurso ideológico que remete à homogeneização da velhice que procura ocultar as mazelas sociais condicionadas pelo modo de produção capitalista, e que essa mesma ideologia perpassa as concepções sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as), trazendo-os para a perspectiva reducionista e de cunho individualista, fato esse que impacta diretamente o movimento idoso que, nas conferências, construiu um debate frutífero sobre os direitos sociais e os serviços, entretanto, esse processo que preza pela privatização das lutas sociais vem influenciando o movimento idoso buscando desmobilizá-lo, embora, pela análise da conferência municipal tenhamos identificado o distanciamento entre as propostas e os temas da conferência que indica a resistência do movimento idoso.

Palavras-chave: protagonismo. empoderamento. conferências. participação. velhice.

COSTA, Joice Sousa. **Aging, ideology and criticism:** an analyzes about the participation, leadership and empowerment of old people in conferences spaces. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

ABSTRACT

This work analyzes the social productions of stereotypes about aging process and AGING, in contemporary times, highlighting its influence in participation, leadership and empowerment of old people in conferences spaces of rights. for this purpose, it was necessary a critical understanding about the social productions of aging process and old age in the whole perspective, debating about the ideological placement in the production in quotidian and we argue the political function of lectures, mainly because we analyze the I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa at Franca- SP. we used the dialectical historical materialism method that enables the contradictory apprehensions of the movement of reality. the research is documental type, because it analyzes the internal regulation and final report of I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa at Franca- SP. . we used qualitative approach. for the analysis of data we use the method called content analysis. the results of this research indicate that there is an ideological political speech that consigns to the homogenization of old age and it tries to hide the social exclusion conditioned by the capitalism system and this same ideological passes by the concepts about participation, leadership and empowerment of old people, and they have been understood by the reduction and individualism perspective, a fact that impacts directly in aging movement that in lectures built a fruitful discussion about rights and services, however, this process that values to privatization of social struggles has been influencing the old age movement, trying to demoralize old people, although, in municipal lecture analysis we have identified the distance between the proposes and the theme of lecture that indicates strength of the aging

Keywords: old age. participation. leadership. empowerment. conferences.

LISTA DE SIGLAS

AME	Ambulatório Médico de Especialidades
AME	Assembleia Mundial sobre Envelhecimento
ANG	Associação Nacional de Gerontologia Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAIS-MENTAL	Centro de Atenção Integral à Saúde Mental
CAPS	Caixa de Aposentadoria e Pensões
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
COMUTI	Conselho Municipal da Terceira Idade
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRI	Centro de Referência do Idoso
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPI	Educação da Pessoa Idosa
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPS	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILPIs	Instituições de Longa Permanência
INPS	Instituto de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MST	Movimento Sem Terra
NASF	Núcleo de Assistência à Saúde da Família
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PID	Programa de Internação Domiciliar
PNI	Política Nacional do Idoso

PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSF	Programa Saúde da Família
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
SESI	Serviço Social da Indústria
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNAT	I Universidade Aberta à Terceira Idade
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VCPI	Violência Contra a Pessoa Idosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO E VELHICE SOB O TECIDO DO CAPITAL	18
1.1 A visão de totalidade: construção histórica-social, filosófica-política e sua importância para a análise do processo de envelhecimento e velhice	19
1.2 Entre projeções e tendências: o processo de envelhecimento humano sob a discussão social crítica.	27
1.3 Os olhares sobre processo de envelhecimento e velhice: o discurso ideopolítico do “problema social” versus a velhice como uma conquista social	37
CAPÍTULO 2 IDEOLOGIA E COTIDIANO: AS PRODUÇÕES SOCIAIS DA VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE	45
2.1 Reflexões sobre a esfera do cotidiano e ideologia, como elementos de produção e reprodução do capital	46
2.2 Ideologia e cotidiano: as produções sociais do processo de envelhecimento e velhice na contemporaneidade.....	53
2.2.1 A imagem negativa da velhice: da ideia de improdutividade à perspectiva da miséria.	55
2.2.2 A imagem positiva do processo de envelhecimento e velhice: a “boa” velhice no tempo e espaço do capital.....	62
2.3 A defesa da heterogeneidade das velhices: centralidade da luta de classes ..	69
CAPÍTULO 3 PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DOS (AS) VELHOS (AS) E AS INTERFACES COM A ANÁLISE DOCUMENTAL NO ESPAÇO DAS CONFERÊNCIAS	74
3.1 Protagonismo, participação social e empoderamento: a construção do debate crítico.....	75
3.2 Movimento idoso da “conspiração do silêncio” ao protagonismo político: a historicidade da conquista do direito da participação dos (as) velhos (as)	86

3.3 As conferências nacionais dos direitos da pessoa idosa: algumas interpelações das deliberações	94
3.4 A análise do regimento interno e o relatório da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em Franca-SP: “Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa- por um Brasil de todas as idades”	107
3.4.1 Procedimentos metodológicos.	107
3.4.2 Desvendado os lócus de pesquisa: territorialização e particularidades do município de Franca-SP.	109
3.4.3 Algumas considerações sobre a I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca.	112
3.4.4 Análise do Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca.	113
3.4.5 Análise do Relatório Final da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca: propostas e sugestões	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	
ANEXO A - PUBLICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE FRANCA- RESOLUÇÃO Nº06/2015	146
ANEXO B - RESPOSTA DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA	149
ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA	150
ANEXO D - MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.....	152
ANEXO E - REGISTRO DO RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSAS DE FRANCA - 2015.....	158

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade discorrer sobre o processo de envelhecimento e velhice soa como um desafio, justamente por ser um fenômeno heterogêneo, multifacetado e complexo. Enfatizamos que o processo de envelhecimento se dá ao longo da vida humana e a velhice é uma fase demarcada socialmente, isto é, uma construção social e, conseqüentemente, vem permeada de valores que são condicionados pelo tempo e espaço, especialmente se circunscrevermos a velhice no modo de produção capitalista.

Assim, sob a sociabilidade do capital a velhice da população vem se consolidando como uma conquista humana, entretanto, essa fase da vida resguarda e reflete as expressões do embate entre capital e trabalho. Ou seja, apesar de a velhice da população ser um triunfo contraditoriamente ela também é um desafio, por ser fenômeno mediatizado por questões intrínsecas da sociedade: a exploração e a desigualdade social. Apesar de muitos estudiosos e documentos oficiais afirmarem que o envelhecimento populacional é fato consolidado em âmbito mundial, frisamos que ele não se concretizou nos países de capitalismo periférico, marcados pelo imperialismo e exploração. Os sistemas de Estados de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central foi um dos grandes responsáveis por concretizar o envelhecimento do perfil demográfico, por se tratar da efetivação de políticas públicas nos diversos aspectos da vida social.

No entanto, esse sistema de seguridade social também só foi mantido pela exploração dos países do dito “terceiro mundo”, podemos, afirmar toda a contradição deste processo de envelhecimento das populações.

Para, além disso, na atualidade, são veiculadas várias ideias sobre o processo de envelhecimento e velhice, que germinam tanto das matrizes conservadoras quanto das revolucionárias. Assim, as compreensões sobre do pensamento neoliberal-burguês que tratam a velhice do perfil populacional como um “problema social”. Os discursos ideopolíticos disseminados nos complexos sociais abordam a necessidade de repensar o sistema previdenciário, o ataque também incide sobre o direito à saúde e principalmente há uma tendência de “reprivatização” do processo de envelhecimento e velhice — fruto do individualismo — culpabilizando os velhos ou suas famílias pelas suas condições de vida.

Até mesmo as conquistas dos (as) velhos (as) das frações de classe trabalhadora encontram-se em risco, com a expansão e ampliação do ideário neoliberal. Sob esse prisma, o real o processo de envelhecimento e velhice da

classe trabalhadora é mistificado pela pseudovalorização do velho, a ponto de, na verdade, o segmento idoso aos olhos do sistema capitalista, compõe apenas o exército industrial de reserva ou um novo nicho de mercado, sendo assim, a velhice do velho trabalhador continua a evidenciar a exploração do trabalho, a expropriação das riquezas e do tempo de vida dos sujeitos sociais.

Essa pseudovalorização do segmento idoso também se faz presente nas políticas públicas, porque atualmente privilegiam-se a adoção de um estereótipo positivo da velhice, que idealiza as possibilidades individuais e nega os desafios políticos que a vivência da velhice na sociedade capitalista impõe aos sujeitos sociais. Isto posto, a qualidade de vida na velhice aparece não como um resultado das condições de vida, mas sim uma questão de escolha.

Ora, compreender o processo de envelhecimento e velhice demanda uma visão crítica que ultrapasse o imediatamente dado. A nossa visão sobre o processo de envelhecer é formada a partir das nossas experiências pessoais que são influenciadas pelos complexos sociais, que formam opiniões acerca da velhice, definindo modos de ser e agir, ou seja, o processo de envelhecimento e velhice é permeado pela ideologia dominante.

Desse modo, para se desvelar as produções sociais dos estereótipos da velhice é de primor articular as reflexões que unem a historicidade, o elemento crítico e o caráter de totalidade das relações sociais. Justamente, porque o processo de envelhecimento e velhice se dá em um determinado contexto político, econômico e social, que engendra nos sujeitos sociais a concepção do que deve ser e como se comportar nesta fase da vida.

Portanto, esta investigação inicia com a reflexão sobre a construção filosófica da categoria da totalidade, traçando os elementos principais desta concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético que direciona nosso trabalho. Logo, buscamos analisar o processo de envelhecimento demográfico sob o viés crítico, salientando a velhice e suas compreensões contraditórias tanto como “problema-social” e como conquista política. De maneira que nos reportamos às obras de Chauí (2000), Singer (2003), Coutinho (1996), Kosic (1976), Paulo Netto (2011), Beauvoir (1990) e Paiva (2014).

Como inferimos, a produção social sobre o processo de envelhecimento e velhice está permeada pela ideologia dominante que se concretiza nas ideias e concepções disseminadas no cotidiano dos sujeitos sociais, assim, vimos como

pertinente abordar os constructos sobre as esferas do cotidiano e ideologia, com a finalidade de, posteriormente, discutir as mudanças das produções sociais dos estereótipos sobre o processo de envelhecimento e velhice, de forma a destacar a conjuntura histórica em que essas aparentes transformações se dão.

Sendo que o caminho teórico se faz pela reflexão da imagem negativa do processo de envelhecimento e velhice, que tem na sua essência a ideia de improdutividade, adoecimento e marginalização social, especialmente, se circunscrevermos a discussão sob o advento do modo de produção capitalista. Em seguida, analisaremos criticamente a produção social da velhice sob o viés da imagem positiva que, na contemporaneidade, é altamente divulgada nos complexos sociais: o estereótipo do velho ativo, saudável, participativo e que mantém o seu aspecto jovial, fato esse que coisifica e mercantiliza essa fase da vida e extrai mais uma vez as possibilidades humanas. Sob essa reflexão crítica, entendemos que é importante ressaltar a necessidade de negar a homogeneização do processo de envelhecimento e velhice, direcionando nossa análise para a afirmação da heterogeneidade das velhices que pousa sobre as disparidades da luta de classes.

Para fundamentar nossa visão crítica sobre este tema, nos reportamos às discussões de Beauvoir (1990), Debert (1999), Haddad (1986/1993), Bosi (2003/1994), Bobbio (1997) Teixeira (2008/2009) e Paiva (2014), e para analisar a conjuntura social contemporânea desses discursos utilizaremos da obra de Paulo Netto e Braz (2012). E para fundamentar nossa análise sobre ideologia utilizaremos das obras de Iasi (2011), Chauí (2012) Marx (2013, 2008) e Duménil, Löwy e Renault (2011). O cotidiano será analisado sob o ponto de vista de Heller (2008) e Paulo Netto e Carvalho (2012).

Para desmistificar os ideais homogeneizadores e a pseudovalorização sobre o processo de envelhecimento e velhice, que na contemporaneidade vem acompanhado pela tríade: participação, protagonismo e empoderamento, iniciaremos a discussão buscando analisar os conceitos que perpassam as ideias de participação social, protagonismo e empoderamento, atentar-nos-emos para a “aparente” valorização da participação e protagonismo dos (as) velhos (as) em uma sociedade fundada no embate entre capital e trabalho, guiada pelo ideário neoliberal e individualizador. Buscamos analisar o movimento contrário: as mobilizações sociais do segmento idoso que afirma o potencial de protagonista crítico, participativo e questionador dos (as) velhos (as). Dessa forma, traçamos a trajetória

socio-histórica da luta política do grupo idoso coletivizou suas demandas e alcançou a garantia legal dos seus direitos sociais. Nossa discussão está baseada nas obras de Haddad (1986, 1993), Debert (1999), Gohn (2011, 2013), Luiz (2013), Demo (2001), Souza (2000), Abreu (2010) e Simionatto (1995).

Para a análise documental, buscamos identificar as principais demandas do movimento idoso por via dos espaços políticos e coletivos, assim, elegemos o estudo sobre as Conferências Nacionais de Direito das Pessoas Idosas, sublinhando as deliberações dos três eventos anteriores referentes aos anos de 2006, 2008 e 2011. Também entendemos como significativo abordar a reflexão crítica sobre as conferências que estão ocorrendo no ano de 2015 que possui como tema “Empoderamento e Protagonismo da Pessoa Idosa – por um Brasil de todas as idades”. Desse modo, nos propomos a analisar a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Franca, assim, direcionamos nossa análise sobre o Regimento Interno e a discussão crítica sobre as propostas e sugestões dos participantes do evento.

Enfatizamos que as reflexões aqui colocadas são elementos dinâmicos, contraditórios e complexos, e por isso trazem outras questões que podem ser objetos de investigação futura e podem contribuir para a difusão do conhecimento crítico entre os (as) velhos (as) e os profissionais que trabalham em prol da visibilidade deste segmento.

**CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO E VELHICE SOB
O TECIDO DO CAPITAL**

Para mapear um dos objetivos desta pesquisa, ou seja, desvelar a produção social do processo de envelhecimento e velhice disseminadas no cotidiano sob a perspectiva de totalidade analisaremos a historicidade da visão de totalidade marxista, como uma construção histórica, social, filosófica e política, objetivando discutir posteriormente o processo de envelhecimento e a velhice na perspectiva de totalidade social.

1.1 A visão de totalidade: construção histórica, social, filosófica e política e sua importância para a análise do processo de envelhecimento e velhice

A categoria totalidade adotada neste trabalho, refere-se a Marx, que desenvolveu seu método sobre a análise da concretude do sistema capitalista. Todavia, enfatizamos que houve todo um processo de construção histórica do conhecimento científico, que foi fundamentado em meio a um movimento contraditório que atualmente entendemos como o método em Marx, objeto de estudo de Kosic (1976) e Paulo Netto (2011).

A categoria totalidade está intimamente ligada às raízes do surgimento da dialética, enquanto uma forma de conceituar teoricamente a dinamicidade da realidade. Assim, se funda na filosofia pré-socrática, quando se inicia um processo de contemplação da natureza e suas oscilações, ora, buscava-se uma observação atenta aos fenômenos naturais com os olhos da mente. De forma que Heráclito começou a afirmar a fluidez, o movimento daquilo que se contemplava, na metáfora do rio que você se banha, mostrando que embora você se banhe todos os dias no rio, você não é o mesmo e muito menos as águas que seguem seu curso. Chauí (2000, p. 227) complementa que “O mundo, dizia Heráclito, é um fluxo perpétuo onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. A luta é a harmonia dos contrários, responsável pela ordem racional do universo.”

Sócrates desenvolveu seus diálogos — que posteriormente seriam transcritos por Platão — através de um método denominado como maiêutica, já que o próprio filósofo se considerava um “parteiro” das ideias e do conhecimento, pois, entendia que o conhecimento era inerente a cada ser humano, bastava o questionamento e a contra-argumentação para despertar o conhecimento de cada um, que seria um movimento incessante da tríade: tese, antítese e síntese. Para seu discípulo, Platão,

a ideia era anterior as coisas, pois, “[...] as coisas não existem realmente, como seres independentes, com existência própria, autônoma. Existem como sombras.” (NOBREGA, 1974, p. 15), assim a ideia seria o princípio universal da existência de todos os seres, ou seja, de acordo com Chauí (2000, p. 228) em “[...] Platão, esse mundo é uma aparência (é o mundo dos prisioneiros da caverna), é uma cópia ou sombra do mundo verdadeiro e real [...].” Mas, como construímos nosso conhecimento acerca da realidade que vivemos? Desse modo, Aristóteles

Considera desnecessário separar realidade e aparência em dois mundos diferentes – há um único mundo no qual existem essências e aparências – e não aceita que a mudança ou o devir seja mera aparência ilusória. Há seres cuja essência é mudar e há seres cuja essência é imutável. (CHAUÍ, 2000, p. 229).

Nesse sentido, o filósofo distingue o que é *práxis* e *teoresis*. A *práxis* (éthos e política) para ele se refere à prática, aquilo que sempre está em constante mutação, visto que um de seus vários manuscritos, afirma que toda substância existe como ato e potência — entendida como potencialidade — assim há níveis evolutivos que evidenciam a passagem de potência a ato, pois “[...] o ser não é apenas o que já existe, em ato; ser é também o que pode ser, a virtualidade, a potência.” (ARISTOTELES, 1987, p. 27).

As substâncias primitivas na filosofia aristotélica, como a pedra, são resistentes às oscilações do meio, são estáticas e não possuem a capacidade de escolha. Mas, as plantas, são por sua vez, seres mais ativos, pois possuem como essência a metamorfose, porque, seu processo de desenvolvimento é dinâmico: são primeiramente, sementes, logo, produzem flores e muitas vezes frutos, mas a limitação de sua potência reside no fato de que não podem escolher. O ser humano alcança, para Aristóteles, a plena condição de sujeito ativo, já que possui a potencialidade de conhecer, refletir e conceituar aquilo que o cerca, além do que se caracteriza por sua liberdade e capacidade de escolher conscientemente. Enfatizamos que,

Assim, por exemplo, quando a criança se torna adulta ou quando a semente se torna árvore, nenhuma delas tornou-se contrária a si mesma, mas desenvolveu uma potencialidade definida pela identidade própria de sua essência. (CHAUÍ, 2000, p. 229).

A *teoresis* busca o conhecimento sobre a padronização, repetição e a constância dos fenômenos naturais, tornando as regras gerais fixas e verdadeiras, presentes na metafísica, matemática e a natureza.

Sob essa produção do conhecimento científico, a filosofia e o pensamento dialético vão se desenvolvendo sob as contradições entre os pensamentos e a realidade. Seria possível conhecer o mundo que me rodeia? Qual a diferenciação dos seres humanos entre os outros animais da natureza? Nesse período, a ciência cartesiana avança, centrando seu pensamento no ser humano, enquanto um sujeito ativo e racional, inaugurando o apogeu da racionalidade humana e fundando o antropocentrismo, a explicação racional dos fatos sociais, afastando ciência da religiosidade e das tradições míticas.

Como ser mais racional? A filosofia cartesiana buscou resolver esse paradigma, logo, a partir do questionamento, induzia-se a produção do conhecimento racional. Ou seja, em termos genéricos, poderíamos inferir que a construção da teoria se consolida como um conjunto de proposições, formando conceitos, que articulados entre si, possuem validade, sendo comprovado por meio da reflexão e/ou experiência. Dessa maneira, o conhecimento emana da essência do mundo, sendo racionalmente explicável como um fenômeno fixo.

Desse modo, foram se colocando questionamentos acerca da validade da produção do conhecimento, e qual a forma mais verídica de se conhecer, no campo da epistemologia. Assim, os filósofos teorizam sobre a reflexão crítica, como um ato necessário para analisar e julgar, outros, se afirmaram na necessidade da experiência como maneira de conhecer. Ou seja, a pergunta consistia em: penso e teorizo? Ou, experimento e teorizo? Desta forma, colocamos como questionamento: a reflexão racional seria inata ao ser humano, cabendo a ele desenvolvê-la (corrente inatista) ou o conhecimento seria uma aventura da experiência humana (corrente empirista).

O inatismo afirma que nascemos trazendo em nossa inteligência não só os princípios racionais, mas também algumas idéias verdadeiras, que, por isso, são idéias inatas. O empirismo, ao contrário, afirma que a razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas idéias, é adquirida por nós através da experiência. Em grego, experiência se diz: *empeiria* – donde, empirismo, conhecimento empírico, isto é, conhecimento adquirido por meio da experiência. (CHAUÍ, 2000, p. 85).

Sob essa trama, surge o questionamento: pois, como é possível haver tantas divergências racionais sob o mesmo fenômeno? O que o conhecimento pressupõe? Qual o papel do sujeito no processo de conhecimento? Podemos demarcar esse período filosófico como a revolução, pois a reflexão deixa de ser contemplativa, distante do sujeito e passa a ser crítica, tendo o sujeito centralidade na construção do conhecimento, assim, a razão passa a ser subjetiva, pois, se refere a uma potencialidade intelectual e moral dos seres humanos.

Kant, representante do idealismo alemão, investiga e avalia as possibilidades e os limites do conhecimento. Conclui, consoante de suas várias obras, que o sujeito possui um papel ativo e essencial, tanto na reflexão quanto na experiência, construindo e se reconstruindo no campo do conhecimento. De acordo com Singer (2003, p. 13)

Kant determinou que nossa razão ou nosso intelecto podem ou não alcançar no que tange o conhecimento. Ele concluiu que nossa mente não é simplesmente uma receptora passiva da informação colhida por nossos olhos, ouvidos e outros sentidos. O conhecimento só é possível porque nossa mente tem um papel ativo, organizado e sistematizando tudo o que experimentamos.

No entanto, há, de acordo com Kant, limitações no campo do conhecimento, pois a reflexão e experiência humana são finitas e influenciam no processo de conhecimento dos fenômenos, ora, a essência objetiva não seria tangível, o que Kant denominava de “coisa-em-si”, pois a razão é subjetiva, que emana e depende do sujeito, impossibilitando o conhecimento objetivo da realidade, ou seja, a realidade é infinita, e em contraposição a percepção humana é finita, ou seja, a realidade ou a “coisa em si” “[...] está eternamente além do nosso conhecimento.” (SINGER, 2003, p. 13). Como Chauí (2000, p. 98) também alude que a razão não pode, de acordo com Kant, “[...] conhecer a realidade tal como esta é em si mesma.”

Hegel une a filosofia e a história, centrando sua teoria sobre o sentido prático da razão, superestimando-a, porque, em Hegel “A razão não está na História; ela é a História. A razão não está no tempo; ela é o tempo. Ela dá sentido ao tempo.” (CHAUÍ, 2000, p. 99). A razão seria uma força histórica social real, possibilidade da realização da liberdade humana, porque, a razão é plena, política e social, possibilitando ao ser humano compreender racionalmente o existente, sendo a realidade (dever-ser, provisório) passível de transformação a partir das ideias.

Ou seja, quando o filósofo desvenda a historicidade (criação da realidade por meio das ideias e a realização das mesmas, não sendo uma mera sucessão de acontecimentos) e da trajetória humana, ele conclui que a história da razão está inerentemente ligada à história das sociedades, assim, Hegel faz uma análise do passado, e atribui à Revolução Francesa, a realização da razão, pois ela é a base da organização social e estatal, sendo, a concretização da liberdade humana. Entretanto, sobre esse movimento da realidade, contraditório e dotado de historicidade, a compreensão da dialética hegeliana, teve suas limitações, ao dar o veredito final do movimento do real na Revolução Francesa, contradizendo a própria dinamicidade da compreensão da dialética.

A partir desse fato, que os jovens hegelianos denominados como “de esquerda”, iniciam uma intensa e frutífera reflexão crítica sobre a teoria de Hegel, suas limitações e a virada ocorre na inversão do ponto de partida do idealismo: se antes a ideia determinava a realidade, agora a realidade condicionava a ideia, inaugurando a corrente do materialismo. Feuerbach faz uma análise materialista sobre a crença, em que o homem projeta todas as virtudes que lhe são falhas sobre a criação de um ser ideal e perfeito, inaugurando a perspectiva materialista, que afirma “O ser não deriva do pensamento, mas o pensamento deriva do ser. O homem não tem sua verdadeira base na mente: a mente tem sua verdadeira base no homem.” (SINGER, 2003, p. 115).

Todavia, sua análise se restringiu a um aspecto da vida humana. Mas, posteriormente, o jovem Karl Marx, antes ligado à filosofia do direito romano, começa a refletir sobre a realidade concreta da classe operária europeia, expandindo seus horizontes de análise para uma crítica da economia-política, investigando as leis gerais do sistema capitalista, a essência da exploração do trabalho nesse modo-de-produção e os rebatimentos dessa configuração desigual no cotidiano da classe trabalhadora. Além disso, ofereceu bases para a construção de uma nova sociedade pautada sobre a emancipação humana. Coutinho (1996, p. 14) explana que,

[...] Marx (na trilha de Hegel) concebe a dialética como um método de articulação categorial que procede mediante a elevação do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo; essa elevação tem como meta a construção progressiva de uma “totalidade concreta”, de uma “síntese de múltiplas determinações”, na qual as várias determinações abstratas (parciais) aparecem respondidas e transfiguradas na totalidade que as mediatiza e, precisamente por isso, as concretiza.

O materialismo histórico-dialético de Marx ultrapassou a dimensão reflexiva e alcançou o *status* de método, que se afirma diante as categorias do trabalho, contradição, mediação e totalidade. Desse modo, vamos explanar brevemente sobre essas categorias, nesse sentido Coutinho (1996, p. 15) ressalta que, a pretensão é “[...] articular dialeticamente os momentos abstratos obtidos na análise do modo de produção com as determinações mais concretas que resultam no exame da formação econômico social enquanto nível mais complexo da totalidade societária.”

A categoria trabalho possui centralidade na produção marxista, já que compõe um dos pilares dessa corrente teórica. Ele é concebido como elemento central da produção e reprodução humana, porque é por meio dele que o ser humano estabelece a relação orgânica entre si e a natureza, essencial para a afirmação do indivíduo enquanto ser social. No trabalho — sob o viés ontológico — o ser humano se apropria da natureza, estabelecendo uma relação de identidade de si com o meio, transforma esse meio de acordo com suas finalidades, transformando a si mesmo e suas relações, em um processo dialético. Assim, neste processo do vislumbamento de necessidades, da prévia ideação do processo para atingir a finalidade (capacidade teleológica), permitindo saltos qualitativos na transformação dos instrumentos, o ser social estabelece e cria processos de valoração que refletem nas relações sociais que ele estabelece durante esse processo. Esse, portanto, seria o trabalho criativo e criador: essência do ser social. Entretanto, sob o julgo da exploração do homem pelo homem, podemos inferir que,

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2008, p. 8).

Entretanto, sob a égide do sistema do modo de produção capitalista, o trabalho antes dirigido ao valor de uso (com sentido de trocas de mercadorias e produtos) passa a ser regido sob o valor de troca (emergência do dinheiro, lucro, trabalho excedente não pago e mais-valia). O processo produtivo gradativamente se tornou fragmentado, os meios de produção, matérias-primas, as forças produtivas passaram a ser privada, a produção se deslocou das corporações de ofício para um espaço estranho, controlado e regido pelas batidas do relógio, o trabalho antes

regido pelas necessidades sociais passa a ser expressão da exploração, tendo sua dimensão diminuída à sobrevivência. Essa divisão entre aqueles que possuem os meios de produção e os dispostos à venda da força de trabalho causou uma cisão social essencial à manutenção do sistema do capital: a luta de classes. Paiva (2014, p. 112, grifo do autor) alude que

Evidentemente, os interesses de uma classe estão em oposição aos interesses da outra. A satisfação das necessidades — socialmente produzidas — de uma minoria *proprietária de dinheiro, de meios de produção e de subsistência*, se realiza às custas da negação da satisfação das necessidades e potencialidades dos (as) *trabalhadores (as) livres* [...].

O produto do trabalho passa a ser alheio ao trabalhador, sendo que este não se reconhece nele, dando-se o estranhamento e a alienação do trabalho, Chauí (2012, p. 63, grifo do autor) indica que,

Como se não bastasse, o fato de que o produtor não se reconheça no seu próprio produto, não o *veja* como resultado de seu trabalho faz com que o produto surja como um poder separado do produtor e como um poder que o domina e ameaça.

A face brutal do trabalho no sistema do capital toma a centralidade nas relações sociais, provocando a alienação social desse trabalhador que não passa a se reconhecer enquanto ser produtivo, dotado de potencialidades, e os resquícios da ontologia que se dirige ao humano genérico aparecem como atos heroicos, de exceções, ora há, portanto, um processo de desumanização do homem, como se estivéssemos na pré-história da humanidade, impedidos de desenvolver todas nossas potencialidades, valendo destacar que, o materialismo histórico-dialético de Marx, busca a revolução dessas condições sociais instauradas sob o sistema do capital.

Para além da perspectiva revolucionária, o materialismo histórico dialético traduz uma maneira de ver e analisar o mundo, afirmando a contraditoriedade da realidade social, de acordo com Kosic (1976, p. 13) “A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem.”

A contradição se apresenta como categoria imprescindível para compreender a sociabilidade burguesa em sua totalidade. Chauí (2012) afirma que a contradição na concepção marxista possui raízes na materialidade das relações sociais,

portanto, relativas ao espaço e tempo, reafirmando a contradição como produção humana, sendo a superação dela o motor da história.

A categoria da totalidade se refere a análise da concretude da realidade social, da reprodução em pensamento da materialidade da sociedade, resultando no processo de construção do concreto pensado. A totalidade no pensamento marxista é a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIC, 1976, p. 44, grifo do autor).

Todavia, temos que nos reportar à história da filosofia — história essa que resgatamos brevemente nesta investigação — porque, a totalidade na concepção marxista não se resume como soma dos elementos (pensamento atomístico-racionalista), nem como uma articulação mecânica dos fatos, que o todo predomina às partes (concepções organicistas). Em Marx, a totalidade é um todo articulado, contraditório e complexo, constituído por outras incontáveis totalidades, em um movimento que repercute do todo para as partes e das partes para o todo, Paulo Netto (2011, p. 44), menciona que “[...] uma questão crucial reside em descobrir as *relações* entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade [...]”, ora, essas articulações são dadas pelas mediações entre os elementos universais, singulares e particulares.

A universalidade é dada pelas categorias fundantes da constituição da sociabilidade burguesa, se referindo às formas de ser, estar, produzir e reproduzir na sociedade, salientando a centralidade do trabalho na vida social, que nesse contexto, condiciona o lócus social que o sujeito ocupa na sociedade e sua pertença de classe social. Já a singularidade, é o imediatamente dado, a superficialidade, é uma esfera importante por se concretizar como ponto de partida para a análise dos componentes universais, apresentando alguns aspectos da essência dos fenômenos sociais. A particularidade se mostra, portanto, como a trama das condicionantes¹ universais e singulares, que estabelecem mediações sob o movimento dinâmico e contraditório, tendo conexões explicativas sobre o real, desvendando como a trama da vida cotidiana é tecida, sendo constituída por aproximações sucessivas do real, dada a dinamicidade das relações sociais, Paulo Netto (2011, p. 45) conclui que,

¹ Este termo foi adotado tendo em vista a processualidade e historicidade que ele mesmo remete, pois depende das condições sociais e históricas do indivíduo.

As “determinações mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades — mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade.

Nesse sentido, complementamos que no método materialista histórico-dialético partimos daquilo que é imediato, simples, ou seja, da aparência, caminhando em uma reflexão crítica capaz de desvelar as contradições da constituição real desse fenômeno e vamos tecendo uma teia de mediações e articulações universais, ultrapassando a dimensão da aparência, ou seja, “Trata-se sempre de começar pelo *aparecer* social e chegar, pelas mediações reais, ao ser social. Trata-se também de mostrar como o ser social determina o modo como este aparece aos homens.” (CHAUÍ, 2012, p. 56, grifo do autor).

Assim, a totalidade emerge da dialética e se consolida sobre o pensamento marxista e se mostra como um método fundamental para compreender em profundidade a constituição e a dinâmica da vida social contemporânea, visto que, sob nosso ponto de vista, analisa criticamente a ordem social vigente, podendo abranger uma visão generalista sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que compõem esse todo complexo e dinâmico e a forma que essas condicionantes impactam na vida cotidiana dos indivíduos sociais. Destacamos que, a história de vida dos sujeitos sociais não pode ser apartada da história da construção de nossa sociabilidade, de suas contradições e desigualdades.

Enfim, sobre essa breve reconstrução da historicidade do movimento da dialética na filosofia, que se refere à evolução da ciência na sociedade, podemos incitar o debate contemporâneo sobre as condicionantes sociais da sociabilidade burguesa e as relações concretas destas com os discursos sobre o processo de envelhecimento e velhice.

1.2 Entre projeções e tendências: o processo de envelhecimento humano sob a discussão social crítica

Primeiramente, é preciso que entendamos que o processo de envelhecimento ocorre durante o curso de vida e a velhice é uma fase demarcada cronologicamente pela sociedade e ambos os fenômenos são construídos socialmente.

Na contemporaneidade, o envelhecimento populacional tem se tornado assunto recorrente no cotidiano, ressaltamos que ele advém da efetivação de políticas públicas e dos movimentos sociais que lutaram em prol do acesso aos direitos sociais, principalmente no âmbito do trabalho, saúde, assistência social, previdência, habitação, entre outros, Paiva (2014, p. 125) destaca que “[...] o envelhecimento populacional, longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital.” Desse modo, o ato de refletir sobre o envelhecimento do perfil demográfico, nos exige remetermos à historicidade deste movimento de conquistas de direitos, que se consolida a partir das lutas sociais da classe trabalhadora, tendo como devolutiva uma intervenção estatal no âmbito das expressões da Questão Social, que é entendida como

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, quanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

Ademais, apresentar um único constructo sobre processo de envelhecimento e velhice seria abnegar todos as condicionantes e vivências do curso de vida dos sujeitos sociais. Portanto, uma conceituação geral e homogênea do que seria a velhice, acaba por restringir a visão sobre esse fenômeno complexo, pois o processo de envelhecimento e velhice é multifacetado e heterogêneo, desta forma, lembramos que dependendo do método de análise/pesquisa podemos priorizar uma faceta desse fenômeno.

Sobre o ponto de vista do debate crítico — que nós adotamos — o processo de envelhecimento e velhice também pode se tornar uma das expressões da questão social, na medida em que os sujeitos sociais envelhecem sob o tecido do modo de produção capitalista, e vivenciam as mazelas desse sistema de acordo com sua fração de classe social, “[...] a sociabilidade aparece como elemento principal do envelhecimento” (PEIXOTO, 2006, p. 69-70) e ainda frisamos que Beauvoir (1990, p. 17) “[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice.”

Visto que, se destoarmos nossa análise desse ponto de vista, poderemos recair em uma visão homogeneizadora e a-histórica, porque, as pessoas envelhecem de maneira diferente, possuindo particularidades que envolvem e estão

articuladas a aspectos universais, como: o sistema econômico-político, a classe social, cultura, etnia e gênero. Salientamos que, o processo de envelhecimento e velhice é um campo de construção social sobre os fatores biológicos e fisiológicos do processo de envelhecimento humano, pois é no cotidiano que o entrelaçamento das condicionantes universais entre as singularidades dão forma às particularidades da totalidade do processo de envelhecimento e velhice. Portanto, há de se destacar que a análise do processo de envelhecimento e velhice requer uma visão contextualizada, pois não é uma simples soma de fatores, e nem mesmo uma interposição dos mesmos, mas sim uma complexa teia de condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais. Segundo Teixeira (2009, p. 113),

[...] o envelhecimento é um processo biopsicossocial, uma vez que o mesmo ritmo, duração e efeitos do envelhecimento fisiológico reportam a diferenças relacionadas a fatores socioeconômicos, psicológicos, genético-biológicos, dentre outras. E o critério de classe é aquele capaz de diferenciar o envelhecimento e, ao mesmo tempo, homogeneizar, se não para uma classe inteira, pelo menos para frações de cada classe, os problemas que enfrentam, pela vivência de situações comuns.

Com base nessa assertiva, disso anunciamos que nosso intuito é traçar uma breve análise de conjuntura destacando o panorama do processo de envelhecimento e velhice que em meio a um processo político-econômico que o “falar” sobre os velhos (as) se torna uma temática importante nas discussões mundializadas, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

No entanto, é preciso ressaltar o conteúdo ideopolítico desses discursos mundializados, pois buscamos valorizar o caráter contraditório das relações sociais estabelecidas sobre a égide do sistema do capital, pois as devolutivas políticas ao segmento idoso “[...] se limitam a dar respostas a manifestações específicas e imediatas do fenômeno em curso.” (PAIVA, 2014, p. 29). Esses discursos estão permeados pela ideologia dominante e são elementos essenciais para a perpetuação da exploração do sistema capitalista, assim, as análises sobre o processo de envelhecimento e velhice são intencionalmente ingênuas, a-históricas. Ora se reduzem a números, a pura estatística, ora somente prezam pelo aumento dos anos nos índices de expectativa de vida, não preconizando a análise da realidade concreta deste grupo populacional em determinados contextos.

Sendo que, enfatizamos a discussão social crítica em detrimento dos índices demográficos, especialmente, quando tratarmos do debate do envelhecer em um

contexto onde a desigualdade social impera. Pois, quando há a generalização de dados estatísticos, sem a observância de seus limites recaímos na contradição de afirmar que o envelhecimento do perfil demográfico ocorreu de forma homogênea em todos os países do mundo. Entretanto, mesmo com o aumento da expectativa de vida nos países considerados “em desenvolvimento”, notamos que ainda há uma “conspiração do silêncio”, nas palavras de Beauvoir (1990), quando nos propomos a discutir, por exemplo, os dados do relatório do desenvolvimento humano (PNUD, 2014, p. 224) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): na Nigéria no continente africano, a população idosa com 65 anos ou mais não ultrapassa 0,5 da população, sendo que a idade média da população é de 15 anos. Enquanto que no país com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado, como a Alemanha, a população idosa chega a 17,5 do total da população, e a idade mediana da população é de 46,3 anos. Enaltecemos que, em uma breve análise comparativa, os próprios dados trazem a discrepância e a heterogeneidade do processo de envelhecimento e velhice nos países.

Isto nos permite inferir que não é por mera causalidade do destino que essa disparidade exista: o âmago da desigualdade se encontra sob a gênese e ascensão de um sistema exploratório e opressor, onde há a primazia do econômico sob o humano. E que, a exploração desde meados do século XV, XVI, XVII da mão de obra das colônias, marcou essas nações com a expropriação das riquezas materiais, culturais e humanas sugadas pelas metrópoles. Contudo, este movimento se renovou: logo pela exploração do imperialismo e atualmente a barbárie se apresenta sob os moldes da exploração das empresas transnacionais e esta questão da exploração é agudizada pela globalização e a difusão da indústria cultural.

Isso nos permite afirmar que, não há uma correlação direta entre o aumento generalizado da expectativa de vida e a melhoria das condições de vida da população mundial, pois acreditamos que “Essas e outras contradições derivam daquela que podemos considerar a *contradição fundamental* do MPC²: a contradição entre a *produção socializada* e a *apropriação privada*.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 177, grifo do autor).

Logo, sob a sociabilidade burguesa, envelhecer com dignidade se torna uma condição relegada a poucos indivíduos, apesar dos avanços da luta em prol

² Modo de Produção Capitalista.

desse direto humano, neste momento podemos recorrer à célebre frase de Bosi (1994, p. 18) “Que é ser velho? [...] em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem.”

Sobre essas contradições históricas que o envelhecimento do perfil demográfico vem se consolidado como um fato histórico, que até então não havia sido experimentado nessa dimensão pela humanidade, logo, é preciso enfatizar

Nessa perspectiva de apreensão, para além dos aspectos biológicos, da demarcação cronológica e da amplitude populacional, há de se considerar que as relações sociais como condicionantes no processo de envelhecimento humano, o qual será diferenciado e desigual entre indivíduos e populações, quando o recorte é o tempo e o espaço do capital [...]. (PAIVA, 2014, p. 34).

Sob esse prisma, o perfil demográfico da população mundial iniciou um processo de mudança a partir da década de 1940, pois foi um período histórico marcado pela guerra fria, pelo investimento material e cultural do sistema do capital para a expansão de suas fronteiras, buscando concretizar e manter sua hegemonia. Essa expansão material e cultural do capitalismo se fundava sobre o ideal da aparente segurança social, buscando a harmonização entre as classes, a romantização do modo de produção, objetivando afastar os ideais socialistas, haja vista que, foi nesse período que algumas demandas dos trabalhadores foram atendidas, favorecendo a ascensão da social-democracia e a construção dos Estados de Bem-Estar Social. A consolidação dessa nova forma de intervir no âmbito da proteção integral dos cidadãos trouxe avanços para a humanidade, via políticas públicas — visto que elas também são resultados das lutas da classe operária — portanto, houve a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, além disso, germinaram-se os primeiros seguros sociais, buscando a proteção social da população.

Ademais, devemos nos reportar para a emancipação política das mulheres, a efervescência do movimento feminista, que reivindicou os direitos femininos sobre a regulamentação e proteção do trabalho, as escolhas reprodutivas e disseminou o questionamento dos papéis atribuídos às mulheres, buscando a equidade de gênero e a justiça social. Essas rupturas desembocaram na redução da taxa de natalidade e mortalidade, fatos estes que afetaram significativamente o desenho demográfico.

Uma das consequências das conquistas sociais, discutidas acima, foi aumento da expectativa de vida, além disso, envolveu outras condicionantes sociais, como: a evolução científica da área médica, o desenvolvimento de vacinas, a epidemiologia, o saneamento básico, as melhorias das habitações, a prestação de serviços assistenciais, as políticas educacionais e os avanços tecnológicos que facilitaram a comunicação e a disseminação de informações, mas principalmente, das melhorias nas condições de trabalho. Aqui, alertamos para o fato de que esses avanços não atingiram toda a população mundial, confirmaram-se as condições de vida dos países de capitalismo periférico.

Logo, apesar do processo de envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida se apresentarem como conquistas sociais para a população, frutos das movimentações sociais, ele traz em si sua contraditoriedade, de modo que, ainda é um desafio ético-político, porque, vem se consolidando como uma tendência mundial que deve ser discutida sob um viés crítico, pois para além do direito humano de crescer anos a mais de vida, é preciso que esses anos sejam preenchidos pela qualidade de vida, os estudos demográficos da ONU demonstram que,

[...] por volta do ano de 2050, pela primeira vez na história da espécie humana, o número de pessoas idosas será maior que o de crianças abaixo dos 14 anos. A população mundial deve saltar dos 6 bilhões para 10 bilhões em 2050. No mesmo período, o número de idosos deve triplicar passando para 2 bilhões, ou seja, quase 25% do planeta. (BERZINS, 2003, p. 23).

As implicações do envelhecimento do perfil demográfico para as nações consideradas “em desenvolvimento” são diferentes dos impasses dos países “desenvolvidos”, justamente pelo fato de que o processo de envelhecimento nas nações desenvolvidas se deu de forma gradual, acompanhando as efetivações do acesso aos direitos sociais, enquanto que nos países de capitalismo periférico esse processo vem ocorrendo de forma acelerada, exacerbando as expressões da Questão Social desses contextos, que se metamorfoseiam e se complexificam devido às relações precarizadas de trabalho que refletem nos condicionantes de classe, etnia, gênero, como por exemplo no contexto brasileiro, visto que,

A forma particular como se dá a transição para o capitalismo no Brasil, não apenas em fase tardia, mas em condições de dependência e subordinação na hierarquia da divisão internacional do trabalho, associada aos mecanismos internos de dominação de classe e de superexploração do

trabalho, de subsunção do trabalho ao capital, que articulado às modernas formas e processos de trabalho, engendraram uma ordem social de alta concentração de renda e desigualdades sociais. (TEIXEIRA, 2009, p. 116).

De acordo com Berzins (2003), a França levou 115 anos para consolidar o processo de envelhecimento da população, já o Brasil deverá concretizar esse processo em apenas 20 anos.

Apesar do aumento dos anos de vida dos cidadãos brasileiros, frisarmos que os avanços na expectativa de vida, não apresentam a relação desse índice com a qualidade de vida, basta nos remetermos ao índice de Gini, que visa a dar visibilidade à desigualdade social e à distribuição de renda, o índice que vai de 0 a 1, em 2013 no Brasil, era de 0,501, que indica alta concentração de renda. Sob essa teia da desigualdade social, ter uma vida mais longa não está diretamente ligada com uma melhoria na qualidade de vida, haja vista que, “[...] observou-se também, que aproximadamente 40% do tempo vivido pelos idosos brasileiros são sem saúde.” (CAMARANO; KANSO; MELLO; 2004, p. 103).

Uma das tendências de alteração que os índices demográficos também apontam é a feminização da velhice, enquanto que no Brasil em 2013, a expectativa de vida do sexo masculino chega a 71,3 anos, a do sexo feminino chega a 78,6 anos. A reflexão sobre a feminização do segmento idoso deve perpassar a historicidade da sociedade ocidental, construída sob moldes da cultura patriarcal, pois essa maior expectativa de vida pode remeter a uma série de questões: uma delas é que o papel da mulher ficava restrito ao lar, e isso lhe expunha a menos riscos – fato que não é totalmente verídico, visto a barbárie da violência doméstica –, também haviam diferenças significativas à exposição ao tabaco e álcool, além do acesso aos serviços de atenção em saúde da mulher, principalmente em razão da maternidade. Claro que, essas condicionantes refletem no envelhecimento dessas mulheres idosas, porque os anos a mais vividos podem expressar outra situação de vulnerabilidade social³, como indicado por Veras (2003, p. 7):

Em um estudo realizado no Rio de Janeiro (Veras, 1994), constatou-se que os problemas mais significativos entre as mulheres mais idosas são a solidão, a pobreza e a privação social, sobretudo entre as viúvas mais

³ De acordo com Batista et al (2008 apud PAIVA, 2014, p. 26) a Organização Mundial da Saúde define grupos em situação de vulnerabilidade social com as seguintes elegibilidades “[...] idade superior a 80 anos; morar só, mulher, especialmente solteira ou viúva; morar em instituições; isolamento social; não ter filhos; apresentar limitações severas ou incapacidades; casais em que um dos cônjuges seja incapacitado ou esteja doente, e ter recursos escassos.”

velhas e as mulheres não casadas que vivem sozinhas e dependem de ajuda para sobreviver. A tríade pobreza, solidão e doença ocorre frequentemente entre as mulheres idosas.

Todavia, não devemos homogeneizar essa ideia, tendo em vista que a realidade social das mulheres idosas pode demonstrar que a velhice pode se tornar também um elemento fundamental para a “libertação” de seu papel social, pois todos os afazeres a ela impostos socialmente durante o curso de vida, já estariam concluídos, por exemplo, o cuidado com os filhos. A velhice das mulheres idosas também pode ser espaço para a emancipação social feminina, com vistas a garantir um processo de envelhecimento mais digno.

Sob essa teia de condicionantes que influenciam no processo de envelhecimento humano, temos de nos atentar para a questão cultural — estando consoante com um dos aspectos dessa investigação — pois ela como construção humana pode alterar significativamente como tratamos nossos velhos(as) na sociedade. Beauvoir (1990) relata com detalhes a trajetória histórica de como os velhos eram tratados nas sociedades antigas, sendo que estes tanto eram considerados como memória viva e sábia das tradições quanto há relatos também de que os (as) velhos (as) eram pessoas inativas e improdutivas, que não possuíam prioridade nas atividades de algumas sociedades.

Com base nesses apontamentos iniciais, podemos aprofundar nossa discussão sobre o envelhecimento do perfil demográfico brasileiro, que ocorre nessa teia de condicionantes sociais, políticos, culturais e econômicos, destacamos que, como nos propomos a realizar uma discussão pautada no método marxista, a contextualização histórica da sociedade burguesa e a identificação das “[...] tendências históricas determinadas” (PAULO NETTO, 2011, p. 24), se faz como um elemento fundamental para a leitura da velhice em uma perspectiva de totalidade.

O processo de envelhecimento e velhice no Brasil iniciou-se na década de 1960, em um contexto de extrema precarização do trabalho, ainda que alguns direitos trabalhistas e previdenciários haviam sido garantidos a uma pequena parcela da classe trabalhadora, e simultaneamente ocorria a expansão da população urbana, a migração massiva da população do campo para cidades em busca de trabalho nas emergentes indústrias. Claro que, como lei geral do sistema capitalista, há nesse processo uma expropriação dos proletários *versus* a expansão do capital, especialmente, do capital estrangeiro, visto que,

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado pela sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 707).

Ademais, a conjuntura política no início da década de 1960, apontava para uma possível abertura política de priorização do humano em detrimento do econômico, com a aproximação de João Goulart com Cuba, e conseqüentemente com as ideias comunistas. Entretanto, essa aparente proximidade de um país da América Latina com Cuba, causou estranheza diante dos olhos estadunidenses, de maneira que o Golpe de Estado de 1964 foi apoiado pela elite brasileira, que temia a disseminação dos ideais comunistas. Ora, um momento histórico de repressão e fechamento político se instaurou para demonstrar apoio ao capitalismo durante a guerra fria.

Essa manobra política do grande capital consolidou a exploração capitalista, aumentou o exército industrial de reserva com o êxodo rural, expandiu o capital pela via da exploração/extração da mais-valia, incentivou o consumo, veiculou o *modos vivendi* da “nova” sociedade e abriu as fronteiras do capital estrangeiro para investimentos, segundo Paulo Netto e Braz (2012, p. 224),

[...] apontava-se para a possibilidade de um consumo de massa, cujo símbolo maior era o automóvel; nos países periféricos, projetos industrializantes apareciam como via para superar o subdesenvolvimento. Nos centros chegou-se a apregoar a ‘ntegração da classe operária’; nas periferias, o ‘desenvolvimentismo’ era a receita para curar os males do atraso econômico-social.

Entretanto, para o recebimento dos capitais estrangeiros o Brasil passou a cumprir uma série de recomendações dos órgãos do capital financeiro como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em uma submissão que perdura até os dias atuais, que vigia e puni os passos que não condizem com as “recomendações” dessas instituições, o poder do capital financeiro se consolidou tanto na área econômica como no âmbito do controle das ações sociais.

Na década de 1970, a crise cíclica do capital exibiu algumas das fissuras da ditadura, além do fato de que as primeiras mobilizações em prol da

redemocratização começavam a florescer nesse contexto tão adverso à liberdade e ao direito de voz, de ir e vir. Esses movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçados pelo adeptos da teologia da libertação da Igreja Católica, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre outros, iniciaram a luta política contra o regime ditatorial. Pela força dessas mobilizações políticas — diga-se ao longo do regime ditatorial — culmina, em 1984, o fim da ditadura.

E em 1988 houve a promulgação da Constituição Federal, conhecida como “constituição cidadã”, pois ela incorporou uma série de reivindicações dos cidadãos brasileiros. Enaltecemos que, essa constituição cita o direito ao envelhecer, ligado diretamente ao direito à vida, entretanto, a menção desse direito no texto constitucional se deve a anterior citação na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também pela velhice ter sido assunto discutido em uma assembleia mundial da ONU, em 1982 (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Mostra-se como necessário, apontarmos que mesmo com as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais, a sociedade brasileira enfrentou e enfrenta cotidianamente o paradoxo da garantia de direitos e sua efetivação, especialmente na conjuntura de implantação do ideário neoliberal, que, no Brasil impera, desde de 1990. Dentre outras prerrogativas, esse ideário traz a responsabilização da sociedade civil, da família e a redução do papel do Estado na área social, prezando por políticas reducionistas, pontuais, fragmentadas e focalizadas. De acordo com Anderson (1996) a política neoliberal preza pela manutenção de um Estado forte economicamente, mas isento de intervenção nas áreas sociais, desse modo é necessário,

[...] a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas [...]. (ANDERSON, 1996, p. 11).

Logo, isso aumentou a distância entre os triunfos legislativos e a realidade concreta dos cidadãos brasileiros, fato que impacta diretamente na vida dos velhos (as) trabalhadores brasileiros.

Mas é inegável que, entre conquistas e desafios, a construção do Brasil como um país de cabelos brancos vem se dando de forma acelerada, como os dados ilustram a seguir: a população de 65 anos ou mais em 1991 era de 4,8%, passa a 5,9% em 2000 e em 2010 atinge o percentual de 7,4% da população brasileira (PORTAL BRASIL, 2011).

Portanto, falar do processo de envelhecimento e velhice é uma temática contemporânea, é lutar e compreender nosso futuro e os desafios que enfrentaremos juntos no Brasil que envelhece. Ora, se mostra como de suma importância analisar a velhice populacional de forma crítica, pois os discursos disseminados no cotidiano, muitas vezes, a traz como uma fase coberta de limitações ou vem embutida a idealização de suas possibilidades, para, além disso, o discurso dos da burguesia trazem a velhice dos (as) velhos (as) trabalhadores (as) como principal causa da “falência” do sistema de proteção social.

Justamente, pela disseminação dessas ideias de cunho neoliberal, buscaremos no próximo subtítulo, realizar uma leitura crítica sobre a concepção do processo de envelhecimento e velhice como um “problema social”, buscando desmistificar esses discursos, mostrando que a velhice é um direito, conquista que se deve aos movimentos das pessoas envelhecidas.

1.3 Os olhares sobre o processo de envelhecimento e velhice: o discurso ideopolítico do “problema social” *versus* a velhice como uma conquista social

As compreensões sobre o envelhecimento demográfico, muitas vezes, germinam do pensamento neoliberal-burguês e tratam a velhice do perfil populacional como um “problema social”⁴, segundo essa visão, a velhice impactará negativamente na ordem econômica, porque com a mudança da estrutura etária da população teríamos um menor percentual da População Economicamente Ativa

⁴ Para Teixeira (2008, p. 41) “[...] o envelhecimento como ‘problema social’ não é o resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção ambígua de ‘envelhecimento demográfico’, nem representa uma ameaça à ordem política pelas estatísticas crescentes, mas pelas pressões sociais das lutas que congregam e adensam reivindicações, trazendo à cena pública a problemática – ou como esta é interpretada e legitimada pelos sujeitos políticos –, transformando-a em demanda política, introduzindo-a no campo das disputas políticas e das prioridades de políticas públicas.”

(PEA) em relação às pessoas idosas que, sob esse ponto de vista não fazem parte do grupo considerado como “produtivo”.

Embora, constatamos que, na contemporaneidade a pessoa idosa vivencia a mazela de ter que voltar a participar do mercado de trabalho, em sua maioria informal, para conseguir sua subsistência. Nesse contexto do tempo e espaço do capital, a luta de classes condiciona e

[...] produz e reproduz a vida inteira do (a) trabalhador (a) e que não o libertará da condenação ao trabalho na velhice, a menos que a doença ou morte, significando o esgotamento total da sua capacidade funcional ao sistema do capital [...]. (PAIVA, 2014, p. 114).

Mas, mesmo quando a pessoa idosa não retorna ao mercado, seu papel se transfigura na possibilidade de outros membros da família poder adentrar no mundo do trabalho, basta remetermos aos avós que cuidam dos seus netos, das pessoas idosas que trabalham no âmbito doméstico para tornar viável o acesso ao mercado para seus filhos (as), e é importante considerar que, muitas vezes, esse trabalho exercido pelas mulheres idosas ao longo dos anos não é reconhecido enquanto trabalho, mas como uma “ajuda”. Entretanto, quando analisamos esse papel podemos chegar à conclusão que o trabalho doméstico se mostra como sustentáculo para a reprodução da força de trabalho, essencial para o desenvolvimento do capital.

Outros discursos ideopolíticos que disseminam a ideia da velhice da população como “problema social” nos complexos sociais, evidenciam a necessidade de repensar o sistema previdenciário, de se fazer reformas incisivas no campo desse direito social, basta recorrermos a história de desmonte do sistema previdenciário brasileiro desde a década de 1990, que iniciou seus cortes no Regime do Estatutário, logo após, alterou o tempo mínimo de contribuição, acrescentou critérios para a concessão dos benefícios, entre outras estratégias, já que, segundo Santos Neto (2013, p. 232)

[...] as contrarreformas na previdência social são seguidas de interpretações subliminares que concebem os velhos como ameaça permanente ao sistema produtivo e não como seres humanos que precisam de cuidados após dedicação exclusiva ao trabalho assalariado.

Essa concepção encara o envelhecimento da população como elemento responsável pelo suposto *déficit* previdenciário, desconsiderando todo processo de

apropriação das riquezas produzidas socialmente por esse cidadão ao longo da vida, acrescida ao fato de que essa política possui o caráter contributivo. Além disso, no âmbito previdenciário há uma série de medidas provisórias, de ataque a essa política, basta remetermos àquelas promulgadas na década de 1990 que sob forte influência do ideário neoliberal, dentre elas uma em especial que permite que 20% (Desvinculação das Receitas da União) do montante da receita da previdência possa ser direcionado à formação e manutenção do superávit primário. Ora, é a reafirmação da primazia do econômico sobre o humano, da exploração do capital do tempo de vida e trabalho das frações da classe trabalhadora.

Presenciamos ataques incisivos contra o direito à previdência e em contraposição a um incentivo à previdência privada, sob o regime da previdência complementar, aumentando o poder econômico do capital financeiro, retirando a faceta do Estado na fase da aposentadoria. É de primor resgatar a ideia de culpabilização do indivíduo que ronda o pensamento pré-aposentadoria, a ideia dominante e disseminada no cotidiano afirma que as pessoas não se preparam para a aposentadoria. Segundo um levantamento realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e o portal Meu Bolso Feliz indicam que

[...] 57% dos brasileiros não se preparam para a aposentadoria. Entre os que não planejam uma reserva financeira para o futuro, 17% afirmam que irão depender apenas da renda do INSS; 15% gostariam de se preparar, mas não sabem como; 14% não pensam no assunto; e 10% dizem não ter dinheiro suficiente para realizar contribuições ao INSS ou poupar. (ALMEIDA, 2015).

Pois bem, façamos uma breve análise de conjuntura das condições objetivas de vida das frações da classe trabalhadora, sob a hegemonia do ideário neoliberal — que em suas prerrogativas traz o desemprego, flexibilização do trabalho, o desmonte das políticas sociais, entre tantas outras barbáries. Atualmente, há um crescente número de pessoas que trabalham na informalidade, não possuindo acesso à previdência social, sem cobertura de eventuais acidentes ou afastamentos provisórios do mercado trabalho, assim esses cidadãos conseguem com muito suor o salário, que varia de acordo com o consumo, regulado pelo capital e suas crises cíclicas, são chefes de família, se assustam com a inflação galopante que corrói o ganho real, e devem mesmo “poupar”, fazendo um plano de vida para quando a velhice chegar,

Nessa trama, as velhas e os velhos trabalhadores (as) quase invisíveis, do ponto de vista do foco do Estado, não fosse a atual magnitude do impacto do envelhecimento senil na agenda das políticas públicas, sobrevivem e são provedores (as) de suas famílias à custa dos direitos trabalhistas por eles (as) mesmos (as) conquistados, cuja longevidade lhes permite ver agora [sendo] desregulamentados. (PAIVA, 2014, p. 129).

Nesta breve trajetória, podemos afirmar que o projeto de vida das frações de classe trabalhadora é o trabalhar até quando conseguir... Como seria possível pensar em uma aposentadoria e velhice plena de possibilidades, se o horizonte de ação está restrito ao nosso trabalho? Ressaltamos que,

Caso estivesse em jogo o interesse das futuras gerações, esses ideólogos poderiam ao menos questionar o pagamento vergonhoso dos juros monstruosos das dívidas externa e interna brasileira, as fantásticas ajudas aos banqueiros em crise e a anistia sistemática de pagamento do INSS para os grandes grupos econômicos e empresariais. (SANTOS NETO, 2013, p. 222).

Logo, a velhice entendida enquanto um problema social é produto do modo utilitarista de pensamento e reforça a renovação de um ataque neoconservador de nossa sociedade, ora, recorremos a Bosi (1994, p. 79), pois nesse contexto “[...] o velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo homem.”

Recordamos que, ao longo dos anos de história da humanidade, a velhice foi vinculada à saúde, mais precisamente ao declínio fisiológico, à doença. Entretanto, na contemporaneidade, a velhice sob a ótica do problema social é ligada ao aumento dos custos em saúde, pois esse direito social se torna cotidianamente mercadoria. Desta maneira, o envelhecimento saudável é para quem pode comprar, e desse modo, as negligências cometidas contra a saúde está em quem não se “cuidou”.

A saúde na terceira idade se torna produto para aqueles que podem comprar, e isso rejeita todo o caráter histórico de construção de um estilo de vida saudável ao longo dos anos. Há uma omissão proposital das histórias de vida e trabalho das pessoas idosas, pois nelas, certamente, encontraríamos cicatrizes da violência contra sua saúde — aqui entendida em suas dimensões social, físico, mental — diante da omissão estatal, das negligências que a comunidade e sociedade cometem contra a saúde da pessoa idosa. Atualmente, sob uma das prerrogativas do neoliberalismo, há um ataque à desconstrução do Sistema Único de Saúde

(SUS), incentivando as ações privadas no âmbito da saúde, que muitas vezes atribuem somente ao indivíduo a responsabilidade sobre a sua saúde.

Outro direito social que sofre o ataque sob a hegemonia do pensamento neoliberal-burguês durante o processo de envelhecimento e velhice, é o lazer. O direito ao lazer é reduzido ao consumismo na terceira idade, tanto no que tange à cosmética, farmacêutica, indústria do turismo, na obra “Terceira idade: consumo e direitos”, a autora aponta que, “[...] em nossa sociedade, tudo se passa como se tivéssemos necessidades infinitas, em particular no que tange ao acesso a bens de consumo materiais. Tudo se passa como se fosse preciso ‘ter’ ao invés de ‘ser’” (PAULA, 2014, p. 22).

No processo de mercantilização do humano, o real processo de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora é mistificado pela pseudovalorização do velho, em uma estratégia de idealizar a velhice tratando-a como produto. E esse processo possui como essência a valorização da juventude, trazendo-a não como uma fase da vida, mas como um valor de troca a ser adquirido por poucos até na terceira idade.

Ademais, podemos inferir que o segmento idoso das frações da classe trabalhadora, aos olhos do sistema capitalista, compõe apenas o exército industrial de reserva ou um novo nicho de mercado, ou seja, a velhice do velho trabalhador continua a evidenciar a exploração do trabalho, a expropriação das riquezas e do tempo de vida dos sujeitos sociais.

Essa pseudovalorização do segmento idoso, também se faz presente nas políticas públicas, visto que, atualmente privilegia-se a adoção de uma imagem positiva da velhice, idealizando as possibilidades individuais, negando os limites que a vivência da velhice na sociedade capitalista impõe aos sujeitos sociais. Isto posto, a qualidade de vida na velhice aparece não como um resultado das condições de vida, mas sim uma questão de escolha, sendo o sujeito passível de ser responsabilizado por seu processo de envelhecimento e velhice, ou seja,

Ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e à parafernália de técnicas de manutenção corporal veiculadas pela mídia, assistimos à emergência de novos estereótipos. Os problemas ligados à velhice passam a ser tratados como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e, por isso, se atinge a velhice no isolamento e na doença, é culpa é exclusivamente dele. (DEBERT, 1999, p. 229).

A análise sobre o processo de envelhecimento e velhice, sob o nosso ponto de vista, deve se pautar na afirmação de que envelhecer é um direito, porque o envelhecimento da população se mostra como uma conquista social, já que é fruto das melhorias das condições de vida de uma parcela da classe trabalhadora, entretanto, também se consolida como um desafio ético-político, uma vez que, na contemporaneidade, a luta do movimento social do idoso é para que esse triunfo social seja desfrutado por todos, para que se acresça qualidade de vida aos anos a mais vividos, para que verdadeiramente a velhice seja reconhecida como uma fase da vida que possui limites, mas também possibilidades. Que nossos (as) velhos (as) sejam libertados dos estigmas da improdutividade, inutilidade, e que sejam respeitados pela sua experiência e que sejam reconhecidos como sujeitos de direito, que possuem voz e vez.

O processo de luta política que envolve o reconhecimento dos cidadãos envelhecidos enquanto sujeitos de direito e produtivos, se inicia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu texto acaba por reconhecer a velhice enquanto um direito. Ao decorrer da década de 1960, as expressões da Questão Social presentes no cotidiano das pessoas idosas começam a se exacerbar e os movimentos sociais em prol da velhice e dos sistemas previdenciários começam a ampliar suas demandas, assim, como diria Haddad (1986) descrevendo a ótica do capital: os velhos passam a crescer quantitativamente, e se isso não bastasse vêm se organizando.

A partir de então, a velhice passa a ser assunto de atenção mundial, devido a vários fatores complexos e contraditórios entre si, dentre eles, a latente expressão do pauperismo na velhice, a organização do movimento idoso, o envelhecimento da classe dominante, simultaneamente com a possibilidade da criação de um novo nicho de mercado.

Essas visões sobre a velhice vão influenciando o processo de conquista de direitos, mesmo em uma conjuntura adversa: com a adoção do ideário neoliberal nos países de capitalismo central e periféricos. Essas conquistas perpassam a realização da primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), promovida pela ONU, em Viena (1982). A elaboração de um plano com objetivos, lançando o olhar para essa nova tendência mundial, se consolida como um avanço, contudo o mesmo contém percalços, pois iniciou um processo de idealização do processo de envelhecimento e velhice, não privilegiando uma leitura crítica, fala-se

dos (as) velhos (as), mas não se discute com eles. Camarano e Pasinato (2004) apontam que essa assembleia teve o plano desenvolvido direcionado para os países de capitalismo central e/ou àquelas pessoas idosas que possuíam capacidade de consumo, como explicitado abaixo:

A concepção de idoso traçada no plano era de indivíduos independentes financeiramente e, portanto, com o poder de compra. [...] suas necessidades deveriam ser ouvidas, pois agregavam valor à economia e permitiam o desenvolvimento de um novo nicho de mercado, [...] o plano também foi fortemente dotado por uma visão de medicalização do processo de envelhecimento. (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 255).

Possuindo, portanto, a clara intencionalidade de mudança da imagem da velhice, daqueles sujeitos antes tidos como “invisíveis” para a transição de um papel de protagonista no âmbito da sociedade do consumo.

Entretanto, também entendemos esse processo pelo viés da movimentação social em prol dos direitos dos envelhecidos, visto que, colocar a discussão sobre envelhecimento na agenda mundial das políticas públicas foi um ganho do movimento, porém em uma sociedade que o valor humano é medido pela sua capacidade produtiva, a luta social das pessoas idosas foi sendo reduzida a uma pseudoinclusão, ou seja, foi a tentativa de uma valorização estrategicamente articulada que sucumbiu momentaneamente o movimento social do idoso. A influência dessa AME se deve principalmente a inserção dos direitos das pessoas idosas nas cartas maiores dos países tanto de capitalismo central quanto a do periféricos.

Logo, vinte anos após a Assembleia de Viena, ocorre em Madrid a segunda AME, em 2002, esse plano era direcionado aos países considerados em “desenvolvimento”, pois tendo como referência os dados estatísticos, concluiu-se que a população idosa dessas nações vinha crescendo vertiginosamente. A preocupação deste plano incide sobre a promoção do envelhecimento ativo das pessoas idosas, levando em conta as melhorias na saúde, segurança e participação social dos envelhecidos na sociedade. Para tanto, são elencados determinantes econômicos, sociais, ambientais, que são assuntos transversais que influenciam no processo de envelhecimento e velhice.

Todavia, o questionamento que colocamos é que esse plano foi criado e pensado sob os moldes da política social de caráter “ingênuo”, que traz em sua

essência a ideologização da velhice como a boa idade, sem levar em consideração a real condição de vida das pessoas. Suas orientações são vagas e se restringem a uma condição de inserção das pessoas idosas na sociabilidade, de uma participação passiva e cívica, para a “harmonização” das diferenças entre as gerações.

Entre avanços e desafios, as pessoas idosas foram se destacando pela sua movimentação política na conquista de direitos, tanto no âmbito mundial quanto no cenário brasileiro. A garantia legal dos direitos das pessoas idosas no Brasil vem sendo consolidada por meio de regulamentações que indicam linhas de ação e diretrizes, podemos destacar a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988), Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994), Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), Envelhecimento Ativo: uma política de saúde (OMS, 2005) e o Decreto nº 8.114/2013 (BRASIL, 2003), que instituiu o compromisso nacional para a promoção do envelhecimento ativo.

Todavia, percebemos nitidamente que as garantias legais carecem de efetivação e concretização, especialmente se refletimos que essas garantias foram conquistadas em plena implantação do ideário neoliberal, como aponta Teixeira (2008, p. 291): “[...] a garantia desses direitos é ambígua, reafirma-os como responsabilidade do Estado e nega-os ao remeter a execução da política para a sociedade civil, campo da ajuda social e da lógica do mercado.”

Portanto, não podemos deixar de salientar que o movimento social que luta pelos direitos e reconhecimento da pessoa idosa no Brasil, tenta resistir a essa conjuntura adversa que lança cotidianamente novos desafios para esses atores sociais, dentre eles podemos citar: a concepção que entende a velhice da população como um “problema social”, àquelas estratégias do capital que se referem à ideologia da velhice que serve para mascarar e sucumbir a condicionante de classe e ainda ocultar as movimentações políticas do segmento idoso, afirmamos aqui o compromisso do método marxista de desmistificar e investigar a essência dos fenômenos.

Acreditamos que, a partir dessa breve introdução crítica sobre a concepção de totalidade, buscamos demonstrar as contraditoriedades de compreensão sobre a velhice que emergem na contemporaneidade, e vimos como pertinente abordar com profundidade a ideologia do capital sobre a velhice, como instrumento de ocultação das expressões da Questão Social que as pessoas idosas enfrentam no cotidiano.

**CAPÍTULO 2 IDEOLOGIA E COTIDIANO: AS PRODUÇÕES SOCIAIS DA
VELHICE NA CONTEMPORANEIDADE**

Nesse capítulo buscaremos conceituar e entender a ideologia e o cotidiano como elementos imprescindíveis para produção e reprodução do sistema capitalista, buscando decifrar as mediações presentes entre a ideologia da velhice e a veiculação cotidiana dos estereótipos homogeneizantes da velhice, fazendo contraponto com a defesa da heterogeneidade das velhices que pousa sobre a luta de classe.

2.1 Reflexões sobre a esfera do cotidiano e ideologia, como elementos de produção e reprodução do capital.

Na contemporaneidade, o tema do cotidiano vem sendo objeto de discussão nas áreas das ciências humanas e sociais, justamente pelo fato de ele ser a esfera privilegiada da reprodução da vida humana, visto que, de acordo com Heller (2008, p. 31) “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.” Todavia, é preciso apreender o cotidiano com suas mediações e contradições, ele não é um todo linear a-histórico, mas sim uma unidade complexa e histórica, ele resguarda assim, o passado da história da humanidade, os avanços e desafios, a contradição inerente ao modo de produção capitalista, e as perspectivas de superação, ou seja, “Portanto, é preciso partir da imediatividade da vida cotidiana e ao mesmo tempo ir além dela para poder apreender o ser como autêntico em-si.” (LUCKÁCS, 2010, p. 37) e Paulo Netto e Carvalho (2012, p. 65), ainda indicam que,

[...] a colocação da cotidianidade no campo da reflexão do Serviço Social se reatualiza simultaneamente com os riscos polares do racionalismo limitado (v.g., a moléstia positivista) e da derivação irracionalista (v.g., a vertente fenomenológica), por outra abre uma alternativa preciosa: a de uma apropriação séria e responsável do arsenal crítico da teoria social de Marx [...].

Ainda enfatizamos que, com as teorias que se encaixam na corrente pós-moderna, o cotidiano se mostra como essencial para essa análise do mundo, todavia, destacamos que essa reflexão é mais centrada no indivíduo e em sua subjetividade, sendo que a cotidianidade é tomada somente sobre o ponto da realidade micro, não mediatizando a compreensão crítica do macrossocial e sua influência na produção e reprodução da vida social.

Afirmamos que a cotidianidade está no centro da reprodução e construção da sociabilidade, lembremo-nos de que ela é fruto das atividades humanas em espaço e tempo determinados, ou seja, o cotidiano é construído e mediatizado pelo seres sociais em uma postura ativa e histórica, mas limitada pelas condições objetivas. Essa troca orgânica de construção da sociedade (homem - natureza) é complexa, dinâmica e contraditória, fato que torna o movimento da realidade na cotidianidade como uma reprodução única.

Sendo que, o cotidiano pode se tornar instrumento de alienação⁵ para o ser social, de aleijamento do sujeito sob a realidade e distanciamento da relação humana entre a produção e reprodução da sociedade, ou seja, pode ser instrumento de alienação do reconhecimento da atividade humana e distanciamento do gênero humano, da alteridade entre os seres sociais, já que, na vida cotidiana condicionada sob essa sociabilidade do capital, o homem não se coloca “por” inteiro, porque já nasce sob dadas condições sociais, regras e normas morais, que buscam perpetuar a ordem social vigente, assim o sujeito social não é “[...] pura e simplesmente indivíduo, no sentido aludido, nas condições de manipulação social e da alienação, ele vai se fragmentando cada vez mais ‘em seus papéis.’” (HELLER, 2008, p. 37).

Mesmo que a vida cotidiana seja inerente e necessária a todos os seres sociais, já que Paulo Netto e Carvalho (2012, p. 67) afirmam que a cotidianidade se constrói “Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social.” O cotidiano se mostra também como esfera privilegiada da repetição, que permite que se generalizem as ideias no senso comum—ultrageneralização—por exemplo, transformando uma exceção em uma doutrina, ora, também quando se torna o elemento disseminador das ideias moralizantes, que se fundam no dever-ser já dado e naturalizado, podendo cristalizar juízos provisórios.

Destacamos que essas questões reforçam e alimentam o *modus vivendi* da sociabilidade do capital, ademais, a vida cotidiana age sobre as premissas do ritmo fixo e da regularidade. Sendo que vimos como pertinente, ressaltar que, “[...] a moral participa de uma função ideológica precisa: contribui para a veiculação de modos de ser e de valores que favorecem a legitimação da ordem social dominante.” (BARROCO, 2010, p. 161).

⁵ Entendemos que, “Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.” (HELLER, 2008, p. 58).

Sob a prática utilitarista que “[...] no plano da cotidianidade, o critério da utilidade se confunde-se com o da verdade.” (PAULO NETTO; CARVALHO, 2012, p. 69), assim passamos a acatar na cotidianidade a imediaticidade dos acontecimentos sociais, que por sua vez, são compreendidos em sua superficialidade, havendo uma absorção imediata das informações recebidas e muitas vezes essas ideias são reproduzidas, sem que haja uma reflexão sobre elas e conforme anuncia Heller (2008, p. 57) “A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo, na medida em que aquele que as assimila é um indivíduo sem ‘núcleo’”, isso interfere na dimensão da participação do ser social na construção da sociedade enquanto um ser consciente, reflexivo e atuante.

De outro lado, também nunca se deve esquecer que, na vida cotidiana, os problemas da práxis só podem emergir de modo imediato, o que, por sua vez, se absolutizado acriticamente, pode conduzir a distorções –ainda que de outro tipo– da verdadeira constituição do ser. O modo de consideração ontológico, que, como vimos, tem de saber-se e sentir-se capaz de submeter a uma crítica fundada no ser mesmo as manifestações mais elaboradas do ser social, precisa mobilizar constantemente esse método crítico também em relação à vida cotidiana. (LUCKÁCS, 2010, p. 69).

Luckács identificou como determinações do cotidiano, ou como “[...] componentes ontológicos-estruturais” (PAULO NETTO; CARVALHO, 2012, p. 68): a heterogeneidade que se dirige à fluidez, mudança e movimento do real; a imediaticidade, que se refere à unidade de pensamento e ação e a superficialidade extensiva que remete à capacidade de sintetizar os fenômenos, sem refletir criticamente sobre eles.

Dessa maneira, o cotidiano se torna também um instrumento de veiculação e disseminação do *status quo* por meio da apreensão das ideias dominantes que se dão pela consciência, de forma processual no movimento de construção e reconstrução, ou seja, não é algo dado, transferido. Depende das condições de vida e vivências dos indivíduos sociais, cabendo salientar que todos os indivíduos possuem representações do mundo que os cercam, ou seja, de acordo com Iasi (2011, p. 14) “[...] a consciência é gerada a partir e pelas relações concretas entre os seres humanos, e desses com a natureza, e o processo pelo qual, em nível individual, são capazes de interiorizar relações formando uma representação mental delas.”

O ponto central da discussão do que Iasi (2011) aborda sobre essa primeira forma de consciência se encontra no fato de que essa representação de homem e de mundo é tomada em sua superficialidade, privilegiando a parte em viés da compreensão do todo, daí a compreensão do todo é dada pela parte, ou até mesmo as exceções se tornam regras gerais, materializando o elemento da ultrageneralização do cotidiano. Esse sistema de ideias dominante reforça ao sujeito social a naturalização das relações sociais, buscando justificar a desigualdade, traduzindo-as em normas, regras, “padrões” e concepções moralizantes que posteriormente serão reproduzidas no cotidiano pelos indivíduos sociais, essa forma de consciência expressa alienação e, “[...] quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas.” (HELLER, 2008, p. 58).

Iasi (2001, p. 22) identifica e discute três aspectos da alienação: “a) o ser humano está alienado da natureza; b) o ser humano está alienado de si mesmo; c) o ser humano está alienado de sua natureza.” Ora, sob a égide do modo de produção capitalista, o trabalho, elemento central da construção da sociabilidade humana, não mais se mostra como espaço criador e libertador, mas sim como cerne da expropriação do capital sobre o tempo de vida e trabalho das frações⁶ da classe trabalhadora, isto é, o trabalho — em seu sentido ontológico — que demonstra a relação dialética legítima do homem e da natureza, na construção do ser social e da criação de valores humanizadores e aproximação do homem com o produto de seu trabalho, passa sob a sociabilidade do capital ser a expressão da coisificação do homem, de sua exploração e apresenta o estranhamento do produto do trabalho humano, assim a natureza parece alheia e distante do ser humano. Logo, o trabalho passa de elemento humanizador para se tornar um meio de sobrevivência, ora,

[...] o trabalho alienado separa o homem do objeto de sua produção, decorre daí que ele separa o homem de sua vida genérica, de sua objetividade genérica real e transforma a vantagem do homem sobre o animal em defeito, em razão de seu corpo inorgânico, e a natureza, lhe serem retirados. (DUMÉNIL; LOWY; RENAULT, 2011, p. 146).

⁶ Utilizamos o termo fração de classe, para designar grupos de trabalhadores que possuem as mesmas condições de vida e trabalho. Aludimos que, “[...] o que ocorre hoje é a convivência das classes fundamentais com outra diversidade de classes, e dentro de cada uma delas uma enorme heterogeneidade.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 90).

O trabalho tido como mera esfera da venda de força de trabalho para a sobrevivência acaba por retirar todo elemento socializador e criador desse, essa esfera adversa provoca a alienação do homem para com sua natureza, chegando a não se reconhecer em seu semelhante, reduzindo a potencialidade da alteridade.

As estratégias nessa sociabilidade propõem — nas entrelinhas — o isolamento do indivíduo e sua individualização, a redução de sua compreensão a mera aparência da realidade, protegendo a propriedade privada e a disseminação da ideia de “harmonia” entre as classes sociais, isto é, esses sistemas de ideias contribuem para a perpetuação desse sistema, que é produzido e reproduzido na vida cotidiana, assim, “[...] todo o conjunto das relações sociais aparece nas ideias como se fosse coisa em si, existente por si mesma, e não como consequência das ações humanas.” (CHAUÍ, 2012, p. 72).

Aliás, para complementar nossa análise da vida cotidiana, podemos nos remeter a discussão da ideologia, que se torna um condicionante essencial para se analisar a teia cotidiana e as relações sociais produzidas, idealizações e representações sociais que são assimiladas pelos indivíduos sociais de acordo com o tempo e espaço do capital, ou seja “A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.” (CHAUÍ, 2012, p. 86).

A ideologia ocupa espaço transversal na socialização do indivíduo, ela se refere à um conjunto de ideias que podem vir a facilitar as escolhas éticas do sujeito social tomadas em prol da coletividade, ora, a ideologia, não é de todo algo negativo, se constituindo como um *corpus* de diretrizes para se viver em sociedade, sob esse ponto, Luckács (2010, p. 38) enaltece que, *a priori* “[...] as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele.”

A ideologia, tida como mediação de segundo grau de acordo com Paiva (2014) possui articulações inerentes com as relações sociais estabelecidas sobre a realidade objetiva, isso nos permite inferir que a ideologia é uma unidade de ideias que emergem da materialidade, pois, há uma “[...] indissolúvel ligação com tendências do evoluir ideológico no desenvolvimento da sociedade e da economia capitalistas.” (LUCKÁCS, 2010, p. 63), senão tivermos essa premissa consolidada podemos recair nas lacunas teóricas do idealismo hegeliano, ou seja, as ideias não modificam a realidade, mas sim são expressões do concreto pensado e

acrescentamos daquilo que é “estabelecido”, o mesmo autor salienta que as fronteiras da ideologia transitam entre o verdadeiro e falso, concreto e abstrato, realidade e idealização de acordo com a sociabilidade e a visão de homem e de mundo.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas, por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas, transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. (MARX, 2008, p. 208).

Como já dito a base material político e econômica geram ideias, ora, sob o julgo do embate capital e trabalho, da alienação e dos obstáculos que muitas vezes, tentam restringir o ser humano a sua primeira consciência, segundo Chauí (2012, p. 71, grifo do autor)

A consciência, prossegue o texto da *A ideologia Alemã*, está indissolivelmente ligada às condições materiais de produção da existência, das formas de intercâmbio e de cooperação, e as ideias nascem da atividade material. Isso não significa, porém, que os homens representem nessas ideias a realidade de suas condições materiais, mas, ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes *aparece* na experiência imediata.

Essa atmosfera criada pela classe dominante, que é adversa à expansão dos seres humanos, passa a conceber a ideologia enquanto um instrumento de produção e reprodução da ordem burguesa, assim, essa atmosfera fica propícia a aceitação imediata das ideias dominantes – tidas como verdades absolutas – no grau da primeira consciência,

[...] a *práxis* utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o home em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade. (KOSIC, 1976, p. 14, grifo do autor).

E salientamos que, a própria materialidade das relações sociais cria obstáculos para a reflexão do individuo por meio do cotidiano, assim,

Sobre as diversas formas de propriedade e sobre as condições sociais de existência ergue-se toda uma superestrutura de sensações, ilusões, modos de pensar e visões de vida diversos e formados de um modo peculiar. A classe inteira cria-os e forma-os a partir das suas bases materiais e das relações sociais correspondentes. O individuo isolado, a quem afluem por

tradição e educação, pode imaginar que constituem os verdadeiros princípios determinantes e o ponto de partida do seu agir. (MARX, 2008, p. 243).

Logo, a produção e a reprodução das ideias do sistema capitalista repousam sobre a disseminação da ideologia da classe dominante que é veiculada pelos complexos sociais com o fim de manutenção desse mesmo sistema, justamente porque,

[...] a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados. (CHAUÍ, 2012, p. 94).

Desse modo, a ideologia é um todo articulado, complexo, contraditório e dinâmico que se engendra no sistema do capital, que *a priori* “impõe” ao sujeito o modos de ser, comportar-se de acordo com sua fração de classe social, possuindo a naturalização da desigualdade como ponto fundante, ora,

[...] a ideologia e as relações sociais de produção formam um todo dialético, ou seja, não estabelecem simples relações de complementariedade, mas uma união de contrários. Por mais elaborada, sofisticada e eficiente que seja uma ideologia, ela ainda é representação mental de certo estágio das forças produtivas historicamente determinadas. (IASI, 2011, p. 26).

O importante a se notar nesse processo é o movimento persistente da ideologia dominante da naturalização das relações sociais desiguais, fato que, Duménil, Löwy e Renault (2011, p. 65, grifo do autor) afirmam, quando em relação a concepção de ideologia na teoria marxista,

Esse conjunto de representações “repousa” sobre as formas de propriedade e de existência social, mas são *as classes sociais que o criam*; em outras palavras, a ideologia ou a “superestrutura” nunca é a expressão direta da “infraestrutura” econômica; ela é produzida e inventada pelas classes sociais, em função de seus interesses e de sua situação social. Portanto, não existe ideologia em geral de uma sociedade, mas representações, maneiras de pensar de diferentes classes sociais.

Assim, o ser humano nasce em um determinado contexto social, com regras e normas moralizantes já pré-impostas, portanto, logo a família –como primeiro círculo de convivência humana – comunidade e a sociedade, vão transmitindo valores e concepções de homem e de mundo que lhes parecem verdadeiras. E, nesse espaço o ser social constrói sua consciência, assumindo os valores passados pela

sociedade, como sendo próprios e inerentes a si mesmo, pairando muitas vezes em uma visão distorcida e superficial da realidade.

Essa “imposição” ideopolítica que estabelece modos de ser e estar para os sujeitos sociais amplia-se e acaba por fragmentar a vida humana em fases de desenvolvimento. O que ocorre, é que com a delimitação da infância, juventude e velhice, a sociedade “elege” padrões de comportamento, de acordo com seus interesses de classe, de modo que, há também uma composição em torno da ideologia da velhice que estabelece modos de ser, estereótipos que afirmam a ordem social vigente. Destarte,

Não se pode compreender a ideologia apenas como falsa consciência na medida em que ela se torna o modo como os dominados vêem o mundo, e se relacionam com ele. Portanto, a ideologia deve também ser entendida como visão de mundo, um conjunto de ideias que fazem frente a ideologia dominante. (HADDAD, 1986, p. 19).

Assim, é fundamental refletir sobre as produções sociais da velhice, do ponto de vista do real concreto, do concreto pensado que, atualmente sua raiz se assenta sob o trabalho explorado, partir desse prisma do pensamento crítico é conceber a velhice como uma fase heterogênea, que tem na luta de classes seus condicionantes, justamente, Beauvoir (1990, p. 17) declara que “[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice” e claro, acrescentaríamos que também pode aferir a maneira que se concebe a velhice, contrastando com as imagens difundidas socialmente no cotidiano desses sujeitos sociais.

2.2 Ideologia e cotidiano: as produções sociais do processo de envelhecimento e velhice na contemporaneidade

Salientamos que, foi preciso que fizéssemos uma breve análise filosófica, mas também imbuída do caráter político sobre a esfera do cotidiano, a introjeção de ideias, concepções e ideias pela consciência, introduzindo o debate sobre ideologia na sociedade do capital. O primordial é compreender que sem essas concepções bem delineadas não seríamos capazes de estender o assunto a presente ideologização do processo de envelhecimento e velhice e como essa produção sobre o que é estar velho (a) nessa sociedade é vivenciada pelos sujeitos sociais. Esse caminho percorrido foi intencionalmente planejado, para que quando

introduzíssemos a discussão sobre as produções sociais da velhice na modernidade, essa já viesse carregada de uma historicidade e criticidade. Debert (1999, p. 13) indica que,

Tratar da velhice, dessa perspectiva, é buscar acesso de privilegiados para dar conta de mudanças culturais nas formas de pensar e de gerir a experiência cotidiana, o tempo e o espaço, as idades e os gêneros, o trabalho e o lazer, analisando, de uma óptica específica, como projeto sua própria reprodução.

O que presenciamos na contemporaneidade sobre a velhice não é um resultado do significativo aumento do número de anos na vida da população, mas sim, é fruto de embates sociais, conquistas, permanências e mobilizações políticas. Todavia, nesse processo é importante não perder de vista que há na produção e reprodução social da velhice a disputa de projetos societários, que muitas vezes, pendem para a emancipação política e humana da sociedade, ou podem ser projetos que visam somente a inserção e pseudovalorização da velhice não mudando assim as bases materiais de constituição de nossa sociedade desigual. Enfatizamos que,

[...] a característica fundamental da ideologia da velhice repousa em sua a-historicidade, em ocultar e desconhecer os diferentes modos de viver, sofrer e suportar a velhice. Enfim, a ideologia da velhice pretende uniformizar as representações sobre a velhice. (HADDAD, 1993, p. 12).

Assim, é sob esse ponto de vista que iremos desenvolver nossa análise nesse subtítulo, autores como Beauvoir (1990), Debert (1999), Paiva (2014) e Haddad (1986) serão nossas referências clássicas e essenciais para o desenvolvimento dessa investigação, que visa analisar criticamente a disseminação das produções sociais homogeneizadoras sobre a velhice.

Primeiramente, vamos discorrer sobre a construção dessa concepção negativa do processo de envelhecimento e velhice que é ligada à decadência, decrepitude e improdutividade, mas é um todo articulado minuciosamente ligado ao tempo e espaço do capital e posteriormente, sob a ascensão do modo de produção capitalista à condição de classe social. Logo, teremos condições para discutir essa emergente imagem do velho (a) enquanto um ser ativo, consumidor, protagonista e participante, esse processo que traz em si um projeto da sociabilidade do capital, reflexo da reificação e da própria mercantilização da velhice.

2.2.1 A imagem negativa da velhice: da ideia de improdutividade à perspectiva da miséria

Nesse subtítulo vamos tratar do surgimento da concepção negativa sobre o envelhecer, que emerge, sobretudo, na égide do sistema capitalista de produção., todavia é preciso recorrer a historicidade dessa concepção, principalmente, no trato do velho nas sociedades antigas e medievais, na consolidação do capitalismo, da divisão da vida em fases, essas determinadas por fronteiras cronológicas na modernidade.

Compreender como se deu o processo de envelhecimento e velhice ao longo da história da humanidade não é tarefa fácil e nem linear, justamente pelo fato de que a velhice não é todo homogêneo e multidimensional, podendo variar de acordo com o tempo, espaço, cultura, entre tantos outros condicionantes. Beauvoir (1990) é um dos expoentes na investigação social da velhice nas sociedades primitivas, ela que consegue expressar a articulação entre o binômio: saúde e velhice — destacamos que é frequente na contemporaneidade — os manuscritos filosóficos, os tratados da medicina se debruçam de como evitar as doenças que vinham com a idade avançada, nas recomendações eram diversas e acompanham o desenvolvimento do conhecimento científico.

Beauvoir (1990) discorre que a medicina e sua visão sobre o processo de envelhecimento e velhice no Egito antigo estava atrelada à magia e ao culto dos deuses e na Grécia esteve ligada à surgimento da filosofia e os questionamentos sobre origem da vida e da contemplação da natureza.

Mas a autora afirma que, o entendimento da medicina enquanto ciência e arte se encontram na figura de Hipócrates, que concebe a velhice como doença e indica que ela inicia aos 56 anos de idade, sendo a vida humana poderia ser comparada às quatro estações da natureza, e a velhice era análoga ao inverno: aproximação da morte, caída das folhas e da morbidade física, entretanto, mesmo com todas as restrições impostas pelo passar do tempo e as doenças identificadas como próprias da velhice, isto não era sinônimo da estagnação das atividades dos (as) velhos (as) nas sociedades, as recomendações de Hipócrates aos (as) velhos (as) eram a moderação e a execução de atividades sociais. Os (as) velho (as) também eram tidos como guardiões das tradições e das experiências das sociedades, assim sendo considerado como símbolo da sabedoria, pois também estava perto da morte, ou

seja, “[...] o idoso é depositário da ciência, se conserva a lembrança do passado, ele suscita o respeito.” (BEAUVOIR, 1990, p. 56).

No entanto, a vinculação entre as questões de saúde e velhice vão persistir até meados do século II, quando Galeno afirma que a velhice seria então, a fase que compreendia entre doença e saúde, ou seja, não considerava a velhice como uma doença, mas como uma etapa da vida, o interessante é que suas recomendações se baseavam no princípio “*contraria contrariis*”, o corpo do velho seria frio e estagnado e por isso necessidade de ser aquecido e retomar atividades diárias, isto é, já se ressaltava a ideia de um envelhecimento ativo perante a comunidade.

As explicações sobre a velhice eram influenciadas pela religiosidade, especialmente as monoteístas, pois, na época o conhecimento estava restrito ao clero, sendo que, durante a Idade Média o desenvolvimento de teses sobre a velhice não avança muito, no entanto, devemos considerar que durante esse período de restrição há produção de conhecimentos sobre a arquitetura, os cantos gregorianos e a arte, sendo que todo conhecimento elaborado estava centrado na existência de Deus. Aqueles que, por alguma razão, destoavam o discurso da Igreja católica, eram condenados a passarem pela inquisição, em uma espécie de julgamento. Entretanto, é preciso reconhecer que a Igreja, que condenou várias pessoas injustamente levando a morte àqueles que desafiavam sua hegemonia, também foi precursora no cuidado para com os velhos na caridade.

Com o processo longo e histórico de questionamento da ordem vigente, do desenvolvimento da teoria heliocêntrica, da emergência do movimento da Contra-reforma, da busca por novos mercados a serem explorados por meio das grandes navegações, a acumulação de riquezas, terras e de ouro nas mãos da nobreza e clero (regime feudal), permitem focos de desenvolvimento da ciência para além dos limites que a Igreja impunha. Assim, a arte da anatomia se torna central para o desenvolvimento do conhecimento médico sobre a velhice que oscilava entre tratamentos preventivos que propunham hábitos de higiene e a tratavam como uma doença sem cura, que causava um enfraquecimento das funções vitais. Peixoto (2006, p. 69) descreve que

[...] em 1822, a baronesa de Maussion, indicava em seu livro *Quatre lettres su la vieillesse des femmes* que, para se ter uma boa velhice, era preciso, além da piedade e da paz, que os velhos mantivessem relações sociais constantes com os jovens.

Devemos considerar a categoria trabalho que, enquanto uma divisão natural atendia às demandas das sociedades, agregando as diversidades da mesma, assim o velho tinha um papel na comunidade. Quando a reflexão sobre a velhice no período feudal, é de primor considerarmos o dizimamento da população devido aos conflitos pela posse de terra, as pandemias e as péssimas condições de vida. todavia, Paiva (2014, p. 57) destaca

A velhice, experiência tão antiga quanto a história da própria humanidade, longe se ser um problema social era vivenciada naturalmente no domínio do espaço privado e da mesma maneira se vivenciava o processo de finitude da vida humana.

Especialmente, se considerarmos a emergência da exploração do trabalho, na transição do feudalismo para o capitalismo, da emergência do aparelho do Estado e gradativa ascensão da burguesia. Paiva (2014, p. 79) salienta que, “[...] o espírito capitalista começou a dominar o espírito dos homens. Perde-se a noção da riqueza como fundo de sentido social e prevalece a ideia de riqueza enquanto posse individual.”

Dessa maneira, o cuidado com os (as) velhos (as) ficavam a par da caridade ou da família. As primeiras iniciativas do cuidado social dos velhos emergem no contexto francês no século XIX, quando se passa a distinguir “[...] os velhos dos mendigos internados nos ‘depósitos de velhos’ e nos asilos públicos” (PEIXOTO, 2006, p. 70), outra autora indica que “A *Salpêtrière* era o maior asilo da Europa; abrigava oito mil doentes, dos quais entre dois e três mil eram velhos.” (BEAUVOIR, 1990, p. 28).

Sob a hegemonia do modo-de-produção capitalista, a velhice passa a ser estigmatizada como improdutiva, já que não gera lucros ao capital, sendo, portanto, o valor humano reduzido à capacidade da venda da força de trabalho, visto que ora, “[...] a velhice dos trabalhadores está vinculada à invalidez, ou melhor, à incapacidade de produzir.” (PEIXOTO, 2006, p. 71).

Ressaltamos que a velhice não era alcançada pelo proletariado, vítima da intensa exploração desde a infância, submetido às condições subumanas de vida e de trabalho, portanto, ao mesmo tempo em que ser velho era um mérito diante das condições sociais da classe proletária, também ser velho se mostrava um “peso” para a família, que não dispunha de meios para sobreviver, assim, essa emergente sociedade industrial passa a ressignificar a velhice da classe trabalhadora, assim a

velhice da classe trabalhadora passa a estar intimamente ligada à invalidez e improdutividade, ou seja, “[...] não se pode dizer que a velhice nessas sociedades fosse uma experiência gratificante, o que, de fato, dependeria de posições de prestígio e de poder ocupadas pelas pessoas ao longo da vida.” (DEBERT, 1999, p. 17).

Em linhas gerais, com o agravamento e o aprofundamento do abismo entre as classes antagônicas no embate entre Capital e Trabalho, as expressões da Questão social se agudizam e acabam por ameaçar a ordem vigente, assim o Estado — concebido enquanto instituição que pousa sobre a luta de classes — passa a intervir na área social por meio de políticas públicas, que primeiramente, se configuram de forma isolada, focalizada e imediatista, surgem os seguros sociais, que visavam proteger o trabalho e os segmentos como: a infância e velhice, institucionalizando o curso de vida, assim

A institucionalização crescente do curso de vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos. (DEBERT, 1999, p. 51).

Vera Almeida (2003) afirma que foi a partir do século XVIII que a infância começa a ser demarcada, se distanciando da fase adulta, mas é somente do século XIX que a adolescência ganha destaque como a transição entre infância e vida adulta, o interessante é que todo esse processo é acompanhado pela identificação da velhice enquanto fase de degeneração, Paiva (2014, p. 135) indica que

O mecanismo que promove a fragmentação do curso de vida humana em fases, elegendo intencionalmente a juventude como um valor a ser trocado no mercado como qualquer outra mercadoria com base nos padrões capitalistas de consumo, coloca em contraste e em oposição a velhice como um desvalor.

Ou seja, apesar da sociedade ao longo da história ter desenvolvido mecanismos de periodização do curso de vida, para atender as necessidades de cada etapa do desenvolvimento humano, essas necessidades nasceram da demarcação da vida no mundo trabalho, sendo que, esse processo é fruto das relações entre trabalho e capital, assim Paiva (2014, p. 37) alude que

[...] a velhice, experimentada pela “espécie” que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, traduz o resultado de um sistema que subordina as qualidades e necessidades humanas à ditadura do trabalho gerador de mais-valia á racionalidade dada pela ordem do capital.

Sob a ótica de pensamento do capital, a velhice não participa ativamente do processo de produção de riquezas, portanto se constitui como fase de estagnação, improdutividade do sujeito social, ora, a lógica presente nesse pensamento é da utilidade: o seu valor social é proporcional ao grau de utilidade ao sistema de produção, e nessa ótica do capital, que é acatada por Bobbio (1997, p. 20) “Cada vez mais, o velho passa a ser aquele que não sabe em relação aos jovens que sabem [...].”

Nessa trama a periodização da vida passa a atender o processo produtivo e de trabalho, sendo que a sociedade passa a construir padrões sociais comportamentais de acordo com a idade cronológica, segundo Debert (1999, p. 56)

O curso de vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário uma burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria.

Dessa maneira, o indivíduo social passa a ser regido por normas e “estatutos” de acordo com sua idade, ora, é-lhe reservado um *lócus social* e essa fase é preenchida de valores e juízos morais. Assim, “adentrar” na velhice pode ser expressão do afastamento do mercado de trabalho, mesmo que em determinados contextos a aposentadoria se mostre como uma conquista. Na sociedade contemporânea ainda supervaloriza a participação ativa do sujeito no mundo trabalho, ora, afastar-se da produção seria, portanto, assumir sua improdutividade, ou seja, “[...] a aposentadoria simboliza a perda de um papel social fundamental — o de indivíduo produtivo —, passando a ser um sintoma social de envelhecimento.” (PEIXOTO, 2006, p. 74). Assim, assumir ser velho empreende estar junto a um contingente populacional que é cotidianamente desvalorizado, pois, “[...] a velhice é uma categoria social. Tem estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem. A sociedade industrial é maléfica para a velhice.” (BOSI, 1994, p. 77).

A velhice e suas compreensões no século XX são diversas e aparentemente contraditórias, embora seja período que representado por conquistas em relação ao aumento da expectativa de vida, melhoria das condições sociais dos velhos, triunfos no âmbito da seguridade social que buscaram assegurar mínimos sociais para os velhos.

É importante frisar que essa concepção negativa da velhice, fundada nos moldes do sistema produtivo do capital e as precariedades das condições de vida um grande contingente populacional de pessoas envelhecidas, passa a evidenciar suas mazelas e isso é de fundamental importância para o surgimento da gerontologia (1968) que se ocupa do estudo do processo envelhecimento e seus múltiplos determinantes, primeiramente, a perspectiva adotada pela gerontologia é aquela que remetia a velhice a fase que podia ser repleta de problemas de saúde, isolamento social, dependência e degeneração. Sendo que, essa “[...] perspectiva da miséria foi, sem dúvida, fundamental para a transformação do idoso em um ator político, tornando a sociedade brasileira mais sensível aos problemas relacionados com o envelhecimento e com a aposentadoria.” (DEBERT, 1999, p. 228).

A velhice ainda é essencialmente compreendida como demonstração da improdutividade humana, principalmente se buscarmos desvelar as concepções que surgem entre as décadas de 1940 e 1960, há uma intencionalidade de se desvincular a imagem negativa da velhice, a desvinculação — não a ruptura — com a criação de novas “palavras” para se designar velhice, como idoso, terceira idade, boa idade, entre tantas outras variações.

De modo geral, isso representa uma recusa ao processo de envelhecimento e velhice e ser velho passa a ser um valor atribuído àqueles que não “se cuidaram”, sinônimo de decrepitude, ócio, improdutividade e decadência, ou seja, ser velho passa a ser concebido como um adjetivo pejorativo, que coisifica essa fase da vida. O processo de alteridade, de reconhecimento do outro também enquanto pessoa que envelhece se compromete, pois o velho é sempre o outro, ora, o que presenciamos na atualidade é a negação dessa fase da vida, mascarando-a com novas nomenclaturas que negam a contradição e ocultam as mazelas de quem não teve oportunidades e acesso efetivo à políticas públicas que promovam o bem envelhecer durante o curso de vida, Peixoto (2006, p. 78)

As ações em favor da mudança de nomenclatura se multiplicam, as instituições governamentais adotam uma outra representação das pessoas envelhecidas, mas isso não significa a implantação de uma política social voltada especificamente para a velhice.

O pretendemos ressaltar nesse subtítulo é que a concepção negativa da velhice emerge da materialidade das relações sociais, primeiramente devido às precárias condições de vida e o desconhecimento dessa fase da vida, já que tão poucos a vivenciavam. Logo, com a ascensão do sistema do capital para a velhice a característica da improdutividade, e em um processo maléfico acaba por entender a vida humana sob o rol da utilidade, feiticizando as coisas e reificando o ser humano causando o desprestígio e a estigmatização do velho na sociedade, Bobbio (1997, p. 30), descreve sua velhice justamente ligando-a um estereótipo negativo, afirmando que

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória [...] A dimensão na qual o velho vive é o passado . O tempo do futuro é para ele breve demais para dedicar seus pensamentos àquilo que está por vir. A velhice, dizia aquele doente, dura pouco. Mas justamente porque ela dura pouco é que devemos empregar o tempo menos para fazer projetos para um futuro distante ao qual já não pertencemos [...].

Na contemporaneidade, o processo em sua essência é ainda mais contraditório: há uma veiculação da negação da velhice, pois nas entrelinhas a velhice é entendida como uma fase estagnada e que o indivíduo deve a todo custo afastar-se de seus males, ora, no âmago desse processo há o entendimento do ser velho enquanto um valor que deve ser remetido somente àqueles velhos institucionalizados, ou às pessoas envelhecidas em situação de vulnerabilidade, dependência ou incapacidade, fato esse que produz a não aceitação da velhice como uma fase natural da vida, desmobilizando os sujeitos envelhecidos através do não reconhecimento de si enquanto velho e mascara a contradição fundamental de classes e sua importância como condicionante do processo de envelhecimento e velhice na sociedade atual.

2.2.2 A imagem positiva do processo de envelhecimento e velhice: a “boa” velhice no tempo e espaço do capital

O cenário brasileiro na contemporaneidade tem apresentado um movimento em curso da criação de uma nova produção sobre o processo de envelhecimento e velhice. Há, portanto, a emergência de uma concepção de velhice que pousa sobre o envelhecimento ativo, saudável e participativo, essa produção é gerida e disseminada no cotidiano, tendo forte incentivo/investimento dos grandes grupos das indústrias farmacêuticas, cosmética, dos planos de saúde, casas de repouso, clínicas geriátricas e também do turismo especializado para a “terceira idade”, mas é preciso entender que “Trata-se, [...] da velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital.” (PAIVA, 2014, p. 30).

Essa aparente valorização não se deu de forma evolutiva, linear, muito menos ao acaso, ela se concretiza sobre o contexto do capital financeiro, da construção sociedade do consumo, da feiticização da mercadoria com a consequente reificação do homem, na conjuntura da flexibilização dos processos produtivos sob o ideário neoliberal, acrescida da veiculação acelerada da informação via meios de comunicação em massa, assim, “Com a tecnologia da informação, nunca a tirania das imagens e a submissão ao império das mídias nunca foram tão fortes.” (DUPAS, 2001, p. 51).

Essa visibilidade do segmento idoso se deve às mobilizações sociais em prol desses sujeitos, suas lutas tiveram início juntos às reivindicações do direito ao acesso à previdência e, logo, tiveram como frutos a ampliação das pautas desembocando nas garantias legais, tais como a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.442/94) (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) (BRASIL, 2003). O objetivo de nossa reflexão nesse subtítulo é desvelar como esse processo de lutas das pessoas envelhecidas vem sendo feiticizado pela ordem do capital que passa a idealizar uma concepção de ser velho (a), em uma nova roupagem, sobretudo, a partir de 1990 — a década não é mera causalidade: se refere a adoção do ideário neoliberal e a ascensão dos moldes de consumo em massa. O ponto central é que essa produção social do ideal de ser velho (a) vem carregada de ideias que não condizem com a realidade social dos (as) velhos (as) na sociedade brasileira.

Assim ergue-se uma superestrutura de ideias que perpassam o processo de envelhecimento e velhice, homogeneizando essa fase da vida trazendo-a como “boa

idade”, “jovem idade”, trazendo uma concepção ingênua de velhice, sendo uma fase em que tudo se pode, desde que você tenha “força de vontade”, criando especulações de como evitar os “males” do envelhecer seja por meio da alimentação saudável, da prática de exercícios físicos ou da socialização. Há assim, um processo de persuasão que se poderia “[...] viver a velhice sem incômodos e essa era uma questão exclusivamente de vontade. O carro, o elevador e as comodidades da vida moderna permitiam que todas atividades fossem mantidas.” (DEBERT, 1999, p. 77).

Isto é, se constrói um verdadeiro receituário social de imbuído de contraditoriedades que envolvem a própria negação da velhice e a valorização da juventude, Teixeira (2008, p. 113) afirma que “[...] não se trata de valorização da pessoa idosa, mas da afirmação do valor da juventude.”

A ideologia da velhice, objeto de estudo de Eneida Gonçalves de Macedo Haddad (1986), portanto, procura encobrir e embutir ideais que trazem a pessoa idosa, enquanto um sujeito a – histórico, descartando as potencialidades e reiterando a “improdutividade” da pessoa idosa.

Assim, o que buscamos refletir aqui, não é a efetividade das orientações geriátricas e gerontológicas, mas sim, como essas ideias são tomadas pelo capital e formam uma ideologia sobre a velhice, que mascara os processos históricos de exploração do trabalho das pessoas envelhecidas. Além do que, essa ideologia da “boa” idade acaba por ocultar as expressões da Questão social que se manifestam no contexto da velhice vulnerável, ou seja,

A velhice é considerada como independente das condições materiais da existência dos seus protagonistas, possuindo, portanto, suas representações, o caráter da pseudoconcreticidade: o conhecimento acriticamente reflexivo de que os seus produtores são portadores coloca em relação causal as representações fixadas sobre a velhice e as condições igualmente fixada para somar seus males. (HADDAD, 1986, p. 36).

Nota-se que, na conjuntura atual, a velhice saudável e ativa é tratada, muitas vezes, não como um direito do (a) velho (a) trabalhador (a), mas enquanto uma mercadoria. Fato esse que, transforma a qualidade de vida na velhice, acessível somente àqueles que podem comprar. Bobbio (1997, p. 26) destaca que, “em uma sociedade onde tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo tem um preço, também a velhice pode transformar-se em uma mercadoria como todas as outras.” Sendo que, na contemporaneidade presenciamos

[...] discursos interessados em transformar o envelhecimento em um novo mercado de consumo, prometendo que a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. (DEBERT, 1999, p. 74).

O processo de envelhecimento e velhice se tornam mercadorias a serem vendidas, visto que, há um movimento de instituição de modos de ser, agir e consumir para se atingir o envelhecimento bem-sucedido, pois, a sociedade “[...] exige que *remodelem a si mesmos* como *mercadorias*, ou seja, como produtos que são capazes de obter atenção e atrair *demanda e fregueses*.” (BAUMAN, 2008, p. 13, grifo do autor). Sob esse ponto de vista, Debert (1999, p. 212) afirma que,

Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras de comportamento e consumo de bens específicos, que indicam como aqueles que não se sentem velhos devem proceder.

A mercantilização do processo de envelhecimento e velhice passa a vender um ideal de velhice, que promete satisfazer os desejos das pessoas que envelhecem, esse *marketing* está pautado na valorização da juventude, entendida como um valor, ora, o que é belo está diretamente ligado ao que é vendável, assim, criam-se receitas, que afastam o velho do isolamento, trazendo-o para o lazer, como se o lazer fosse somente um direito da juventude, as propagandas propõem a adoção de novos estilos de vida que remetem à alegria, sorrisos, confiança e aventura, de modo, que a ideia embutida é que a velhice se constitui somente em um período de perdas, tristezas e monotonia. Debert (1999, p. 212-213) traz que,

As revistas tratam de criar um novo ator, definindo um novo mercado de consumo em que a promessa da eterna juventude é o subtexto através do qual um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens de doença, de decadência física e de dependência como destino dos que envelhecem. Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras de comportamento e de consumo de bens específicos que indicam como aqueles que não se sentem velhos devem proceder

Portanto, é evidente o processo que “A comunicação e as mídias, os comunicadores e publicitários, selecionam as imagens daquilo que querem que o mundo venha a ser, especialmente ornadas de artifícios sedutores [...]” (DUPAS, 2001, p. 51). Na verdade, em relação a velhice estamos presenciando somente uma

pseudovalorização da velhice, pois todos os valores que são disseminados estão ligados à ideia de negação da velhice, Paiva (2014, p. 143) alude que

Além de preconizar um tributo à juventude, mas a juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital, são criadas formas de menosprezar e desvalorizar a velhice; ou mesmo de enaltecê-la recorrendo a pelos do tipo “velho jovem” negando a velhice. Ou seja, são criadas novas expressões, eufemismos, para se traduzir a velhice como sinônimo de tragédia humana.

Salientamos que a “valorização” social da velhice tem por determinantes o aumento desse grupo populacional, a participação e reivindicação das pessoas idosas junto ao Estado, mas também o mercado que viu nesse nicho um novo e lucrativo negócio, Debert (1999) alude que essa aparente sensibilidade da sociedade em relação à velhice está ligada com a possibilidade desses velhos (as) possuírem renda fixa por meio dos benefícios previdenciários e por isso se tornarem alvo do mercado de consumo.

Nos anúncios publicitários e no imaginário social, quando nos referimos à velhice, o processo é contraditório: já que, a juventude ainda é valorizada nas entrelinhas, pois há uma busca incessante para se manter dentro dos padrões de beleza vigentes, que não tem a diversidade como ponto de partida, logo,

[...] no dia-a-dia, quando ligamos a televisão, assistimos o apelo da mídia para o consumo de produtos para exorcizar o “fantasma da velhice”, investir no “combate” às marcas do tempo no corpo, receitas milagrosas que prometem a eterna juventude. Simultaneamente, essa mesma mídia apresenta, de forma constante, mensagens de apelo ao que é jovem, fazendo ligação direta ao que é vida, beleza, saúde, prazer, possibilidade. (BRUNO, 2003, p. 77).

Debert (1999) e Bauman⁷ (2008) discutem que sistema do capital que incentiva o consumismo⁸ por meio da veiculação das propagandas, que possui foco no grupo que pode consumir, pois há a necessidade de “[...] classificar o crescente

⁷ Bauman (2008) traz importantes contribuições para a discussão no campo do consumo na contemporaneidade, entretanto vimos como importante, aludir que, esse autor pertence à teorias que emergiram da pós-modernidade, e implica diferenças ao que concerne à análise da realidade. Bauman (2008), considera que vivemos atualmente na sociedade de consumidores em contraposição da ideia da sociedade de produtores. Entretanto, apesar de não concordamos com essa afirmação, por considerarmos que estamos em uma sociedade que “exige” que sejamos eficazes e eficientes no âmbito produtivo para nos tornarmos consumidores em potencial. Pois, consideramos que a raiz do sistema de produção é a mesma, entretanto, as formas de expressão do antagonismo entre a produção e a apropriação, do embate capital e trabalho que se metamorfoseiam na contemporaneidade.

⁸ Bauman (2008, p. 41, grifo do autor) diferencia consumo e consumismo, pois, “[...] o *consumo*, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o *consumismo* é um atributo da *sociedade*..

exército de clientes.” (BAUMAN, 2008, p. 10), entre aqueles possuem poder de comprar e podem se tornar consumidores em potencial e diferenciá-los do grupo pauperizado.

Apontamos que, o grupo de consumidores em potencial na terceira idade é aquele que não se reconhece como velho (a), são vaidosos, adotam estilos saudáveis e ativos de vida, muitas vezes, ainda permanecem no mercado de trabalho e que são “aposentados afluentes”, ou seja, possuem renda máxima, que são os que interessam ao mercado. Isto é, àqueles velhos (as) trabalhadores que estão em situação de vulnerabilidade, violência, que possuem problemas de saúde e entre outras problemáticas, não são foco do mercado, mas mesmo assim, são iludidos com a ideologia da “boa” velhice, passando a ideia de que um processo de envelhecimento digno e ativo é resultado somente de uma questão individual, surgindo o processo que Debert (1999, p. 230) denomina de “reprivatização da velhice”, que surge “[...] de uma interlocução intensa dos gerontólogos com a mídia e com os espaços sociais criados em torno do envelhecimento.”

Assim, há um distanciamento do que os complexos sociais propõem e elegem como o modelo sociocultural vigente sobre a velhice e as reais condições de vida que os (as) velhos (as) trabalhadores vivenciam. Haja vista, que isso é expressão da luta de classes e da exploração do trabalho, assim as “problemáticas” que advêm das condições de vida, e não da velhice, passam a ser tratados segundo Debert (1999, p. 229) “como um problema de quem não é ativo e não está envolvido em programas de rejuvenescimento e, por isso, atinge-se a velhice no isolamento e na doença, é culpa é exclusivamente dele.” Porque consideramos que,

[...] que há idosos nas diferentes camadas, segmentos ou classes sociais, e que os mesmos vivem a velhice de forma diferente. Em outras palavras, o fim da vida é um fenômeno que evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais. (HADDAD, 1993, p. 9).

Ademais, aqueles que podem consumir as mercadorias direcionadas à adoção de um estilo de vida “saudável” estão sob o rol do consumo na sociedade do capital fetiche ultrapassa a barreira do que é realmente necessário, passando por um processo de introjeção incessante de produção de desejos de consumir, sendo que em um curto espaço de tempo as mercadorias se tornam obsoletas, Bauman (2008, p. 44, grifo do autor) pontua que,

[...] o consumismo, em aguda oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade não tanto a *satisfação* de necessidades (como suas “versões oficiais” tendem a deixar implícito), mas a um *volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes*, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la.

Esse mercado acaba por rodear a velhice, supervalorizando a juventude e negando a velhice através de mecanismo de evitar os “males” do processo de envelhecimento por meio do consumo de novos medicamentos, de procedimentos estéticos, criando um novo e lucrativo mercado, produzindo um padrão a ser atingido por todos os velhos a qualquer custo, Dupas (2001, p. 102) “[...] a produção econômica moderna espalha sua ditadura; o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar, um verdadeiro instrumento de busca da felicidade, um fim em si mesmo.”

Ou seja, a “racionalidade mercantil” da sociabilidade do capital fetiche preza o consumo em excesso e o permanente descarte daquilo que já é considerado “ultrapassado”. Paiva (2014, p. 131) complementa que

[...] o feitichismo apaga da mercadoria não só a sua história, mas também a memória da sua produção, negando qualquer centelha de vida humana na sua visualização, produz o efeito de insular o (a) velho (a) em sua própria velhice, arrancando de sua vida as raízes, a história e a memória, transfigurando o homem, como diria Marx, numa mera “carcaça do tempo”.

A lógica dessa sociedade do consumo⁹ é a venda de uma imagem daquilo que “parecemos ter”, como se vivêssemos em um espetáculo, que para conseguirmos o carisma e o reconhecimento do público, temos que nos adequar aquilo que nos é imposto, essa dominação da mercadoria, segundo Dupas (2001, p. 52) consiste em que,

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou uma degradação do ‘ser’ para o ‘ter’. Em seguida, operou-se um deslizamento generalizado do ‘ter’ para o ‘parecer-ter’. Na atual situação das grandes massas excluídas da sociedade global só resta o ‘identificar-se-com-quem-parece-ser-ou-ter’ por meio do espetáculo, sequer ao vivo, mas ‘visto-a-distância’ através das mídias globais que lhes oferecem exibições instantâneas de todos os tipos e partes do mundo.

⁹ Bauman (2008, p. 70) define a sociedade de consumo como “[...] um conjunto peculiar de condições existenciais em que é elevada a probabilidade de que a maioria dos homens e mulheres venha a abraçar a cultura consumista em vez de qualquer outra, e de que na maior parte do tempo obedecem aos preceitos dela com máxima dedicação.

A sociedade do consumo passa a associar a felicidade ao consumo e “renovação” imediata causa prazer ao indivíduo que por um instante se sente o centro das atenções, semeando uma cultura de exaltação do eu, do individualismo, tendo como consequências as ideias ligadas à meritocracia, desresponsabilização da sociedade e a culpabilização do sujeito. A supervalorização do eu, é processo com raízes na sociedade baseada no consumismo, na essência buscou dar visibilidade ao indivíduo, subjugando-o e desvalorizando-o em relação ao coletivo.

Em relação à velhice, a sociedade passa a engendrar valores ligados à ideia de juventude para incentivar o consumismo na terceira idade, além disso, facilitam os mecanismos de acesso ao crédito para aposentados e pensionistas –que apesar de ser um direito, na contemporaneidade significa para o mercado oportunidade e garantia de pagamento, principalmente se o desconto ocorre na folha, conseqüentemente, instaura-se o risco permanente do superendividamento, porque, “[...] quando o crédito é considerado fácil, o endividamento também será [...].” (PAULA, 2014, p. 22).

Nessa trama, Paiva (2014) afirma esse processo de oferecimento de crédito para as pessoas envelhecidas vem acompanhado de uma intencionalidade do capital financeiro, subjugando as pessoas idosas ao endividamento, que no plano ideológico da sociabilidade do capital é entendido como “ajuda” ou até mesmo benevolência das agências financeiras. As artimanhas do capital no trato para com a velhice dos velhos trabalhadores vai das simples manobras nas legislações que determinam o comprometimento de somente 30% da renda da pessoa idosa, usando a via do refinanciamento das dívidas ou até dos contratos que muitas vezes, são redigidos com fontes pequenas, em termos jurídicos que não facilitam a compreensão da pessoa idosa.

Assim, os dados sobre a melhoria das condições de vida na velhice, baseados na suposição do poder de compra, podem ser enganosos, já que não demonstram o endividamento da população idosa, ressaltamos que, um uma matéria publicada em 2014 na Folha de São Paulo, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, indica que, o índice das dívidas de crédito consignado de aposentados e pensionistas cresceu 27% em três anos totalizando 66,8 bilhões de reais, isso se deve em parte, do aumento no custeio da saúde, consumo de bens supérfluos, violência patrimonial e

do suporte financeiro que as pessoas idosas oferecem aos seus familiares, entre outros. O que vai de encontro com que Haddad (1986, p. 16) afirma,

As sociedades capitalistas transformam as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vem na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão-de-obra.

Ou seja, são mecanismos ideopolíticos que vão camuflando a real situação da velhice na realidade brasileira, são exceções de velhices bem-sucedidas que se tornam regra geral, homogeneizando o segmento idoso, descartando histórias de vida e trabalho, negligências sociais, violações de direitos e omissões estatais.

Afirmamos que, essa sociedade guiada por padrões consumistas – que sob nosso ponto de vista é uma forma de garantir a expansão do capital – possui um poderio que procura pacificar os antagonismos sociais, absorvendo os paradoxos e tornando-os elementos de sua reprodução em um processo complexo e dialético, de modo que, essas contradições “[...] são convertidas em uma das grandes fontes de reforço e reprodução contínua dessa mesma ordem.” (BAUMAN, 2008, p. 66), fato esse que podemos relacionar como a emergência da produção social de um estereotipo positiva da velhice, pois, quando os movimentos sociais do segmento idoso buscaram apresentar as possibilidades da velhice, elas foram elementos que o sistema capitalista usurpou e deu uma nova roupagem: baseada nos ideais do consumismo e não são concebidas como conquistas das lutas das pessoas envelhecidas.

2.3 A defesa da heterogeneidade das velhices: centralidade da luta de classes

Ao apresentarmos criticamente as produções sociais sobre a velhice na cena contemporânea brasileira, podemos aferir que há um movimento simultâneo e contraditório em curso: ora a velhice dos velhos (as) trabalhadores é assimilada aos aspectos negativos, como a improdutividade e dependência e ora a mesma velhice é idealizada pelos seus aspectos positivos, especialmente, no que se refere à criação de novas necessidades na terceira idade, produzidas justamente para gerar e perpetuar o consumismo nessa fase da vida.

Assim presenciamos o processo de reificação e fetichização da velhice, ou seja, a velhice quando está interligada à condição das frações da classe trabalhadora se metamorfoseia em uma fase de negação das potencialidades humanas, construindo a desumanização do velho na manutenção do estereótipo negativo. Mas, ao mesmo tempo no tecido do capital, a velhice passa a ser uma fase da vida coisificada, que tudo pode, desde que o indivíduo tenha condições financeiras e esteja imbuído das ideias consumistas. Debert (1999) enuncia que não basta a negação dos estereótipos negativos da velhice, nem mesmo a homogeneização do estereótipo positivo sobre a velhice, pois ele alude que todas as pessoas envelhecidas brasileiras possuem as mesmas oportunidades sociais.

Não gostaríamos aqui de defender uma produção social da velhice que surge e emerge do interesse do capital, transformando a velhice dos velhos (as) em produtos. Mas sim, estamos em busca de uma construção social da velhice que se dirija os valores humanos, da liberdade e autonomia, valorizando as potencialidades dos indivíduos, tendo como prisma a diversidade na equidade e justiça social. Nesse contexto social entendemos que, há

[...] diferença promovida pela delimitação de classe, que atribui centralidade ao envelhecimento do trabalhador na constituição da problemática social do envelhecimento; diferencia as experiências de velhice, determinada pelas diferenças dos sujeitos empíricos, das situações e condições de vida, das trajetórias coletivas e individuais. (TEIXEIRA, 2009, p. 114).

Dessa maneira, acreditamos que o processo de envelhecimento e velhice no tempo e espaço do capital se consolida como uma experiência heterogênea, que possui como condicionante central a luta de classes sob a visão de Beauvoir (1990), Teixeira (2008) e Paiva, 2014; pois ela, “Não pode subsistir, o MPC, um único momento sem a contradição, sem a exploração do trabalho pelo capital. Isso confere *centralidade* à questão de classe, em função de ela ser fundamento da sociedade capitalista.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 127, grifo do autor).

Quando consideramos a velhice vivenciada sob os limites da sociabilidade do capital, se mostra como essencial remeter a discussões críticas a condição de pertença de classe. É importante ressaltar que em nossa visão de homem e de mundo, em que

As classes sociais não são coisas nem ideias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas da propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão [...]. (CHAUÍ, 2012, p. 61).

Sob esse prisma de entendimento de homem e de mundo, os sujeitos sociais pertencem à uma classe social: ou àquela que domina e possui os meios de produção ou a que vive vendendo sua força de trabalho, obviamente, no embate capital e trabalho, elas se relacionam de maneira antagônica. De acordo com Montaño e Duriguetto (2011) a noção moderna de classe social emerge sob a égide do modo-de-produção capitalista, elas são determinadas pela esfera da produção, ou seja, pelo posto que os sujeitos ocupam na divisão social do trabalho, que depende — segundo os autores — do tipo de propriedade (força de trabalho, meios de produção e propriedade da terra); relações de produção e formas de enfiamento do sistema.

É evidente que para além das classes fundamentais da sociabilidade capitalista, na contemporaneidade, coexistem frações de classe, porque, há uma tendência de complexificação e flexibilização no campo das relações produtivas, emergindo o processo de uma multiplicidade e heterogeneidade de outras frações de classe, especialmente a trabalhadora. Todavia,

[...] nem essa complexa multiplicidade e heterogeneidade de classes e subclasses deve infirmar a percepção da existência de *duas classes fundamentais* no MPC, nem a constatação de essas duas classes serem fundamentais deve anular a confirmação daquela *complexidade múltipla de classes*. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 91, grifo do autor).

A pertença de classe social condiciona modos-de-ser e estar no mundo do capital e o acesso às riquezas socialmente produzidas, assim, o espaço que o indivíduo ocupa no mundo do trabalho condiciona seu *lócus social*, ou seja, as classes sociais condicionam a vida cotidiana dos sujeitos sociais, ultrapassando a esfera do trabalho, abrangendo assim aspectos político-econômicos e culturais.

A materialidade das relações sociais desiguais no modo-de-produção capitalista condicionam a pertença de classe e o modo de vida dos sujeitos sociais, entretanto, é preciso enfatizar que a expressão das relações de produção na vida cotidiana dos indivíduos se constrói de maneira heterogênea, isto implica afirmar que, os sujeitos sociais são diversos e se produzem/reproduzem diferentemente, daí

as expressões do embate capital trabalho serem tão diversas, complexas e dinâmicas.

Diante dessas reflexões, como não afirmar que a luta de classes impacta diretamente no processo de envelhecimento e velhice? Assim, não podemos nos contentar com discursos homogeneizadores e alienantes, que reafirmam a responsabilização do indivíduo sobre o processo de envelhecimento e velhice, visto que, “[...] a velhice nunca será uma generalidade, no singular, mas ‘velhices’, dada à pluralidade de manifestações, dentro de uma mesma formação social, relacionadas às condições de vida e trabalho das pessoas.” (TEIXEIRA, 2009, p. 120).

Assim, quando nos remetemos a análise da condição da velhice dos velhos (as) trabalhadores (as) devemos considerar a exploração do trabalho e do tempo de vida, que desumaniza o homem, coisificando-o, transformando as pessoas em apenas mão-de-obra, produtos a serem vendidos no “mercado” do capital, assim, o aparente valor das pessoas que compõe as frações da classe trabalhadora é subjacente à sua capacidade produtiva, então, a velhice do velho proletariado é desvalorizada, já que o teor de produtividade fica reduzido devido ao declínio fisiológico natural, sofrendo assim, um processo de estigmatização e segregação social.

Além disso, a racionalidade da sociabilidade burguesa se torna mais perversa quando remetermos que a velhice dos velhos (as) proletários, muitas vezes, marcada pela dupla vulnerabilidade: ser pobre e velho. Destacamos que, a vulnerabilidade não consiste em somente a ausência ou insuficiência de renda, mas à um conjunto de violações de direitos sociais, nesse sentido, Teixeira (2009, p. 122) enuncia que.

De um lado seriam vítimas das formas de discriminação e exclusão, próprias das sociedades ocidentais ao que têm mais idade, aprofundando e reproduzindo as experiências negativas com o tempo; e, por outro lado, são submetidos a um padrão trivializado de reprodução social, baseado em mínimos sociais, pelo sistema de proteção social público, que atinge apenas os mais pobres ou aos que tiveram condições de pagar a previdência social.

Esse movimento de negação de concepções homogêneas sobre o processo de envelhecimento e velhice é denominado por Mercadante (2003, p. 198) de contrageneralização, visto que, “A velhice não é uma situação homogênea e os

velhos não são iguais [...]”, sendo uma tarefa da ciência denunciar com vistas à desconstruir constructos generalizantes sobre a velhice, de modo que,

A diversidade de situações dos mais velhos no país e o fato de os publicamente visíveis não serem os mais carentes não podem dissolver a velhice na afirmação de infinitos particularismos. O reconhecimento da pluralidade de experiências de envelhecimento, que de maneira sensível as pesquisas retrataram, não implica supor que a dependência não é a condição natural dos que ficam velhos e nem propor que não há limites para o investimento cultural e tecnológico nos processos biológicos. (DEBERT, 1999, p. 228).

Portanto, a velhice é uma experiência e um fenômeno social que é heterogêneo e multifacetado, assim, podemos falar em velhices, devido a gama de diversidade que por si só a velhice agrega, nessa fase da vida, somos sujeitos sociais em plena construção, com grande experiência de vida, que se encontram mediatizadas com conjuntura social, cultural, política e econômica e, com a própria constituição da sociabilidade, formando uma totalidade particularizante na manifestação singular de cada indivíduo, ao que pese as legalidades do sistema capitalista como a esfera do trabalho e a inserção de classe social, que condicionam modos de ser e estar na velhice. Ademais, “A tragédia que envolve a velhice não pode ser separada da tragédia imposta à maioria dos brasileiros de todas as faixas etárias.” (HADDAD, 1993, p. 106).

Logo, reafirmamos a necessidade da realização de reflexões sobre o processo de envelhecimento e velhice que partam da análise da realidade, da materialidade das relações sociais que os indivíduos traçam ao longo dos anos, recriando o movimento do real no pensamento, gerando conhecimentos críticos no campo da gerontologia social, prezando a perspectiva da totalidade social, ou seja, para analisar a velhice e seus múltiplos determinantes, é preciso visão de totalidade, que permite a visualização das contraditoriedades e das legalidades sociais da sociabilidade capitalista contemporânea.

**CAPÍTULO 3 PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DOS (AS)
VELHOS (AS) E AS INTERFACES COM A ANÁLISE DOCUMENTAL
NO ESPAÇO DAS CONFERÊNCIAS**

Neste terceiro capítulo, iniciaremos a discussão buscando analisar os conceitos que perpassam as ideias de protagonismo, participação social e empoderamento. Atentando-nos para a questão da pseudovalorização do protagonismo da pessoa idosa e para a cooptação do potencial participativo desse sujeito social que, muitas vezes, reatualiza as concepções desenvolvimentistas, desembocando em uma visão neoconservadora que por sua vez, responsabiliza o indivíduo por sua condição social na velhice, enaltecendo uma cidadania falseada e reduzindo a participação e o protagonismo ao caráter de inserção, servindo como estratégia política. Neste debate, apresentaremos a concepção libertadora da participação e do protagonismo como conquistas dos cidadãos envelhecidos. Ademais, analisaremos algumas deliberações provenientes do engajamento políticos dos (as) velhos (as) nas conferências.

3.1 Protagonismo, participação social e empoderamento: a construção do debate crítico

Para analisar os constructos sociais que envolvem as conceituações sobre a participação social, protagonismo e empoderamento, devemos levar em consideração o “olhar” que o método escolhido imprime nesse fenômeno. Embora, a tríade da participação, protagonismo e empoderamento ser amplamente discutida no meio acadêmico e nos espaços que buscam a promoção da coletividade, nem sempre essas discussões vêm acompanhadas de uma leitura analítica e crítica sobre a real configuração da sociabilidade contemporânea.

Propomo-nos, primeiramente, desvelar os conceitos que envolvem a participação, segundo Gohn (2011, p. 16), a participação é construção da “[...] luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.” Todavia, ressaltamos que a participação pode ser analisada sob diversos olhares, dentre eles: o conceptual, político e a prática social. Quando nos referimos ao paradigma conceptual há uma gama de visões teóricas sobre o tema, transitando entre as matrizes conservadoras e libertadoras; já em termos políticos, geralmente, a ideia de participação está ligada à democracia ou a “inserção” dos indivíduos na vida em sociedade; nas práticas sociais a participação está vinculada à organização coletiva, processos pedagógicos e aos movimentos sociais (GONH, 2011).

É importante considerar que a participação deve ser analisada sob a historicidade/processualidade, contraditoriedade e a dinâmica da realidade. Desta forma, estamos nos referimos a “[...] um processo existencial concreto, se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população.” (SOUZA, 2000, p. 79). A participação é construção social, sendo influenciada pelo tempo e espaço e por isso pode se mostrar como um instrumento de veiculação da ideologia do grupo dominante. Gohn (2011) aponta que há interpretações diversas sobre a participação, dentre elas: a liberal, autoritária, revolucionária e a democrática.

A concepção liberal da participação — até reitero neoliberal — se funda nos pilares da liberdade cerceada, de caráter individualista e limitada, ou seja, “a minha liberdade termina quando começa a do outro”, isto é, analogamente a participação é concebida como uma forma de controle das ações do Estado, circunscrita aos limites da democracia representativa, reitera o que já está naturalizado e articula ações que não visam à mudança da configuração da sociabilidade capitalista. Destarte, essa forma de concepção da participação legitima a responsabilização da sociedade civil, sob esse prisma, “[...] a participação liberal se baseia, portanto, em um princípio da democracia de que todos os membros da sociedade são iguais, e a participação seria o meio, o instrumento para a busca de satisfação dessas necessidades.” (GOHN, 2011, p. 18).

A concepção liberal de participação, citada acima, não se volta para uma perspectiva questionadora ou crítica, mas sim, contribui para a construção ideológica da ordem dominante, que naturaliza o embate entre capital e trabalho e naturalizando a lógica desigual da sociedade. Portanto, essa compreensão de participação falseada se mostra como um instrumento de legitimação da dominação e opressão. Ora,

A participação sob este prisma constitui, então, um artifício direcionado ao mascaramento da estrutura concentradora de poder e de renda, colocando-se, seja como via de acesso técnica e politicamente controlada das classes subalternas a bens e serviços necessários a sua subsistência, seja como dissimulação das reais possibilidades de participação política na estrutura de poder existente na sociedade. (ABREU, 2010, p. 117).

O ideário de participação coberta de intencionalidade do grupo dominante foi introduzida fortemente no contexto da América Latina, em meados da década de 1960, para a consolidação da hegemonia capitalista nesse território, entretanto,

como já afirmamos anteriormente, toda a historicidade da exploração de classes e as disparidades de gênero, geração, etnia e raça não são consideradas por essa concepção de participação. Vejamos,

[...] a preocupação maior é para a com a ordem social: que ela se mantenha e facilite o próprio desenvolvimento econômico. A participação aparece como fenômeno capaz de estimular e suscitar a atenção e a ação das camadas populares na consecução de políticas e propostas de desenvolvimento econômico. (SOUZA, 2000, p. 80).

Ainda sob esse prisma conservador, temos a concepção autoritária da participação, que se mostra como uma participação que se situa nos limites da inserção dos sujeitos considerados “marginalizados”, ou seja, uma participação de caráter cívico, que tem por objetivo a persuasão e a obtenção do consenso dos indivíduos em prol da defesa da ordem social, Gohn (2011, p. 19) destaca “[...] a arena participativa são as políticas públicas, quando se estimula, de cima para baixo, a promoção de programas que visam apenas diluir os conflitos sociais.” Salientamos que, apesar de avanços na compreensão autoritária da participação ainda, “[...] não se ultrapassou ainda na prática o espaço restrito da política social economista, politicamente alienada e socialmente compensatória, e em consequência, pouco redistributiva.” (DEMO, 2001, p. 12).

A tipologia da participação democrática se funda nos pilares da soberania popular, sobretudo, se remetermos à “vontade geral”, do “contrato social” ambos suscitados pela filosofia de Rousseau, ou seja, que pressupondo que a participação individual levaria à promoção do bem-comum. Entretanto, a participação concebida sob a vertente da democracia, encontra impasses devido à questão da representatividade, sendo que, “[...] o princípio básico é o da delegação de um poder de representação, não importando a forma como foi constituída essa representação.” (GOHN, 2011, p. 20).

Nas teorizações revolucionárias a participação é entendida sobre os movimentos coletivos que lutam contra as formas de opressão da sociabilidade capitalista, logo Gohn (2011, p. 27) ressalta, “[...] na abordagem marxista, o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas sim articulado a duas outras categorias de análise: lutas e movimentos sociais.” As lutas pela participação plena da população — sob esse ponto de vista — se dão no cotidiano, tanto por via da luta por garantias legais quanto por movimentos sociais. Isto posto, as lutas se

consolidam tanto pela redistribuição do poder, pela participação política consciente da população quanto pelas mobilizações sociais que se mostram como outro caminho para o questionamento da ordem vigente.

Contudo, mesmo sobre o paradigma da concepção da participação revolucionária, há divergências entre os teóricos. Podemos ressaltar com base em Gohn (2011) que alguns teóricos defendem a “democracia participativa” que busca a distribuição do poder nas mãos da comunidade. Todavia, há o posicionamento de que se devem socializar as informações, fortalecendo a sociedade civil, sendo compreendida sob a ótica do pluralismo, ou seja, não é relevante — nessa perspectiva — a condição de classe, etnia, gênero, raça ou geração, pois todos agregam experiência às mobilizações sociais.

Fica evidente ao decorrer dessas reflexões que não se pode excluir a historicidade do embate entre capital e trabalho e suas expressões no campo político, haja a vista que a conquista da participação se constrói como espaço de luta entre projetos societários antagônicos, desse modo,

[...] o espaço de participação precisa ser conquistado, centímetro por centímetro, o que ocorre muitas vezes é que não podemos andar a metro, mesmo porque todos os processos participativos profundos tendem a ser lentos. (DEMO, 2001, p. 19).

Enfatizamos que participar é uma condição humano-genérica, se construindo como exercício de reconhecimento das potencialidades enquanto ser social criativo, reflexivo e atuante na sociedade. Mas, sob o tecido do capital algumas possibilidades da participação das frações da classe trabalhadora são tolhidas pela *práxis* utilitária do cotidiano e exploração do trabalho, na medida em que, “[...] a participação não é uma questão do pobre miserável, ou do marginal, é a questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito.” (SOUZA, 2000, p. 81).

Apontamos que há a mistificação sobre a participação, que disseminam ideias, tais como: que só os considerados “qualificados” podem participar das decisões, ou que a participação política se faz somente pelo voto, até mesmo, que as movimentações políticas não dão resultado. Souza (2000, p. 83) se posiciona,

No contexto brasileiro, a participação da maioria dos brasileiros está afetada naquilo que se coloca como pressuposto de toda a existência humana. A luta para poder comer, beber, ter habitação e vestir-se passa a ser a luta

fundamental da maioria da população brasileira. Mesmo nesse nível as lutas são captadas e transformadas em ações a favor da legitimidade da dominação de alguns grupos sobre a maioria da população.

Destarte, também devemos nos atentar para o caráter ideopolítico do discurso sobre a participação social, visto que é uma categoria que deve ser analisada no tempo e espaço do capital, construído tanto sobre as bases dos discursos voltados para a cidadania, quanto se mostra como uma terminologia usada pela classe dominante com o fim de trazer a população para discutir, mas ao mesmo tempo, persuadi-la, mascarando suas “imposições” de ideias. Muitas vezes, a perspectiva da participação é tomada pela

[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital. (ABREU, 2010, p. 107, grifo do autor).

Portanto, o exercício de participar inclui a realização de leitura da realidade e suas contradições, a análise crítica da sociedade contemporânea e ainda o enfrentamento dessa ordem social injusta e desigual, ou seja, participar plenamente envolve as dimensões da luta social e dos movimentos sociais. O exercício de participar é parte da construção da cidadania e não se faz de forma individual, mas sim, se consolida como uma proposta coletiva de sujeitos que se sentem pertencentes e participantes do processo de conquistas de direitos, assim, “[...] participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo.” (DEMO, 2001, p. 1).

Inferimos que as terminologias que são disseminadas no cotidiano devem ser apreendidas de forma crítica. Outro assunto a ser abordado é o protagonismo social, que em certa medida se relaciona diretamente às questões da participação. A origem do termo protagonismo remete à área da literatura, visto que, o protagonista é aquele que assume o papel central do enredo, e esse mesmo termo nas ciências humanas e sociais tem sido usado para conceituar movimentos e mobilizações de sujeitos coletivos, visto que, busca

Criar um papel ou imprimir alguma singularidade a um papel já dado caracteriza o protagonista, não como personagem principal, mas como aquele que, com outros protagonistas, é capaz de agir sobre a narrativa e

dar a ela uma direção a partir do lugar e da função que ocupa na história. (JUSTO; ROZENDO; CORREA, 2010).

Nesse sentido, defendemos a ideia do protagonismo social tendo como pontos fundantes na “[...] consciência e na liberdade do indivíduo, em sua capacidade de desenvolver o espírito crítico e de organização social para enfrentar ‘o jugo da servidão e exclusão social’.” (LUIZ, 2013, p. 91) baseando essa concepção na teoria gramsciana, já que ele coloca a centralidade de suas discussões teóricas nas potencialidades dos sujeitos sociais enquanto seres ativos, históricos, críticos, por isso capazes de consolidar revoluções e rupturas cotidianas, com o fim da construção de uma contra-hegemonia, como indica Simionatto (1995, p. 39) “A revolução só poderia ser feita através de rupturas que se acumulariam progressivamente, uma vez que o aparato estatal apresentava-se mais forte e coeso.” Na teoria marxista, a revolução deveria partir da classe explorada, isto é, das frações das classes trabalhadoras, na medida em que,

Ora, essa revolução humana universal só pode ser consumada por uma classe que não seja uma “classe particular” da sociedade civil/burguesa, mas uma classe *universal*, que não tenha nenhuma outra classe abaixo dela, uma classe que possa se emancipar sem emancipar toda a sociedade: o *proletariado*. (DUMÉNIL; LOWY; RENAULT, 2011, p. 27, grifo do autor).

A construção de uma contracultura de enfrentamento da ordem social, seria, portanto, tarefa das frações da classe trabalhadora, que se daria, primeiramente, no plano ético-político: revolução cultural e na formação do bloco histórico, em um processo de questionamento crítico da realidade que nos cerca.

As rupturas se concretizariam no plano do cotidiano, tanto nos espaços estatais — visto que, Gramsci amplia a ideia de Estado na teoria marxista — nas arenas decisórias de disputas de projetos societários, quanto nos movimentos sociais que emergem na sociedade civil. Enfatizamos que essa ampliação da ideia de Estado se deve, justamente, pela época vivida por Gramsci: conquista do sufrágio universal, a emergência dos partidos políticos e sindicatos, assim, a realidade indicava um “[...] crescente protagonismo de amplas organizações de massa. É a percepção dessa socialização da política que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista *ampliada* do Estado.” (COUTINHO, 1996, p. 53, grifo do autor).

Essa ampliação da ideia de Estado aliada com a dinamicidade da realidade e a perspectiva revolucionária, traz avanços significativos, já que Gramsci, na leitura de Coutinho (1996), afirma que — em linhas gerais — a dominação e a hegemonia¹⁰ da sociedade, dá-se pelo consenso e coerção, estes últimos existem em todas as formações dos Estados modernos e são relativos ao grau de pressão social entre as classes que almejam a hegemonia, ora,

Com isso, Gramsci quer destacar o caráter *processual* e *molecular* da transição revolucionária nas sociedades “ocidentais”: a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista *progressiva* de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor a ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado. (COUTINHO, 1996, p. 60).

De modo que, no pensamento gramsciano, a construção do bloco histórico da classe subalterna se dá via o protagonismo, que se refere ao

[...] exercício sociopolítico, na ação política que se articula experiência e consciência (pensamento estimula a ação e esta realimenta o pensamento), que se exercita e alimenta diferentes formas de pensar, podendo elevar o senso comum a um nível de criticidade e coerência. (LUIZ, 2013, p. 94).

O processo da formação do bloco histórico das frações de classe trabalhadora se daria pela “guerra de posição” que “[...] supõe o consenso ativo, ou seja, organizado e participativo, implicando também, unidade na diversidade, um movimento dialético e democrático.” (SIMIONATTO, 1995, p. 40), adotando uma posição hegemônica. Todavia, a trama social da sociedade capitalista traz obstáculos àqueles sujeitos sociais dispostos à construção de uma nova ordem societária, assim por meio de artimanhas, o capital no movimento histórico e dialético vai tomando posições e consolidando ações que desafiam a construção do consenso na formação do bloco histórico da classe trabalhadora, porém a construção do bloco histórico se concretiza pela

[...] a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica — caracterizadas como *rupturas moleculares* — poderão contribuir para uma nova visão de

¹⁰ Simionatto (1995, p. 43) diz que “[...] quando Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral”, afirma que essa direção deve exercer-se no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social.”

mundo desarticulando a ideologia dominante. (LUIZ, 2013, p. 107, grifo do autor).

Logo, se faz necessário o desenvolvimento de processos pedagógicos que visem a elevação da consciência primeira — baseada no senso comum — para a consciência crítica das frações de classe trabalhadora, socializando conhecimentos e informações, para que as ações e os projetos societários da hegemonia dominante sejam objetos de análise e de questionamento por parte dos protagonistas da classe oprimida, frutificando em atuações críticas em uma conjuntura adversa.

Assim, partimos do princípio de que o protagonismo deve ser compreendido criticamente, sob o ponto de vista político, que pressupõe o movimento histórico e dinâmico de lutas e rupturas cotidianas em relação à classe dominante. Sendo o constante devir-ser da consolidação da hegemonia e da construção de outra sociedade, e o salto qualitativo reside na apreensão crítica de que essas rupturas se fazem em todos os espaços da vida social.

Enfim, protagonismo social — em nossa concepção— transcende a dimensão individual de assumir seu papel perante a sua história de vida, buscando construir sujeitos coletivos que se reconhecem como produtores/reprodutores da sociedade. Diferente de algumas propostas que circulam no meio social que tratam do protagonismo como forma de elevação de autoestima, ora ligada à exarcebação do “eu” invocando e alimentando a cultura individualista — própria do capital financeirizado e do ideário neoliberal — e de culpabilização do sujeito, tratando-se assim, de uma visão que preza pela leitura do micro, desprezando a historicidade, criticidade e a contraditoriedade, se firmando como ideias aparentemente “aclassistas”.

Outra ideia discutida e difundida no âmbito das ciências sociais, que geralmente se encontra articulada às ideias de participação e protagonismo, é o empoderamento. Esse termo possui raízes na língua inglesa *empowerment*, surgindo em meados da década de 1970, basicamente significa: oferecer, dar poder, segundo Schiavo e Moreira (2005, p. 59) empoderamento consiste em um

Processo pelo qual um indivíduo, um grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema.

Destacamos que, assim concebido, o empoderamento se mostra como uma construção social que é produzida e reproduzida pelos sujeitos sociais, sendo passível, portanto, de apreensões intencionalmente equivocadas, que o trazem como uma simples “transferência de poder” podendo recair na compreensão de que empoderar sujeitos sociais é uma atitude benevolente de caráter assistencialista. Pelo contrário, empoderamento é uma ação política, e lembremo-nos que a conquista de poder e dos espaços nessa sociedade do capital remete a uma historicidade de lutas das frações da classe trabalhadora. Assim,

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. (SCHIAVO; MOREIRA, 2005, p. 59).

Nessa perspectiva, empoderar possui um caráter eminentemente político, sendo que alguns autores afirmam que o termo surge nas obras de Paulo Freire, apesar de que essa ideia não é consenso entre os estudiosos deste autor, visto que nas publicações internacionais se encontra presente o termo *empowerment*, mas ao que condiz às publicações brasileiras esse termo não é mencionado.

Dessa forma, Valoura ([2006]) defende que o empoderamento, entendido sob a ótica de Paulo Freire, está intimamente ligado à “libertação do oprimido”, visto que é concebido como a instrumentalização para a luta em prol do princípio da liberdade, que consiste na libertação dos sujeitos das condições de submissão e dependência, encontrando meios para assumir sua autonomia imersa a um movimento de transformação social em prol da construção coletiva de outra sociedade, ou seja, empoderar é um processo educativo permanente e processual. Fazenda ([20--]) alude que,

O *objectivo* do *empowerment* é fortalecer em direitos e em participação, grupos, pessoas ou populações sujeitos a discriminação e exclusão, e por outro lado, fiscalizar os poderes estatais e os grandes interesses económicos, e lutar contra a opressão. Pretende favorecer a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural, e uma distribuição mais equitativa dos recursos. Para atingir também este *objectivo* tem que haver também um processo de distribuição de poder.

Fazenda ([20--]) indica ainda que para a redistribuição do poder deve haver uma “interação”, uma espécie de pacto entre a classe dominante e os oprimidos, ora, a distribuição do poder seria baseada em tais premissas: persuasão sobre as

reflexões, oferecendo o acesso aos recursos e bens; estímulo à capacidade de fazer escolhas e tomar decisões; e, influência no movimento de enfrentamento e resistência. Esse processo sendo constituído pelas fases: do processo de tomada de consciência, do reconhecimento e pertencimento de grupo, identificação de competências e recursos e para a ação, partindo de uma ação individual que tende a se coletivizar.

No entanto, entendemos que perspectiva de empoderamento na contemporaneidade não é tomada nas raízes freireanas, o movimento do empoderamento das massas “desempoderadas” está se concretizando de forma acrítica e as questões que envolvem a distribuição do poder na sociedade não são contextualizadas sob o modo de produção capitalista, se reduzindo á leitura do micro, assim, não conseguindo transcender os limites da realidade cotidiana, não articulando os reflexos das legalidades sociais e universais do sistema capitalista com a realidade da classe dominada.

A concepção e as práticas sociais do empoderamento no cenário brasileiro, por vezes, pairam sobre a responsabilização do indivíduo pela transformação de sua realidade, ou seja, há uma intencionalidade circunscrita de privatização e individualização das expressões da Questão Social transferindo as responsabilidades do Estado ora para a sociedade civil ora para os indivíduos.

Quando a proposta do empoderamento dos indivíduos propõe “pactos” entre as classes sociais para a distribuição do poder, não remete que a contradição entre as classes sociais é inerente ao modo de produção, sendo que ele se alimenta dessa contradição fundante da sociabilidade do capital.

Dessa maneira, há um afastamento e uma ruptura com a teoria de Paulo Freire. Na medida em que este tinha como princípio a liberdade no sentido progressista, que inclui a possibilidade concreta de realizar escolhas livres e tomar decisões coerentes e críticas, se dirigindo à emancipação humana, sendo que ela é uma construção social e uma unidade dialética formada pelas lutas e rupturas cotidianas dos sujeitos, das mobilizações sociais em prol da conquista da emancipação política, que se dirige às conquistas legais e a participação ativa em processos políticos, assim, entendemos a emancipação social¹¹, pela definição de

¹¹ Emancipação social pressupõe a emancipação política que se dirige à efetivação de direitos, e a emancipação humana dirigindo-se à construção de uma nova sociedade calcada em valores humanos.

Luiz (2013, p. 106-107, grifo do autor) “[...] como uma proposta de futuro somada às *rupturas moleculares*, lutas, ações e espaços construídos num processo cotidiano, poderemos visualizar historicamente avanços concretos significativos.” Sendo que é pertinente enunciar que,

[...] a construção da ‘emancipação humana’ também pressupõe a confirmação da ‘emancipação política’. Não há oposição, portanto, entre ‘emancipação política’ e ‘emancipação humana’, porém também não há identidade entre ambas. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 131).

Assim, algumas concepções e práticas sociais que versam sobre empoderamento possuem um fim na emancipação política da população, ideia essa com a qual não concordamos, visto que é preciso ir além das barreiras que nos são impostas pelo capital por via das estratégias ideopolíticas que trazem o empoderamento como sinônimo de emancipação, reduzindo a concretização da democracia, da cidadania, autonomia e liberdade ao caráter legal, mascarando o embate entre capital e trabalho, descartando as condições objetivas das frações de classe trabalhadora.

Portanto, a disseminação de novas nomenclaturas sobre as mobilizações sociais das frações de classe trabalhadora, também estão carregadas de conteúdos ideopolíticos, que na verdade podem se consolidar como novas formas de sucumbir com as movimentações políticas críticas. Ser participante ativo, protagonista e se sentir empoderado não pode ser desvinculado da ideia de pertencimento a uma dada classe social que se encontra imersa a um contexto desigual e explorador do trabalho humano e do tempo de vida.

Dessa maneira, vimos como pertinente desvelarmos os constructos sobre a participação, protagonismo e empoderamento, para definirmos e defendermos nossa visão sobre tais termos, para que fosse possível destacar posteriormente as mobilizações políticas do movimento idoso, que em certo momento histórico se perceberam enquanto sujeitos explorados e assumiram papéis de protagonistas políticos, dispostos a lutar pelo reconhecimento de seus direitos em prol da construção de uma sociedade sem a discriminação de classe, gênero, raça, etnia, geração. Contudo, esse movimento passa por desafios, dentre eles, resolvemos abordar a pseudovalorização da participação, do protagonismo e da ideologia do empoderamento, visto que há um projeto societário do capital que dissemina ideologia que trata “[...] da afirmação de uma hegemonia, balizada e alimentada

pelas sobras da cultura neoliberal e de toda a engenharia individualista, virtual e midiática de que se impregnaram as sociedades contemporâneas.” (NOGUEIRA, 1998, p. 98). Enfim, salientamos que,

[...] é necessário que os homens sejam educados no sentido de elaborar a própria concepção de mundo — pois quando vem assimilada passivamente do exterior — esta é ocasional, desagregada e acrítica, produzindo inevitavelmente, contradições. [...] Consegue-se sair desta subalternidade quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, quando se elabora uma nova concepção de política e de Estado. (SIMIONATTO, 1995, p. 48).

Assim, vimos como pertinente refletir sobre a historicidade das conquistas políticas do segmento idoso no cenário brasileiro, fazendo contrapontos com a perspectiva gramsciana e, posteriormente, incitaremos a discussão crítica dos desafios da concretização da participação e protagonismo das pessoas idosas com base na análise das últimas conferências nacionais, nos atentando para a análise minuciosa do Regimento Interno e do relatório municipal da I Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca (SP), que teve como tema “Protagonismo e empoderamento- para um Brasil de todas as idades”.

3.2 Movimento idoso da “conspiração do silêncio” ao protagonismo político: a historicidade da conquista do direito da participação dos (as) velhos (as)

Primeiramente, informamos que iremos traçar em linhas gerais as conquistas políticas do segmento idoso com a finalidade de demonstrar que o protagonismo desses sujeitos de direito inicia-se com um processo de reconhecimento da desigualdade e da marginalização deles na sociedade, para, então, construírem uma trajetória histórica de participação e protagonismo político, de modo que,

Participação é sempre um ato de fé na potencialidade do outro. É acreditar que a comunidade não é destituída, mas oprimida. É assumir que pode ser criativa e co-gerir seu destino sem populismos e provincianismos. A potencialidade que uma comunidade tem é precisamente o que construiu na história pelas próprias mãos dentro de condições objetivas dadas. (DEMO, 2001, p. 60).

Assim, para analisarmos o movimento social desencadeado pelos (as) velhos (as), é importante destacar a articulação que houve entre a velhice e direitos

previdenciários, visto que todo o processo de luta possui seu gérmen na gênese dos seguros sociais.

No Brasil, a gênese de um seguro social voltado para a proteção da velhice tem seu início na lei conhecida como “Eloy Chaves” (BRASIL, 1923). Esta legislação social regulamentava a contribuição entre os trabalhadores formais e os empregadores, os recursos angariados formavam um fundo direcionado à proteção dos trabalhadores nos casos de velhice e doença, entre outras coberturas, este sistema foi denominado como Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).

Na década de 1930, o Brasil passou a sofrer os reflexos da crise econômica de 1929 em meio a um processo de urbanização e industrialização. Este cenário refletiu no agravamento das expressões da Questão Social, e as reivindicações trabalhistas começaram a florescer devido à difusão dos ideais socialistas e anarquistas. Inferimos que, com base nas teorizações de Gramsci,

Nestas situações de crise, pode ocorrer, de um lado, a rearticulação da classe dominante, que através da coerção procura recompor sua hegemonia (uma vez que possui uma capacidade maior de organização) através de “sacrifícios”, concessões ou promessas demagógicas. De outro, as classes dominadas podem ampliar sua articulação e, portanto, o seu consenso, e reverter as relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder). (SIMIONATTO, 1995, p. 41).

Sob essa conjuntura, o capital e seu “representante” o Estado iniciam um processo de ampliação do direito à aposentadoria, para acalmar os ânimos da classe trabalhadora, a partir desse processo há o surgimento do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que buscou a unificação das CAPs. Os IAPs possuíam uma nova gestão: nele o responsável por gerir os recursos já era o Estado, além de contar com uma porcentagem de contribuição governamental para a formação do fundo, ou seja, esse sistema representou uma “[...] nova direção na intervenção do Estado, que deixa de ser mero regulador, normatizador, para se colocar como responsável pelas estruturas de proteção social.” (TEIXEIRA, 2008, p. 157).

Apesar do alargamento da cobertura das categorias profissionais, ainda segundo Haddad (1993, p. 24), “[...] os IAPs refletiam e reforçavam as desigualdades econômicas entre as diferentes categorias profissionais”, pois eram

poucas as categorias profissionais envolvidas nesse seguro em comparação à grande massa de trabalhadores brasileiros.

A ampliação gradual do sistema previdenciário se consolida em 1960, com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/60), que em certa medida foi “[...] uniformizando os direitos de todos segurados, ampliando os benefícios, [...] para todos os trabalhadores regulados pelas leis do trabalho.” (TEIXEIRA, 2008, p. 158). E nesse sentido, Haddad (1993, p. 28) complementa que,

O processo de constituição da previdência social brasileira — pensado na sua interdependência com o processo de constituição das relações capital-trabalho — é marcado por uma trajetória que, da dispersão inicial, desemboca na unificação. Nesse processo foram sendo postos os elementos que conduziram à organização do Movimento de Aposentados e Pensionistas, assentados em uma proposta global de defesa dos interesses dos previdenciários.

Nesse período a organização do movimento do segmento idoso se dava por meio das uniões dos aposentados e pensionistas que se firmaram em associações, dado o grau de violações de direitos e de complexidade da realidade do grupo idoso. Esse movimento gradualmente ampliou suas “bandeiras”, de forma que passou a lutar pelo acesso à previdência com e para àqueles que não eram contribuintes diretos, devido à condição precária de vida dos (as) velhos (as), ora, se fazendo

[...] necessária prevalência do *interesse político* sobre os interesses particulares (individuais ou de grupo), base da concepção marxista da democracia e espinha dorsal do movimento capaz de trafegar com inteligência e eficácia política pelo universo da complexidade contemporânea. (NOGUEIRA, 1998, p. 80, grifo do autor)

O avanço nas lutas iniciadas na década de 1960 consiste na concretização do Instituto de Previdência Social (INPS) no ano de 1966, se destacamos que gradualmente, por meio de diversos decretos, algumas reivindicações da população idosa foram incorporadas, tais como, a igualdade de direitos dos trabalhadores rurais e a criação do benefício Renda Mensal Vitalícia (RMV). Contudo, Simões (2006, p. 15) alerta que,

Grosso modo, pode-se dizer que, de 1930 a 1964, as reivindicações dos segurados da Previdência eram segmentadas por categoria, sendo as categorias profissionais mais organizadas — como bancários, ferroviários, marítimos — as que obtinham os melhores benefícios, devido à influência

de suas lideranças sindicais junto aos institutos de aposentadoria e pensões (IAPS), que geriam recursos políticos importantes.

Entretanto, o marco político da organização da mobilização do segmento idoso foi a criação da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) em 1985 — que hoje se intitula Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos — aludimos que esse avanço se deve ao aprofundamento político do próprio movimento. Porque, anteriormente as mobilizações eram esparsas, aqui, na confederação se dá a união das reivindicações, ultrapassando a pauta em prol da melhoria dos benefícios. Ora, foi o momento de reconhecimento da condição social dos (as) velhos (as) em nosso país e se consolidou um processo de alteridade, ou seja, de identificação de si e do outro enquanto sujeitos de direito, haja vista que,

[...] o processo de conquista de direitos passa normalmente pelas fases do planejamento participativo: tomada de consciência, que descobre a discriminação como injustiça, proposta de enfrentamento prático da questão, necessidade de organização política. (DEMO, 2001, p. 63).

Sobre a ampliação das pautas do movimento social dos velhos (as), Simões (2006) identifica três períodos na história da COBAP: o primeiro período, que compreende a década de 1980, foi marcado pela movimentação jurídica em prol da fixação dos valores dos benefícios concedidos com reajuste, sendo que a maioria das ações judiciais decidiu a favor dos aposentados, no entanto, nem todas as perdas financeiras foram recuperadas, principalmente aquelas que se referiam ao período de 1979-1984.

O segundo momento se liga a história da redemocratização do Brasil, com a queda do regime ditatorial, e a construção do Brasil enquanto um Estado democrático de direito, assim a elaboração da Carta Constitucional de 1988, assume papel de protagonista nesse período, pelo fato de que se construiu um momento rico de articulação da COBAP com a constituinte para a elaboração dos capítulos da ordem social, que demarcavam o nascimento da seguridade social brasileira, Haddad (1993, p. 67) reflete que,

A situação de penúria em que se encontravam os aposentados e pensionistas é o elemento explicativos da luta, a partir de 1987. Ademais, o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte criou espaço para demandas de diferentes segmentos da sociedade. Nesse contexto, o

Movimento tomou a Constituinte como principal interlocutor para as conquistas previdenciárias.

Destacamos que essa segunda fase da organização do movimento do segmento idoso foi profícua, pois, buscou coletivizar as demandas tanto dos aposentados e pensionistas quanto dos “invisíveis” da sociedade, colocando em cheque a “conspiração do silêncio” existente na sociedade brasileira em torno dos (as) velhos (as) trabalhadores que não tinham seu direito à vida e sua dignidade humana garantidos, lembremo-nos que em 1990 houve a consolidação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), extinguindo o INPS.

Podemos apontar algumas das conquistas políticas do movimento, por exemplo, a previdência social enquanto um direito — apesar de possuir caráter contributivo — inserido no tripé da seguridade social, que é constituído pela saúde, assistência social e previdência, a garantia do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a equidade dos benefícios rurais, entre outras.

O terceiro momento das reivindicações da COBAP se mostra como a efervescência das mobilizações dos (as) velhos (as). O fato ocorreu em 1991, quando o reajuste do salário mínimo foi de 147% enquanto que os benefícios da previdência foram reajustados em 54,6%. O meio encontrado pelo movimento de questionar essa ação governamental, foi impetrar ações judiciais; entre recuos, desencontros de interpretações e decisões jurídicas, um ano depois os aposentados conquistaram o direito ao reajuste de 147%, afirmamos que, “[...] a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores - aposentados foi surpreendente em tamanho e em força.” (PAZ, 2005, p. 5-6).

No entanto, também destacamos os protagonistas desse processo de conquistas políticas, que nem sempre são lembrados nas histórias sobre as mobilizações do segmento idoso, Simões (2006) resgata a história da morte de Waldomiro Bonifácio de Oliveira (77 anos) após longas horas de espera na fila do INSS; a fala do pai do então Ministro do Trabalho e Previdência Social Antônio Magri, que se colocava a favor da luta dos (as) velhos (as) e a figura política do aposentado Quintino Cechinel (70 anos) que foi agredido por um policial militar quando estava participando de uma manifestação em Florianópolis, em 1992.

Sob lutas árduas travadas tanto no âmbito do Estado quanto nos movimentos que emergiram da sociedade civil, frutos da elevação da consciência política, o

movimento foi gradualmente consolidando rupturas cotidianas e assumindo papel de protagonista político, constratando com o estereótipo do(a) velho (a) improdutivo, ocioso e passivo, sendo que, “[...] essa imagem de “vanguarda social” insuspeitada, de ‘velhinhos’ subitamente revoltados contra o tédio de suas existências, as organizações de aposentados viram-se reconhecidas como movimento político.” (SIMÕES, 2006, p. 29).

Essa visibilidade do movimento idoso em prol da conquista e garantia dos direitos previdenciários atentou a sociedade para as negligências e violações de direitos dos (as) velhos (as). Foi, verdadeiramente, um processo que buscou

Passar da passividade à ação consciente (do consenso passivo ao consenso ativo) significa também buscar uma nova articulação de teoria e prática, combater a subalternidade, a concepção mecanicista e particularistas que encobrem o ser social. (SIMIONATTO, 1995, p. 46).

Outro instrumento de participação e protagonismo político do segmento idoso foi a confecção de cartas abertas à sociedade. Reiteramos que as cartas, datadas entre 1984 e 1986, em seu texto, já defendiam a criação de uma lei direcionada especificamente aos velhos (as). Na contemporaneidade as cartas abertas à população funcionam como instrumentos de denúncias das condições de vida das pessoas idosas, ela são elaboradas pelas organizações, associações e entidades ligadas ao segmento idoso, seja pela defesa e proteção dos direitos das pessoas envelhecidas ou pelo trabalho social desenvolvido com elas. Ultimamente destacamos: a carta da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (2014) que versou sobre as condições de acesso à saúde; a do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) (2014) que se colocou contra o veto ao Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 (BRASIL, 2014), que criava a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

As cartas da década de 1980 tiveram papel importante na elaboração da Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842/94 (BRASIL, 1994), que ganhou repercussão na mídia devido o caso da tragédia da Clínica Santa Genoveva, quando idosos morreram em consequência das más condições de higiene em que viviam no ano de 1996, atentando a sociedade para a necessidade da criação do Estatuto do

Idoso, aos “moldes”¹²do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990). Assim, inicia-se o tramite legal para a aprovação do Estatuto do Idoso, Gohn (2013, p. 108) destaca o papel Associação Nacional de Gerontologia Social (ANG), que “[...] teve papel importante no encaminhamento e aprovação do Estatuto do Idoso, assim como na regulamentação do Conselho do Idoso.”

Mesmo com toda a mobilização das organizações e movimentos sociais representativos da causa dos velhos (as) a promulgação do Estatuto do Idoso foi lenta dando-se em 2003, na forma da Lei nº 10.741/03. É importante darmos destaque à consolidação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso em 2002 — seguindo as diretrizes da PNI — que está vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência (SDH), Neri (2005, p. 15) destaca que a criação dos conselhos de direito das pessoas idosas foi “[...] um bom ponto de partida num País que não garante o acesso de uma ampla maioria de desprivilegiados a serviços públicos que poderiam lhes garantir uma vida digna.” Contudo, Gohn (2013, p. 109) ainda frisa “[...] se trata da geração de espaços de negociação e de equacionamento de conflito de interesses, reflexo do surgimento de uma cultura participativa nova na sociedade brasileira.” Nesse sentido ressaltamos que,

Os conselhos não são espaços únicos ou exclusivos, mas importantes para serem ocupados pela sociedade civil organizada comprometida com as transformações políticas, econômicas e sociais. Esses mecanismos de participação democrática são limitados para operar essas transformações, mas estratégicos e podem provocar mudanças na relação Estado-sociedade. Os conselhos podem contribuir com a construção de uma cultura política contra-hegemônica ao impor a socialização da política e a democratização social com agendas permanentes e prioritárias de luta. (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 290).

O resgate histórico das mobilizações do segmento idoso no Brasil traz a riqueza do protagonismo e participação política desse grupo populacional para a construção da democracia participativa brasileira, e se mostra como um princípio ético dos pesquisadores, dos gerontólogos e profissionais, que trabalham com as pessoas envelhecidas, destacar esse papel nada passivo dos (as) velhos (as). Inferimos que às vezes essas histórias de luta não são destacadas pelos estudos

¹² Claro que com nítidas diferenças, salientamos que a expressão “aos moldes” se refere à conquista do reconhecimento social do grau de vulnerabilidade desse segmento, fazendo-se necessário a elaboração de uma legislação específica, que possa instituir crimes e penas para o não cumprimento da lei.

referentes ao processo de envelhecimento e velhice e essa ocultação pode desembocar no entendimento dos direitos enquanto benesses do Estado ou a compreensão da luta dos (as) velhos (as) de maneira linear e desvinculada das contradições da conjuntura social.

Logo, foram entre avanços e desafios que o movimento das pessoas envelhecidas se consolidou como “em si”, ou seja, foi por meio da identificação das mazelas e injustiças sociais que os (as) velhos (as) vivenciaram no cotidiano, que se construiu um movimento político se coletivizando e se firmando como interesse do grupo social idoso.

Contudo, essa mobilização política se restringiu à reivindicação de direitos, de garantias legais, não transcendendo os limites da sociedade capitalista, muitas vezes, não refletindo sobre o pertencimento de classe que por sua vez faria grande diferença ao movimento idoso que buscaria uma hegemonia de classe, construindo outra ordem social se firmando como “classe para si”, ou seja, poderia ser um movimento em que

[...] deixa de ser “classe em si” e torna-se “classe para si”, consegue elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo “bloco histórico”, conquistar a hegemonia em sua plenitude.” (SIMIONATTO, 1995, p. 45).

Por isso, a necessidade de fomentar debates críticos nas associações, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVs), Fóruns, Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIs) e nas Conferências a nível municipal, estadual e nacional.

Destacamos que apesar dos conselhos de direito serem instâncias essenciais na defesa e proteção dos direitos dos (as) velhos (as), ainda podem se mostrar como instâncias burocratizadas que nem sempre conseguem estabelecer diálogo e articulação com àqueles velhos (as) que não se encontram inseridos em projetos e programas sociais, de modo que as conferências possuem uma maior flexibilidade possibilitando a troca de saberes entre profissionais e velhos (as) de todas as classes, etnias, raça, gênero, gerações e níveis educacionais, portanto, são instâncias mais abertas. Assim, vimos como fundamental oferecer espaço para a discussão sobre as deliberações das Conferências Nacionais que ocorreram nos

anos de 2006, 2008, 2011 e estão acontecendo nesse ano de 2015, visto que se mostra como importante

A passagem do senso comum, do modo de pensar desorganizado e folclórico, a um pensar crítico e histórico se faz através da luta concreta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão dos seus problemas, chegarão a um nível de cultura sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção. (SIMIONATTO, 1995, p. 83).

Isto posto, vimos como pertinente analisar a trajetória da participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) por meio da análise das conferências. Primeiramente vamos traçar e discutir alguns dos temas das conferências dos anos passados com base nas deliberações disponibilizadas no site do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, logo, nos atentaremos à análise crítica do tema das conferências de 2015, e discutiremos os desafios identificados pelos (as) velhos (as) a nível municipal referente à cidade de Franca-SP.

3.3 As conferências nacionais dos direitos da pessoa idosa: algumas interpelações das deliberações

As primeiras conferências sobre os direitos dos (as) velhos (as) ocorreram durante o ano de 2006, com o tema “Construindo a rede nacional de proteção dos direitos da pessoa idosa.”, tendo, portanto, como objetivo, a construção Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI) e teve como eixos temáticos:

1) Ações para a efetivação dos direitos das pessoas idosas quanto à promoção, proteção e defesa; 2) Enfrentamento à violência contra a pessoa idosa; 3) Atenção à saúde da pessoa idosa; 4) Previdência social; 5) Assistência social à pessoa idosa; 6) Financiamento e orçamento público das ações necessárias para efetivação dos direitos das pessoas idosas; 7) Educação, cultura, esporte e lazer para as pessoas idosas; 8) Controle democrático: o papel dos Conselhos. (BRASIL, 2006a, p. 35).

As deliberações dessa I Conferência Nacional das Pessoas Idosas foram de grande importância para a elaboração e implantação de projetos e programas direcionados ao atendimento dos (as) velhos (as), pois, as propostas fazem referência às ações para a efetivação dos direitos. As propostas consistiram na

criação de serviços de atendimento para o segmento idoso em diversas políticas públicas, destacamos entre eles: o serviço de busca ativa de idosos nas áreas urbanas e rurais com a investigação de suas demandas; a criação e manutenção de delegacias, do serviço “disque idoso”, juizados e varas específicas para o grupo idoso atuando em conjunto com os conselhos de idosos; a exigência de melhor atendimento dos (as) velhos (as) nas redes bancárias; o fomento para a criação de associações de velhos (as) e a concretização desses em federações para maior participação nas próximas conferências, buscando coibir a discriminação do (a) velho (a) nas mídias; a ampliação do orçamento para o financiamento de políticas públicas dirigidas ao segmento idoso; incentivo a projetos que visem à mobilidade urbana e à acessibilidade; capacitação contínua dos profissionais que lidam com o segmento idoso em parceria com universidades públicas e privadas; redução de sessenta e cinco anos para sessenta anos nos critérios de benefícios assistenciais e nos transportes para a concessão da gratuidade e a inclusão do tema envelhecimento nas diversas modalidades de ensino (BRASIL, 2006b).

Ao que concernem às deliberações do enfretamento da violência contra os (as) velhos (as), encontramos reivindicações de criação de serviços de atendimento nos estados e municípios, assim cabe destaque: a prevenção através de campanhas educativas, incluindo as pautas de segregação, infantilização e estigmatização do grupo idoso; construção de abrigos temporários com financiamento público para os (as) velhos (as) vítimas de violência com atendimento psicossocial; estimular necessidade de se realizar denúncias; capacitação para os profissionais que atuam no atendimento de velhos (as) vítimas de violência e rever as punições dadas aos agressores.

No eixo que discutiu a saúde da pessoa idosa, as propostas se dirigiram à ampliação de serviços preventivos e na garantia de qualidade dos serviços prestados, assim: mapear e traçar o perfil epidemiológico por meio de parcerias no desenvolvimento de pesquisa tanto em nível de ensino técnico quanto superior; realizar orientações para indivíduos e grupos visando a promoção do envelhecimento saudável; elaborar campanhas que abordem as doenças que mais atingem o grupo idoso e os perigos da automedicação; garantir os atendimento médico domiciliar; ampliação dos serviços dos CAPS; criação de Instituições de Longa Permanência (ILPIs); Centros-dias; residências terapêutica temporárias e abrigos temporários; capacitação dos profissionais da área da saúde; atenção

interdisciplinar no atendimento aos velhos (as) por meio da ampliação dos Programas Saúde da Família; acesso à medicamentos próteses e órteses, garantia de prioridade na realização de exames médicos e cirurgias e fomentar a criação de pós-graduações em gerontologia nas universidades públicas e privadas.

Em relação à previdência social, enfatizamos que as propostas lutam pela: extinção do fator previdenciário; priorização do atendimento de qualidade do segmento idoso com limite de tempo de espera e ampliação do quadro de funcionários do INSS; participação dos (as) velhos (as) nos conselhos da previdência; redução da burocracia para o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais; capacitação dos profissionais para a explicação dos documentos necessários e da tramitação do processo de requerimento dos benefícios; previsão da necessidade de deslocamento dos profissionais do INSS para o atendimento das comunidades rurais; garantia do piso de um salário mínimo para aposentadorias, benefícios e pensões; expansão da política previdenciária aos trabalhadores informais; assegurar aos netos órfãos menores de 21 anos o regime de pensão; incentivo aos programas de preparação para a aposentadoria; aprovação da lei de aposentadoria das donas de casa; solicitação de fiscalização nos empréstimos para aposentados e pensionistas e efetuação o pagamento do 13º em duas parcelas.

No âmbito da assistência social são requisitadas mudanças em relação aos critérios de concessão do BPC, a saber: alteração da idade mínima para o acesso ao benefício de sessenta e cinco anos para sessenta anos; que a renda *per capita* seja de meio do salário mínimo e que a renda de até um salário mínimo de pessoas idosas ou pessoas com deficiência não seja computada como renda, e a inclusão do 13º no benefício; divulgar e socializar informações sobre BPC para a população brasileira; criação um programa de complementação de renda para pessoas idosas dependentes e semidependentes; desenvolvimento de trabalho com as famílias; estabelecer parcerias com o judiciário para o cumprimento das penas alternativas nos serviços direcionados às pessoas idosas; criação e ampliação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS); integrar nacionalmente os serviços de localização de familiares; aumento do repasse governamental destinado à proteção especial, a regulação e a conceituação dos serviços sociais direcionados à proteção integral da pessoa idosa.

No que se refere ao financiamento e orçamento público, as deliberações por nós destacadas consistem em: criação do fundo nacional do idoso; destinação de

5% dos recursos da seguridade social para o desenvolvimento de projetos e programas direcionados ao segmento idoso; direcionar 2% das receitas arrecadadas nas loterias para o fundo nacional do idoso; criação de isenções fiscais para as organizações privadas, revertendo-as para as ILPIs; constituição de mecanismos que prezem pela transparência dos repasses e ações governamentais; previsão orçamentária para a construção de Centros de Referência do Idoso (CRI) ; garantia da participação dos conselhos dos idosos no debate de orçamento das políticas públicas e assegurar repasse financeiro aos delegados das conferências de direito da pessoa idosa.

Com referência ao eixo educação, cultura, esporte e lazer, as deliberações em realce são: garantia do acesso da pessoa idosa a todos os níveis de ensino, inclusive com o estabelecimento de cotas nas universidades para pessoas com mais de sessenta anos; criação de centros de educação permanente que desenvolvam ensino formal e não formal em formato de oficinas, propondo metodologias inovadoras; incentivar a criação de cursos de graduação, extensão e pós-graduação na área de gerontologia; ampliar o acesso às universidades da terceira idade com financiamento público; elaborar projetos de valorização da pessoa idosa e promoção da inclusão digital; desenvolver trabalhos intergeracionais; garantir acesso à atividades de educação, lazer, cultura e esporte ao menos com 50% de desconto; destinação de recursos e ampliação dos serviços de convivência e as associações de idosos; elaboração de projetos que visem o estímulo da memória social das pessoas idosas, fiscalização das agências de turismo e lazer quanto ao cumprimento do Estatuto do Idoso; proporcionar a prática de esportes com o acompanhamento profissional e metodologias específicas para pessoas com mais de sessenta anos. Destacamos uma das propostas que faz menção à educação no trânsito, que prevê iniciar um processo educativo em relação ao processo de envelhecimento e velhice nos cursos de formação de condutores.

O último grupo debateu sobre o controle democrático: o papel dos conselhos, destacamos as seguintes deliberações: implementar e fortalecer os conselhos de direito da pessoa idosa; divulgação do trabalho do conselhos; promoção de fóruns anuais para estimular o potencial participativo das pessoas idosas; garantir o intercâmbio dos conselhos nas diversas áreas, manutenção da articulação entre o Ministério Público e o Conselho do Idoso, assegurar o pagamento das despesas —

por parte do órgão gestor — dos conselheiros em atividades em que esses tenham que se deslocar e a capacitação continuada dos conselheiros.

Dentre tantas propostas, fizemos a categorização de cada um dos eixos, elencamos os elementos que mais foram incidentes no documento, logo, as categorias sobressaíram na: garantia de direitos e criação de serviços sociais para o atendimento das pessoas idosas. Assim, fica evidente o longo caminho a percorrer para a construção dos equipamentos socioassistenciais direcionados ao segmento idoso nos municípios, estados e União, principalmente se levarmos em conta que a conferência se deu três anos após a promulgação do Estatuto do Idoso, expressando assim a necessidade da socialização das informações referentes aos direitos da pessoa idosa e a construção e/ou ampliação dos serviços sociais, sendo que nesse contexto a estruturação dos conselhos de direito possuem fundamental importância.

As segundas conferências (nos âmbitos municipal, estadual e nacional) sobre os direitos das pessoas idosas ocorreram durante o ano de 2008, sendo que a conferência nacional foi em 2009, com a seguinte temática: “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: avanços e desafios”, assim, o objetivo era avaliar as ações da RENADI e a efetividade das ações da I Conferência, tanto que os eixos temáticos para a discussão dos grupos de trabalho foram semelhantes:

1. Ações para a efetivação dos direitos da pessoa idosa quanto à promoção, proteção e defesa;
2. Enfrentamento à violência;
3. Atenção à saúde;
4. Previdência social;
5. Assistência social;
6. Educação, cultura, esporte e lazer;
7. Transporte, cidades e meio ambiente;
8. Gestão, participação e controles democráticos;
9. Financiamento. (BRASIL, 2010, p. 45).

Vimos como pertinente realizar uma análise das deliberações nacionais novas e destacar a porcentagem de deliberações que reaparecem na segunda conferência nacional, fato esse que permite a visualização da não efetivação das políticas públicas direcionadas ao segmento idoso.

No eixo “Ações para a efetivação dos direitos da pessoa idosa quanto à promoção, proteção e defesa”, das quarenta e sete deliberações propostas, vinte e quatro remetiam à deliberações da conferência passada, sendo que somente cerca de 51% repetiram as ideias, mostrando assim, um caráter inovador e criador que o

espaço das conferências proporcionam, mas ao mesmo tempo, a não efetivação das propostas da I Conferência Nacional.

As deliberações com novos ideais nesse eixo remetem a: elaboração de cartilhas sobre os direitos das pessoas idosas direcionadas às comunidades quilombolas, indígenas e ciganas; a manutenção, atualização e a informatização do mapeamento do RENADI; elaboração de um Plano de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; ampliação do orçamento direcionado à concretização da PNI; avaliação dos serviços oferecidos junto às pessoas idosas; implantação de um “balcão de direitos” descentralizando ações e socializando as informações nos municípios; conversão de políticas públicas em lei; estabelecimento de diálogo com as empresas do ramo de comunicação para evitar a estigmatização e discriminação da pessoa idosa nas mídias; fomentar a isenção de impostos das ILPIs legalmente constituídas, sem fins lucrativos, com registro no conselho, incentivos fiscais às empresas que contratem pessoas idosas respeitando suas limitações biológicas; isentar de impostos pessoas com mais de sessenta anos com renda de até dois salários mínimos; desenvolver ações para o estímulo à consciência crítica dos profissionais que lidam com o segmento idoso, buscando prevenir as violações de direitos; priorizar e criar grupos de suporte em saúde para enfatizar a importância da integração da família no cuidado; incentivo ao trabalho voluntário de profissionais; assegurar os serviços de orientação e apoio familiar; estabelecimento de orçamento para financiar ações para a população idosa do meio rural; criação de centros de estudo e pesquisa sobre o envelhecimento nas universidades; fixação de parcerias com instituições de ensino para o oferecimento de campos de estágio nos serviços sociais direcionados à pessoa idosa; realização da reforma tributária para maior investimento na área social e a ampla divulgação da cartilha “Os direitos dos idosos nas relações de consumo”.

Em relação ao eixo do enfrentamento à violência, das propostas aprovadas pelo grupo, tivemos também 37,5% da repetição de reivindicações da conferência anterior, especialmente, na necessidade de construção de mecanismos de denúncias, campanhas educativas e preventivas e uma proposta que versa sobre a violência no trânsito — tratada em outro eixo temático na I Conferência. As novidades incidem sobre a criação de espaços nas rodoviárias, aeroportos e portos para o atendimento de pessoas idosas que sofreram violência; estruturação e suporte nos CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social),

CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e Centro de Atenção Integral à Saúde Mental (Cais-Mental); garantia de financiamento dos Centros Integrados de Atenção e Prevenção à Violência; divulgação do conteúdo da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/06 (BRASIL, 2006c), buscando coibir a violência doméstica contra a mulher idosa; promoção de palestras, seminários, fóruns de discussão e conferências para desenvolver um trabalho preventivo de enfrentamento das situações de violência que as pessoas idosas vivenciam no cotidiano; implementação do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa; realizar estudos e pesquisas sobre a violência em parcerias com as universidades; implantar nos órgãos de atendimento à pessoa idosa a ficha de notificação compulsória da Violência Contra a Pessoa Idosa (VCPI); destinar a arrecadação das multas nos processos penais contra a pessoa idosa para os fundos dos Conselhos dos Idosos e exigir o cumprimento das medidas punitivas na formada lei.

No que diz respeito à atenção à saúde das sessenta e três propostas aprovadas pelo grupo, 49% já tinham sido discutidas na conferência anterior. Destacamos algumas das propostas que surgem em tom inovador: promoção da saúde bucal da pessoa idosa; realização de estudos para a determinação do custo do atendimento das pessoas idosas institucionalizadas; implementar as farmácias de manipulação nos municípios que ainda não foram contemplados; promover, implementar e ampliar o programa farmácia popular e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica; concretização de centros-dia, hospitais amigos do idoso e Centros de Referência Regionalizados de Atenção Geriátrica e Gerontológica e Centros de Reabilitação do Idosos; garantia de serviços de saúde de atendimento domiciliar; fornecimento de fraldas geriátricas; prioridade nos leitos nas Unidades de Tratamento Intensivo; lutar em prol do direito de acompanhante em consultas e exames; orientações acerca do envelhecimento ativo a ser divulgadas nos canais midiáticos; intensificar as campanhas de vacinação, elaboração de campanhas educativas voltadas para as questões de saúde; assegurar vagas em concursos públicos para os especialistas em geriatria e gerontologia; criação de programas de educação em saúde, realização de cursos para cuidadores, implementação do Núcleo de Assistência à Saúde da Família (NASF) com equipes multidisciplinares; prezar pela manutenção de vínculos da pessoa idosa com a família e a comunidade e viabilizar o acesso das pessoas idosas ao programa do leite, alimentação especial e insumos para a nutrição.

No eixo da previdência social, as deliberações propositivas foram: implantação do Programa Nacional de Humanização no atendimento do INSS; ampliação do quadro de peritos-médicos; promoção de campanhas educativas sobre os riscos do empréstimo consignado; aprimorar o atendimento pela central 135 e a ouvidoria do INSS; realizar encontros semestrais entre os órgãos responsáveis pela PNI com o INSS; assegurar que os recursos da previdência não sejam alocados para outros fins; fomentar a reforma previdenciária e estabelecer o Conselho Nacional de Seguridade Social. Assim, no ramo da previdência, somente 39% das propostas remeteram às antigas reivindicações.

No que concerne à assistência social, as propostas aprovadas pelo grupo consistiram em quarenta e quatro deliberações, das quais 25% se relacionavam com as propostas da conferência passada. Assim, podemos inferir que as propostas incidiram sobre: o desenvolvimento e ampliação de atividades dos grupos de convivência e associações de pessoas idosas a serem coordenadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), buscando socializar com a sociedade os direitos e deveres do segmento idoso; fortalecimento dos serviços de alta complexidade, implantação de projetos, programas e serviços com base nas demandas identificadas na territorialização, buscando ações intersectorializadas; viabilizar a criação de albergues e casas de passagem; implementar e regularizar a profissão de cuidador e ampliar a oferta de cursos de formação de cuidador com carga horária mínima de cem horas; prevendo a capacitação desses cuidadores e a criação de um banco de cadastro desses profissionais junto ao SUS e ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS); incentivar as ações do Programa de Internação Domiciliar (PID); aprimorar os serviços de proteção integral da pessoa idosa através da divulgação da Guia da Proteção Social Básica; consolidar parcerias com o setor público e privado para a construção de Centros de Convivência do Idoso acessíveis com piscina, salões e quadras; prezar pela convivência comunitária e familiar; assegurar a equipe mínima na secretaria de assistência social, mas lutar pela ampliação do quadro interdisciplinar; revisão dos processos de requisição do BPC com base nos relatórios emitidos pelos assistentes sociais; promover programas e serviços para as pessoas com envelhecimento precoce e a construção de equipamentos socioassistenciais e a ampliação do número de vagas.

No eixo de educação, cultura, esporte e lazer as deliberações do grupo consistiram em vinte e seis propostas, das quais 50% se referiam a propostas ainda

não citadas na conferência nacional anterior. Assim, as deliberações do documento previram: a inclusão de uma nova modalidade de ensino “Educação da Pessoa Idosa” (EPI), tratando das especificidades desse grupo populacional; realização de pesquisas para demonstrar a diversidades esportivas e culturais, em especial das comunidades quilombolas, indígenas, ciganas e rurais, além do incentivo a estudos e pesquisas em parcerias com as universidades para desvelar as particularidades e a heterogeneidade do processo de envelhecimento nos territórios que orientará ações governamentais; universalização do acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer; ampliação de conhecimentos da pessoa idosa como informatização e ensino de línguas; criação de leis de incentivo fiscal para o custeio de projetos no âmbito da educação, cultura, esporte e lazer; promoção de jogos de integração dos idosos até mesmo às pessoas idosas em situação de institucionalização; fiscalizar o uso da imagem da pessoa idosa e a criação de programas direcionados ao segmento idoso com horário fixo e de periodicidade semanal, financiados pelo poder público.

O eixo dos transportes, cidades e meio ambiente não foi discutido na conferência anterior, entretanto algumas questões desse tema foram despertadas no eixo “Ações para a efetivação dos direitos”, de modo que nessa segunda conferência nacional e na discussão desse eixo foram identificadas apenas 29% de incidência das mesmas reivindicações, as deliberações consistiram: na orientação das pessoas idosas em relação a seus direitos no campo do transporte; promoção de campanhas educativas e a capacitação para os funcionários dos transportes e também no processo de formação de condutores; garantia de acessibilidade da pessoa idosa; gratuidade da renovação da Carteira Nacional de Habilitação para pessoas idosas com mais de 65 anos; divulgar direito da pessoa idosa ao passe livre interestadual e a Carteira do Idoso; intensificar a fiscalização junto a empresas de transporte; ampliar a divulgação dos programas habitacionais e alimentar discussões sobre o meio ambiente nos serviços direcionados ao atendimento de pessoas idosas.

Na discussão sobre gestão, participação e controle democráticos, debateu sobre a importância da articulação dos conselhos de direitos das pessoas idosas com outros órgãos reguladores, tais como: a previdência e as instituições financeiras para a defesa de direitos das pessoas idosas quando estas buscam realizar empréstimos consignados; necessidade de criação de estratégias de diálogo entre

os conselhos elaborando também um cadastro nacional dos conselhos e fóruns da pessoa idosa; promoção de campanhas que destaquem as atribuições dos conselhos e fóruns; buscar regulamentar a paridade na formação dos conselhos e assegurar a participação de usuários nos conselhos; incentivar o processo de mobilização dos conselhos para a reivindicação dos reajustes na aposentadoria; salientar a necessidade da construção de um plano de discussão sobre temas da PNI; fomentar a criação de uma frente parlamentar para a proteção integral da pessoa idosa e reativar o desenvolvimento dos fóruns. Salientamos que 37% das propostas do grupo já haviam sido debatidas na conferência anterior.

O último eixo se refere ao financiamento e obtivemos somente o percentual de 12% de propostas que se repetiram em relação à conferência anterior. Esse eixo abrangeu e discutiu ações específicas para o financiamento de políticas públicas direcionadas ao segmento idoso, como: dotar a RENADI com recursos suficientes para sua ampliação; a definição do percentual a ser destinado ao atendimento das pessoas idosas no orçamento da assistência estabelecido no Plano Plurianual; garantir financiamento para a manutenção dos conselhos em todas as esferas; angariar recursos para a construção de centros para práticas esportivas, culturais da pessoa idosa, centros de referência, amparo às ILPIs e a construção de Centros de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa; garantir o financiamento habitacional e aumentar a cota habitacional de 3% para 10%, dedução do imposto de renda para a destinação de recursos ao fundo do idoso; criação e regulamentação do fundo nacional do idoso; criação de emenda constitucional que fixe a destinação de 5% das receitas da seguridade social sejam direcionadas à assistência social e que 1,5% desse percentual esteja direcionado ao financiamento de serviços voltados para pessoa idosa.

Dessa maneira, vimos como pertinente destacar as deliberações finais votadas na plenária final da II Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Idosas:

48. Estimular parcerias para divulgação, nos boletos bancários, contas de água e de luz, contracheques, da importância da participação social, atividade física, alimentação saudável, 54 exames médicos periódicos a partir dos sessenta anos e divulgação dos demais direitos previstos no Estatuto do Idoso.
49. Implantar, manter, divulgar e tornar acessíveis os serviços de telefonia, como Disque Idoso, tanto para informar e orientar sobre direitos e serviços, bem como para receber denúncias, usando número de fácil memorização, cabendo à União, aos estados, municípios e

Distrito Federal, no prazo de doze meses a partir da aceitação da implantação. 50. Assegurar o cumprimento da lei que prevê o atendimento prioritário à pessoa idosa nos órgãos públicos e privados, dotando-os de profissionais qualificados para fiscalizar o cumprimento do prazo máximo de espera estabelecido na legislação vigente, com acesso a banheiros e água; [...] 18. Fiscalizar, através de órgãos competentes, o cumprimento integral do artigo 40 do Estatuto do Idoso e do artigo 1º do Decreto nº 5934/2006, e assegurar em lei a extensão do mesmo direito no transporte aéreo, e exigir que as empresas capacitem seus trabalhadores para atendimento aos idosos nos guichês; [...] 28. Promover, a cada dois anos, a realização de conferências nacional, distrital, estaduais e municipais e/ou regionais; [...] 36. Promover, nas três esferas de governo, maior investimento financeiro do poder público na criação, adequação, manutenção, modernização e custeio das unidades de acolhimento para pessoas idosas e/ou das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). 37. Garantir em todas as esferas de governo, no âmbito do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA), a dotação orçamentária para os programas, projetos e serviços, inclusive para a contratação de recursos humanos qualificados e capacitação permanente dos mesmos, para execução de ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa em todas as políticas setoriais. 38. Garantir, através de legislação específica, a aplicação de recursos de, no mínimo, 5% do orçamento do Governo Federal, 3% do orçamento dos governos estaduais e 1% do orçamento dos governos municipais para efetivação das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa. (BRASIL, 2010, p. 53-54; 85; 88; 96).

Como já era previsto, pelo tema se tratar da avaliação da RENADI, as categorias desveladas no processo de apreensão e interpretação dos dados desembocaram nas demandas para o cumprimento das deliberações da conferência anterior e na defesa e proteção dos direitos dos (as) velhos (as), propondo novas ações e intervenções para a construção de um processo de envelhecimento mais digno, justo e participativo.

Todavia, esse processo de construção de consciência críticas das pessoas idosas, que envolve a socialização das informações sobre os direitos, o processo organizador e mobilizador na formação de sujeitos coletivos de certa forma é tolhido pela preposição da III Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa, que ocorreu em 2011, com o tema "O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil", tendo como eixos de discussão:

Envelhecimento e políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais, pessoa idosa protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos, fortalecimento e integração dos conselhos: exigir, participar, estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos e diretrizes orçamentárias, plano integrado e orçamento público da União, Estados,

Distrito Federal e Municípios: conhecer para exigir, exigir para incluir, fiscalizar. (BRASIL, 2011).

Ao analisar essa conferência, percebemos diferenças significativas, pois o número de eixos de discussão foi reduzido praticamente à metade, agrupando deliberações direcionadas às ações de várias políticas no mesmo eixo, acreditamos que isso pode ter sido um obstáculo para incitar o debate das pessoas idosas, pois, à medida que o foco está na análise de uma política só, as inquietudes aparecem de forma mais objetiva, todavia, quando o objetivo está, por exemplo, nas ações estatais, há uma pluralidade de ideias, da diversidade de ações e de requisições que trazem empecilhos para a leitura crítica de uma realidade tão vasta e complexa.

Além disso, alguns eixos passaram a transferir para a pessoa idosa a responsabilidade de acompanhar e lutar para a efetivação de seus direitos, em uma evidente tentativa de individualização das reivindicações do movimento dos idosos, desfazendo o processo de construção do sujeito coletivo. Ressaltamos que, os anais dessa conferência ainda não foram divulgados mesmo quatro anos após sua realização.

O eixo “I. Envelhecimento e políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais” das dez deliberações aprovadas, somente quatro tiveram caráter inovador, propondo resumidamente: a efetivação e a universalização dos direitos das pessoas idosa, por meio da descentralização, intersetorização e a gestão integrada das políticas públicas, buscando a execução e acompanhamento do Plano Nacional do Idoso; a elaboração de uma legislação específica que trate de limitar a concessão de empréstimos a aposentados e pensionistas até 30% de sua renda, tendo como critérios a utilização de senha, impressão digital, atendimento individualizado e declaração; e garantir a inserção no Catálogo Nacional do Ministério da Educação do curso de formação de cuidadores de pessoas idosas.

O debate do eixo “Pessoa idosa protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos”, contém cinco deliberações, das quais três merecem destaque: procura-se garantir a participação efetiva da pessoa idosa no planejamento de projetos e programas no âmbito da saúde, educação e assistência; estimular e capacitar a pessoa idosa a conhecer e acessar seus direitos formando-os como protagonistas e garantir o exercício do protagonismo em todos os espaços que dizem respeito aos direitos fundamentais descritos no Estatuto do Idoso.

Enfatizamos que essas deliberações mencionam o protagonismo de forma vaga e não conseguem conceituar o que realmente é o protagonismo e como exercê-lo.

Ademais, se pensarmos que o grupo idoso no Brasil ainda desconhece seus direitos e deveres, e muitas vezes, quando conhece não tem acesso às políticas públicas, então, como cobrá-lo ou responsabilizá-lo por seu protagonismo e envelhecimento saudável? Aqui, recorremos a Haddad (1993) não é preciso que lutemos para os (as) velhos (as), mas sim com os (as) velhos (as), além do que, o papel dos (as) velhos (as) na história na conquista de seus direitos não foi passivo, se construiu como um movimento militante, com protagonistas políticos de causas coletivas, ou seja, se constitui como uma tentativa de encobrir toda a luta política do segmento idoso, com uma nova ideologia de protagonismo e participação falseada e nos limites da sociedade do capital.

Quanto ao eixo “Fortalecimento e integração dos conselhos: exigir, participar, estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos”, encontramos seis deliberações, das quais três são inéditas, assim propõe: fortalecer o diálogo dos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas por meio da promoção de fóruns, audiência públicas, debates, seminários e palestras; estabelecer formas de acompanhar o cumprimento das deliberações das conferências e a criação imediata do fundo estadual e municipal da pessoa idosa.

No último eixo, “Diretrizes orçamentárias, plano integrado e orçamento público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: conhecer para exigir, exigir para incluir, fiscalizar” das cinco deliberações, três apresentam algumas proposições inovadoras, tais como: a alocação de recursos das loterias, dos *royaltes* do pré-sal, dos crimes ambientais e dos impostos dos empréstimos de aposentados e pensionistas para o fundo nacional do idoso; destinar durante o planejamento orçamentário de 5% a 10% do montante do recurso público federal para a implementação e execução da PNI e a garantia da capacitação dos conselheiros sobre o ciclo orçamentário.

A IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa está ocorrendo no ano de 2015, ou seja, quatro anos após, a terceira conferência, possuindo como tema “Empoderamento e protagonismo da pessoa idosa- por um Brasil de todas as idades”, sendo que os eixos temáticos são: gestão, financiamento, participação e o sistema de garantia de direitos humanos.

Presentemente, reiteramos a crítica sobre a temática da conferência, que não foi construída junto aos profissionais e os (as) velhos (as), mas sim que foi uma escolha feita pela verticalidade, não pautada na horizontalidade e no diálogo, havendo assim a intencionalidade nas entrelinhas de trazer para o (a) velho (a) a responsabilidade pelo exercício do protagonismo — entendido de maneira acrítica e individualizada — na busca pela efetivação de seus direitos, sendo que isso deveria ser uma prerrogativa de toda a sociedade.

Como a IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa deve ocorrer em meados de abril de 2016, optamos por analisar o Regimento Interno e o Relatório Final da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Franca, fazendo assim uma análise aprofundada, buscando as contradições e avanços conquistados.

3.4 A análise do Regimento Interno e as propostas da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa em Franca (SP): “Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa — por um Brasil de todas as idades”

3.4.1 Procedimentos metodológicos

A opção pela investigação do tema sugerido nos levou a eleger o método materialista histórico-dialético, para nortear as reflexões e as categorias, que por sua vez, são dotadas de contradição e de movimento. Como o método materialista-histórico dialético não se constitui como um pensamento linear, ele proporciona a leitura dinâmica e aprofundada sobre os determinantes sociais, políticos, econômicos e suas mediações com a temática, ultrapassando a visão descritiva da pesquisa e o conhecimento do senso comum, portanto

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. (KOSIC, 1976, p. 20).

Esta investigação teve como instrumental de apreensão de dados a pesquisa documental e a observação participante, esse tipo de pesquisa proporcionou a possibilidade de analisar criticamente os avanços e desafios construídos durante a I

Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas no município de Franca (SP).

A pesquisa seguiu os preceitos éticos de acordo com a Resolução Nº 466/12 das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde, sendo que, não houve a necessidade de submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil, já que os dados apreendidos pela análise documental foram publicizados no Diário Oficial do município de Franca (Anexo A), e não envolve a divulgação de nomes de pessoas, conforme o explicitado na resposta da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (ANEXO B), mas mesmo assim, vimos como necessário levar a pesquisa ao conhecimento ao Conselho Municipal da Terceira Idade como disposto na Carta de Anuência (ANEXO C), que disponibilizou o Regimento Interno (ANEXO D) e relatório final (ANEXO E).

Inferimos que realizamos uma abordagem qualitativa para a análise dos dados, de modo que,

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2013, p. 21).

Quanto à metodologia de análise dos dados, adotamos a análise de conteúdo, que segundo Severino (2007, p. 121) “Envolve, portanto a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens.”

Dessa maneira, apresentaremos a análise de conjuntura do município de Franca, para proporcionar uma leitura crítica e mais completa da realidade dos cidadãos francanos envelhecidos, identificando os aspectos que particularizam esse território. Posteriormente, iniciaremos a análise e a discussão do Regimento Interno e das propostas da I Conferência Municipal da Pessoa Idosa: protagonismo e empoderamento — por um Brasil de todas as idades.

A análise focou primeiramente na identificação e discussão dos objetivos e definições; da organização e programação; dos participantes; funcionamento da conferência descrito no Regimento Interno da conferência. Assim, posteriormente faremos uma análise crítica sobre as propostas da conferência, especialmente as sugestões dadas pelos participantes, sendo foi identificada nas propostas municipais

e estaduais, as categorias: reivindicações de direitos sociais e a criação e ampliação dos serviços sociais direcionados aos velhos (as).

3.4.2 Desvendado os lócus de pesquisa: territorialização e particularidades do município de Franca-SP

Franca está situada na região nordeste do estado de São Paulo, ocupando a unidade territorial de 605, 679 Km², atualmente, segundo projeções para o ano de 2015 com base no censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2015), possui uma população de 342.112 habitantes. A população de Franca está concentra na área urbana do município.

O Índice de Desenvolvimento Humano que é a medida entre as taxas de longevidade, educação e renda, com base nos dados do Censo Demográfico anterior, no caso de 2010, apontam que Franca é um município com alto índice de desenvolvimento humano: 0,78. Destacamos que o índice que se refere à longevidade é baseado na expectativa de vida segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, e em Franca, a esperança de vida ao nascer (ano base: 2010) é de 75,5 anos. A taxa da educação é medida pela combinação dos dados da escolaridade da população adulta (dada pelo percentual de pessoas adultas que completaram o ensino fundamental) e o fluxo escolar da população de até 20 anos de idade. Em relação à renda, a média é contabilizada com base na soma da renda de todos habitantes e é dividida pelo número de residentes no município.

A renda *per capita* média dos francanos é de 846,57 reais. Todavia, apontamos que é preciso recorrer a outras fontes de dados, como o coeficiente de Gini, para não mascarar as questões de desigualdade social do município. Em 1991 o índice de Gini do município era de 0,460, passando para 0, 510 em 2000 e retronando a atingindo 0,460 em 2010, sendo que nesse cálculo quanto mais próximo do índice de zero indica maior igualdade de renda.

A taxa de envelhecimento do município, resultado da proporção entre a população com mais de 65 anos de idade e o total populacional, segundo os dados fornecidos pelo Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (PNUD; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013), vem crescendo, vejam os dados: em 1991 era de 4,83%, saltando em 2000 para 5,83% e em 2010 atingiu 7,36%, enfatizamos

que o segmento idoso da cidade de Franca atinge o percentual de 11,4% da população em 2010.

Vimos como pertinente destacar os serviços sociais públicos e aqueles mantidos pela sociedade civil direcionados ao atendimento do segmento idoso na cidade de Franca incluem os serviços no âmbito da saúde, educação e assistência social, assim apresentaremos esses serviços, projetos e programas:

- Na área da saúde Franca conta, atualmente, com quinze Unidades Básicas de Saúde (UBS), cinco núcleos de atendimento ao Programa Saúde da Família (PSF), um ambulatório de geriatria, um Pronto-Socorro de referência, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o complexo Santa Casa composto pelo Hospital do Câncer, Hospital do Coração, a Santa Casa e o Ambulatório de Especialidades Médicas (AME). Em relação aos projetos e programas pertencentes à área da saúde, contamos com o projeto Vida à Vida que funciona nas UBS, o Programa de Suporte Respiratório Domiciliar e o Programa Municipal de Fornecimento de Fraldas;
- No campo da educação temos a Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Na assistência social incluímos ações de proteção básica e especial. Na área da proteção básica, o município conta com cinco CRAS e são a equipe referenciada de acompanhamento do trabalho dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que totalizam 5 organizações: Centro de Convivência do Idoso “Lions Sobral”, Centro de Convivência Leste, Centro de Convivência do Idoso “Judas Iscariotes”, Centro de Convivência do Idoso “Núcleo Avelina Maria de Jesus” e o Centro de Convivência do Idoso “Voluntárias Sociais de Franca”. No âmbito da proteção especial a cidade conta com cinco Instituições de Longa Permanência e dois Centros-dia.
- Destacamos a Universidade Aberta à Terceira Idade, custeada com verbas de projetos de extensão da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Campus de Franca;
- Conselho Municipal da Terceira Idade
- Grupo de idosos: Serviço Social da Indústria (SESI), Clube da Velha Guarda, Associação dos Idosos, Associação dos Aposentados do grupo Amazonas e a Pastoral do Idoso.

A partir dessa explanação dos dados estatísticos e da apresentação de alguns serviços oferecidos à comunidade idosa, consideramos como necessário explicar algumas considerações sobre as condições de trabalho da cidade que imprimem particularidades na conjuntura.

A atividade econômica do município de Franca está baseada na produção industrial, especialmente no ramo calçadista, a cidade tornou-se celeiro da produção de calçados. O auge da industrialização do município foi em 1960 e, dez anos após, Franca começou a ser um polo de exportação de calçados masculinos em couro, e com a modernização das máquinas e as técnicas fordistas a produção foi otimizada, destacamos que haviam 360 indústrias e 8.500 mil trabalhadores (SINDIFRANCA, 2015).

Na década de 1980, devido a mais uma das crises cíclicas do capital, Franca, sofreu uma queda na produção, mas as indústrias de grande porte estruturadas não foram tão afetadas e conseguiram se recuperar, sendo que em 1993 Franca exportou 15,6 milhões de pares de sapato, e faturou mais de U\$ 256 milhões de dólares. No total, foram produzidos naquele ano, 31,5 milhões de pares. (SINDIFRANCA, 2015).

Com a emergência do ideário neoliberal, a intensificação da globalização e a perda do poder de negociação dos sindicalistas, o sapato de Franca foi perdendo sua força no cenário internacional, devido a concorrência dos produtos chineses, assim, algumas grandes indústrias declararam falência, outras se pulverizaram em pequenas empresas. Mas, os trabalhadores foram os que sofreram os maiores impactos, visto que é recorrente o advento da terceirização, que reduz os direitos trabalhistas e consome o tempo de vida do trabalhador que produz “por peça”, além disso, o chão da fábrica passa a ser o mesmo do espaço de convivência da família, sendo comum o fato de as pessoas costurarem sapatos nas calçadas e, às vezes, até dividir o trabalho com as crianças, adolescentes e os (as) velhos (as) trabalhadores. Enfatizamos que as atividades relacionadas à confecção de roupas íntimas — embora também terceirizadas — e a produção cafeeira vêm tendo destaques no cenário francano.

Assim, acreditamos ter descrito a conjuntura da formação-socioeconômica do município que, certamente, refletirá na apreensão e na análise dos dados, uma vez que, o contexto é um condicionante fundamental para o vislumbramento do indivíduo sobre suas possibilidades e direitos, pois consideramos que dependendo da

inserção do sujeito social na esfera produtiva, esta condicionará o indivíduo a modos de pensar e de agir com o fim da manutenção da ordem capitalista, claro que por meio de mecanismo que não são facilmente percebidos no cotidiano, por isso a importância de incitar processos que elevem o indivíduo do cotidiano conduzindo-o à reflexão e construção da consciência crítica.

3.4.3 Algumas considerações sobre a I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca

A I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca ocorreu no dia 19 de junho de 2015, no Centro de Convivência Lions Sobral, foi a primeira conferência do município, já que as anteriores foram feitas nos moldes das conferências regionais, e isto, sem dúvida foi um avanço, pois possibilitou que se realizassem as discussões focadas para a análise da realidade das pessoas envelhecidas em Franca. De acordo com o relatório, na conferência participaram 333 cidadãos, sendo, 274 usuários, 29 trabalhadores dos serviços sociais do município, 14 entidades e 30 representantes governamentais. O número de usuários nos chamou atenção, visto que os usuários compõem 82% do montante de participantes, demonstrando o compromisso com o debate acerca da realidade dos (as) velhos (as) da cidade de Franca. Na conferência participaram os usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, as Instituições de Longa Permanência e a Universidade Aberta à Terceira Idade, e esses sujeitos de direito agregaram conhecimento e riqueza às discussões dos eixos temáticos.

A programação da conferência foi planejada para que as pessoas idosas participassem ativamente do processo, de modo que foi oferecida alimentação aos participantes da conferência. No ato da inscrição os participantes recebiam o crachá que dependendo da cor direcionava-os para a divisão dos eixos de discussão. Porém, é preciso considerar a possibilidade de exercitar a autonomia dos participantes da conferência, oportunizando a eles escolher qual eixo tinham mais afinidade para discutir ou qual tema que mais se aproxima das reivindicações de sua realidade cotidiana.

A abertura do evento contou com a presença da presidente do conselho municipal da terceira idade, a secretária da saúde, secretária da ação social, a presidente do Lions Sobral e o prefeito do município. Todavia, pela metodologia de

apreensão de dados a observação participante, podemos inferir que o espaço da conferência na mesa de abertura, apenas um discurso foi tomado como uma oportunidade para a realização de uma campanha política, desvirtuando a função da mesa de abertura, que é somente declarar o início do evento de maneira formal.

Foi proferida a palestra ministrada por um profissional da área de gerontologia. O conteúdo desta palestra na referida conferência deveria oferecer subsídios para discussão dos eixos temáticos, para que todos os participantes entendessem o objetivo e o papel das conferências de direito das pessoas idosas, provocando a reflexão acerca do tema da conferência e dos eixos temáticos. Entretanto, a palestra foi direcionada para a valorização da velhice, tendo como pano de fundo afirmação da homogeneização do grupo idoso, compreendendo o processo de envelhecimento e velhice somente pela via das possibilidades que essa fase da vida oferece, sem se remeter aos desafios individuais e coletivos que os (as) velhos (as) das frações de classe trabalhadora enfrentam no cotidiano.

Desse modo, a perspectiva de protagonismo e empoderamento enfatizada durante a palestra estava atrelada à capacidade individual de conhecer os direitos, acessá-los e por vez se sentir empoderado perante a sociedade. No entanto, foi abordada a necessidade da participação dos (as) velhos (as) nos conselhos de direitos. Entretanto, a nosso ver, a fala não contemplou o espaço do conselho e das conferências enquanto conquistas políticas do movimento idoso, pois constituem espaços ricos de trocas de conhecimento e experiências, embate entre ideias em prol da construção de um país mais justo e igualitário.

Após esta palestra foi aceita a aprovação do Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas, que analisaremos a seguir.

3.4.4 Análise do Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca

O Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas do município de Franca inicia-se com a convocação e apresenta o tema “Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa- por um Brasil de todas as idades”. Todavia, como já havíamos aludido, esse tema não contemplou a demanda real dos (as) velhos (as) do nosso Brasil, e justamente por esse fato, houve várias dissonâncias da proposta da conferência e do interesse de discussão dos (as)

velhos (as) e os profissionais que trabalham com o segmento idoso, que se materializou em propostas que diziam respeito a direitos e serviços.

No *Capítulo II — Dos objetivos e definições*, o regimento dispõe que a conferência buscou “[...] propiciar a reflexão e a discussão sobre o protagonismo e o empoderamento e as consequências nas transformações sociais, como estratégia na garantia dos direitos da pessoa idosa.” (FRANCA, 2015a). Contudo, a reflexão sobre protagonismo e empoderamento deveria ser guiada por uma perspectiva crítica, que incentivasse o potencial de organização e mobilização do segmento idoso, trazendo o protagonismo e o empoderamento como instrumentos para a promoção da participação política, buscando e lutando pelo acesso, pela efetivação e concretização de seus direitos, tanto nos espaços legais e estatais quanto por via da participação dos movimentos sociais.

Ao que segue os objetivos específicos da conferência, expressam o atendimento às reais necessidades de discussão, e muitas vezes, elas não remetem à discussão do protagonismo, prezando pelo esclarecimento e a difusão de informações das ações das políticas públicas voltadas para os (as) velhos (as); pelo conhecimento das organizações que prestam atendimento a este segmento no âmbito municipal; pela avaliação das políticas públicas já implantadas; estimulando a reflexão sobre as formas de angariar recursos para o financiamento das políticas.

Dos objetivos específicos, o único que se refere ao tema da conferência é o que propõe a implantação de estratégias de gestão que estimulem a participação e organização das pessoas idosas. Entretanto, há dois objetivos específicos que iludem verbos de ação, se assemelhando mais a propostas, do que objetivos, sendo eles: “[...] propor prioridades de atuação aos órgãos governamentais nos diferentes níveis de gestão, responsáveis pela implementação da Política da Pessoa Idosa” (FRANCA, 2015a) e “[...] envidar esforços no sentido de incluir a pessoa idosa na agenda e na pauta política.” (FRANCA, 2015a), outra questão nos inquietou durante a leitura do relatório, e se refere à palavra “inclusão”, visto que entendemos que não é preciso incluir, mas sim, lutar junto ao segmento idoso para que esse movimento alcance a visibilidade social que merece, além disso, os verbos “incluir”, “inserir” não ultrapassam os limites das políticas públicas focalizadas, criteriosas e restritas, não vislumbrando a construção de outra sociedade, e em vista disso, essa visão inclusiva está sob os parâmetros do sistema capitalista. Posteriormente, foram

apresentadas as questões referentes à questão de ordem, esclarecimento, destaque e as moções.

No *Capítulo III — Da organização e programação*, expressam às atribuições da Comissão Organizadora da I Conferência, cabendo a esta a realização da conferência, a elaboração dos documentos de subsídio nos debates dos eixos temáticos, bem como a escolha dos coordenadores e relatores de cada grupo de trabalho — ao todo quatro grupos.

Realçamos que a programação oportunizou a reflexão aprimorada, já que grande parte do tempo foi direcionada às discussões dos grupos, que se firmam como as protagonistas fundamentais das conferências, exigindo aproximação com a realidade do (a) velho (a), estabelecimento de diálogo e adequação na linguagem a ser usada para o entendimento de todos independente do nível educacional e cultural, habilidade para expor provocações incitando reflexões críticas, fomentando debates e a capacidade de sintetizar conteúdos nas propostas dos grupos, já que foi estipulado o máximo de três deliberações a serem priorizadas para levar para a conferência estadual, que ocorreu entre os dias 28 a 30 de setembro na cidade de Águas de Lindóia-SP.

Com referência aos participantes da conferência, esses foram referenciados por: representantes da sociedade civil e representantes do setor público. Acreditamos ser de grande valia que no regimento interno há o destaque de que todos os participantes possuem direito de voz e voto.

Em relação ao *Capítulo VI — Da eleição de delegados para a conferência estadual*, foram estipulados dois representantes da sociedade civil com seus respectivos suplentes e um do poder público com suplente, ressaltamos que, o representante da sociedade civil preferencialmente deve ter idade igual ou superior à sessenta anos de idade.

Nas disposições finais, há a menção das moções que deveriam ser encaminhadas por escrito e esse fato pode inibir o (a) velho (a) que não foi alfabetizado, assim deveria existir uma comissão responsável por redigir as moções, além do que foi exigida a assinatura de pelo menos 10% dos delegados e a entrega das moções quatro horas antes do término da conferência.

A partir dessa análise preliminar temos condições de adentrar na análise do Relatório Final da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de

Franca, sendo que, nosso foco foi a análise das propostas encaminhadas à IV Conferência estadual e as deliberações municipais, destarte analisamos criticamente as sugestões dos (as) velhos (as) em relação à conferência.

3.4.5 Análise do Relatório Final da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca: propostas e sugestões

Como já explicitado anteriormente, procuramos analisar as propostas direcionadas à conferência estadual e aquelas dirigidas à autarquia municipal, além de posteriormente abordar a análise das sugestões contidas no questionário de avaliação da conferência.

Logo, iniciaremos nossa reflexão com o fim de ressaltar algumas considerações críticas sobre a alusão do processo de envelhecimento e velhice e a carga ideológica que permeia a construção do tema da conferência de 2015, visto que, “[...] o prolongamento da vida representa internacionalmente um desafio ao reino do capital que, com seus poderes mágicos, conseguiu expandir por todo o planeta a imagem invertida de sua índole cruel e destruidora.” (HADDAD, 1993, p. 106).

Em relação às propostas dos grupos de trabalhos, vamos analisar eixo a eixo as recomendações do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, e os debates realizados em âmbito local.

O primeiro eixo da conferência se sustentava na avaliação e discussão da gestão. Cabe a nós destacar que essa dimensão da gestão democrática foi introduzida pela Constituição de 1988, período em que o Estado inicia um processo de abertura de diálogo com os cidadãos brasileiros, por meio da instituição e incorporação de espaços políticos para concretizar o direito à participação política da população. Essa gestão está balizada pelo sistema descentralizado e participativo, ou seja, descentralizado porque em tese busca a distribuição do poder, e participativo por considerar e priorizar a presença e o diálogo com os cidadãos, pressupondo um órgão gestor em cada dimensão governamental. Sendo fundamental a construção de conselhos paritários, deliberativos, que fiscalizem a execução das políticas públicas, estimulando o controle social por parte da população e a instituição do financiamento através da criação de um fundo.

Essa nova forma de gestão dos serviços propõe e incentiva o desenvolvimento da intersetorialidade entre as políticas públicas, ou seja, a

articulação entre os equipamentos sociais para a construção da rede de atendimento; entretanto, não devemos considerar que a concretização da rede somente pela implantação de serviços ou instituições, a intersectorialidade ultrapassa essa dimensão propondo a proteção e o atendimento integral, fato esse, que ainda não se encontra em total concretização na realidade social brasileira. Dessa maneira, o grupo de trabalho do município de Franca elegeu as seguintes propostas a serem dirigidas à autarquia estadual:

1. Garantir profissionais especializados em geriatria, suficientes para atender a demanda do município;
2. Propagar a cultura de respeito ao idoso nas escolas, através de todos os meios de comunicação (cartilha, TV, redes sociais, etc.) garantindo o Art. 22, Capítulo 5, previsto no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 e distribuição do mesmo. (FRANCA, 2015 b).

As propostas direcionadas ao município de Franca no âmbito da gestão foram:

1. Construir um plano municipal dos direitos humanos da pessoa idosa, garantindo ações no âmbito de todas as políticas públicas dando continuidade nas ações existentes e implementando novas. Exemplo: CCI;
2. Instalar temporizador nos sinaleiros, visando garantir a segurança do pedestre. (FRANCA, 2015 b).

O segundo eixo da conferência se refere ao financiamento, propondo o conhecimento dos cidadãos sobre os processos orçamentários que incluem a elaboração do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, objetivando o exercício do controle social sobre as decisões na aplicação dos recursos públicos, sendo essencial para que a população participe, opine e reivindique sobre a destinação de recursos para os fundos, acompanhando a aplicação dos recursos através da participação nos conselhos de direito. Em relação às deliberações do grupo de trabalho do município para o conselho estadual, traz:

1. Fazer gestão para que seja possível a doação ao Fundo do Idoso, nos meses de março e abril, assim como já ocorre com o Fundo da Criança e do Adolescente;
2. Promover campanhas de divulgação das doações do Imposto de Renda aos fundos municipais;
3. Criação do Centro de Referência do Idoso na cidade de Franca;
4. Ampliação dos serviços de atendimento ao idoso nos níveis de proteção básica e especial na política de Assistência Social (centro-dia e atendimento a domicílio). (FRANCA, 2015b).

Relativamente ao eixo: Do financiamento dirigidas à autarquia municipal, a deliberação foi a seguinte: “1. Garantir o funcionamento do Centros de Convivência do Idoso.” (FRANCA, 2015b).

O terceiro grupo de trabalho ficou com a discussão referente à participação, na qual as orientações disponibilizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso deveriam abranger a ideia de participação ligada ao exercício da cidadania, ou seja, se referindo a questão de analisar a realidade, conhecer seus direitos e intervir na mudança dessa realidade. Sendo que é importante garantir espaços democráticos para que se exerça a participação na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. Ademais a participação ativa do cidadão se concretiza em ações cotidianas como o voto, a participação em grupos de convivência, associações, os conselhos de direitos, nas conferências e nos fóruns. As deliberações do município a serem encaminhadas à IV Conferência Estadual foram as seguintes:

1. O Poder Público deve incentivar a participação do segmento idoso no COMUTI, nos órgãos representativos e nas políticas públicas; 2. Os órgãos públicos devem melhorar as informações e comunicações sobre os direitos sociais dos idosos, pois estes desconhecem os serviços existentes na comunidade francana; 3. Oferecer um serviço de qualidade e prioritário ao idoso no setor de saúde. (FRANCA, 2015b).

O grupo da participação deliberou duas prioridades à cidade de Franca:

1. Respeitar o Estatuto do Idoso, dando oportunidade para que todos possam participar das atividades oferecidas nos CCIs e adequar o reordenamento à realidade da cidade; 2. Criar mecanismos para os setores de segurança e transporte melhorem suas qualidades de serviços, pois ainda há desrespeito, preconceito e ineficiência. (FRANCA, 2015b).

A discussão sobre o sistema de garantia de direitos humanos, *a priori* se faria pela reflexão sobre os aparatos legais que dispõem sobre a proteção integral dos (as) velhos (as), como a Política Nacional do Idoso (1994), Estatuto do Idoso (2003), a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (2006), a Política de Envelhecimento Ativo (2005) e o Decreto nº 8.114/13 que instituiu o compromisso para com o envelhecimento ativo.

Logo em prol da concretização desses direitos e deveres o sistema que trabalha preza pela proteção social, preservação da dignidade humana e

integralidade, devem criar órgãos como os conselhos, delegacias das pessoas idosas, disque 100, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, Vigilância em saúde, Defensoria Pública, Ministério Público. As deliberações da cidade de Franca para o encaminhamento à Conferência Estadual consistiram em:

1. Garantia de direitos de atendimento prioritário e encaminhamentos nas políticas públicas (saúde, assistência, educação, habitação e demais); 2. Criação de delegacia especializada para o atendimento e encaminhamento das situações de violações de direitos; 3. Projeto de ampliação do número de PSF no município. (FRANCA, 2015b).

Já as propostas que foram encaminhadas ao município consistiram em:

1. Projeto de promoção/discussão quanto aos direitos da pessoa idosa que envolva a participação da sociedade, da pessoa idosa e das políticas públicas (saúde, educação, segurança, assistência social, dentre outros); 2. Implementação de projeto de educação e segurança no trânsito, promovido pelo Poder Público com envolvimento da pessoa idosa; 3. Alteração na lei municipal quanto à redução da idade de acesso ao transporte coletivo urbano gratuito a partir de 60 anos; 4. Garantir a acessibilidade arquitetônica no município. (FRANCA, 2015b).

Dessa maneira, buscamos apresentar as propostas em contraponto às orientações do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e a concretização dessas nas deliberações discutidas e defendidas no âmbito local. Entretanto, nossa análise não poderia se findar em demonstrar dados, sem que fizéssemos uma análise qualitativa sobre eles. Assim, diante das propostas apresentadas, buscamos identificar as categorias presentes e discuti-las criticamente através do respaldo teórico construído na investigação.

Das doze prioridades estatais, após a análise, elencamos duas grandes categorias: Direitos sociais e Serviços, e coincidentemente cada categoria corresponde a 50% das deliberações; em relação às propostas municipais do total de nove deliberações, 66% se referem a direitos e o restante a criação, ampliação e/ou manutenção de serviços. Assim, iniciaremos uma análise qualitativa sobre esses dados apreendidos na leitura do documento.

Na categoria “Direitos sociais”, aqui entendidos como conquistas das frações da classe trabalhadora, as prioridades tanto estatais quanto municipais se subdividiram em: educação, acesso prioritário, participação e segurança.

A compreensão da função da educação sob o viés das prioridades nos leva a entendê-la como um processo educativo, não formal, cujo objetivo é propiciar a

reflexão sobre a necessidade de respeitar os (as) velhos (as) por meio da disseminação de um estereótipo positivo da velhice. Entretanto, é preciso discutir o processo de envelhecimento e velhice sobre as bases do real, introduzindo reflexões críticas que entendam que o processo de mudança da concepção de velhice na sociedade contemporânea e essa ação pode começar pela educação, mas não ter o fim nela, pois, a concepção de educação que entende que ela por si só muda a realidade social, recai no idealismo de conceber as ideias como motor das mudanças sociais, desembocando em um ideal de que entende a

[...] educação centrada no indivíduo a possibilidade de solução para seus problemas e, por extensão dos da coletividade. [...] Reflete imaginário endoidecido pela crença cientificista na solução do “problema da velhice” a partir do homem. Por encobrir as condições reais de vida do velho da classe trabalhadora, acaba, numa ânsia louca, por responsabilizar o idoso pela tragédia em que se vê mergulhado. (HADDAD, 1986, p. 92-93).

Esse meio de valorização dos (as) velhos (as) deve ser pautado no desenvolvimento do trabalho intergeracional que preze a reflexão crítica, demonstrando a heterogeneidade das velhices e os desafios cotidianos dos velhos, buscando desmistificar os estereótipos das velhices disseminados no cotidiano, uma das propostas e desafios no campo da educação e cultura é o resgate da arte da narrativa.

Apesar de que nas velhices a arte de narrar não ocupa o devido espaço, justamente pelo o fato de que hoje, não há a disponibilidade para a escuta, pois, “[...] desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade de ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas.” (BENJAMIN, 1994, p. 205) , sendo essa reflexão se converge ao pensamento de que, assim, “ [...] hoje precisamos decifrar o que esquecemos e não foi dito, como centelha embaixo das cinzas.” (BOSI, 2003, p. 34).

A velhice como tradicionalmente concebida se mostrava como o auge da sabedoria, de fato as narrativas agregavam o conhecimento do outro, da sociabilidade, as experiências pessoais perpassadas pelos valores e despertavam para a reflexão crítica das histórias que ao final apresentavam conselhos, como Benjamin (1994, p. 200-201) exalta “[...] o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria. A arte de narrar está definindo porque a sabedoria — lado épico da verdade — está em extinção.”

Na contemporaneidade, o conselho¹³ parte fundante da arte da narrativa, assume uma perspectiva individualista, pois, cada um responde por si, não é preciso que ninguém troque experiências de vida, esse fato acresce mais uma desvalorização social do (a) velho (a). E para a humanidade resta a procura solitária da arte do conselho, sob os escombros de uma história, e desse modo, vivenciamos “[...] desenraizamento é a condição desagregadora da memória.” (BOSI, 2003, p. 28). O que sobra são os fragmentos de memórias familiares, que não chegam a construir uma memória coletiva.

Nessa sociabilidade capitalista, o ser velho está mediatizado ora por imagem negativa, que remete à decrepitude e improdutivismo, ora a uma imagem altamente vendável da “melhor idade”, mas antes de tudo é preciso destacar que esses adjetivos atribuídos ao velho negam sua humanidade. Ou seja, essa nova imagem do que é ser velho (a) na contemporaneidade veio acompanhada de uma lógica mercantil e não abrange a totalidade do fenômeno do processo de envelhecimento e velhice, e muito menos valoriza as experiências nessa fase da vida, justamente pelo o fato de que, segundo Beauvoir (1990, p. 268) quando se refere à luta cotidiana dos velhos para se afirmarem como homem “[...] os interesses em jogo nessa luta não são apenas de ordem prática, mas também de ordem moral: queremos que os velhos se conformem à imagem que a sociedade faz deles.”

A sociedade transforma a narrativa e os conselhos do velho em delírio, em um sinônimo de insanidade, atribuindo ao velho um papel passivo, que fica isolamento de suas experiências, afirmando a impossibilidade e desvalorização da narrativa, porque o velho diante desse cenário adverso procura “[...] criar um mundo acolhedor entre as paredes que o isolam do mundo alienado e hostil de fora.” (BOSI, 2003, p. 25). Portanto, é preciso desmistificar e abrir as portas para que o (a) velho (a) não seja estigmatizado ou isolados em “grupos de velhos”, mas sim cada vez mais estimular a intergeracionalidade como maneira de agregar mais sujeitos políticos para lutar com os (as) velhos (as).

O primeiro passo identificado para promover o respeito e a valorização dos (as) velhos (as) na sociedade capitalista contemporânea, seria resgatar a arte da narrativa, movendo as articulações ricas que tecem a historicidade da construção da sociedade, de modo que por elas possamos estimular uma nova maneira de

¹³ Aqui recordamos que, “[...] os conselhos são absorvidos pela história: a moral da história faz parte da narrativa como um só corpo, gozando as mesmas vantagens estéticas.” (BOSI, 2003, p. 34).

conceber as velhices, sob o ponto de vista do protagonista dessa história, agregando experiência e luta.

Em relação ao direito ao acesso prioritário, prescrito no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) Art. 3º, no Parágrafo único, define a garantia à prioridade como

I. atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; II. preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; III. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; IV. viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; V. priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência; VI. Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; VII. estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento; VIII- garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais. (BRASIL, 2003, p. 6).

Enunciamos que, a compreensão de prioridade dos (as) velhos (as) é ampla e atinge todos os aspectos da vida social: desde a elaboração das políticas públicas, a execução das mesmas e o atendimento. Justamente, a garantia de prioridade foi uma conquista política do segmento diante das suas especificidades, principalmente se considerarmos o ainda inevitável declínio biológico. Todavia, a sociabilidade capitalista também inverteu esse direito a seu favor, em especial quando o (a) velho (a) retorna ao mercado de trabalho, visto que

[...] pode estar relacionado à demanda pela contratação de um (a) trabalhador (a) que represente algumas vantagens para o empregador, ou seja, um tipo de subcontratação, em termos de menos custos e desresponsabilização quanto aos direitos trabalhistas (como os “gastos” com seguridade social) tendo em vista que, a título de exemplificação, esse (a) trabalhador (a) não necessita de vales transporte (a partir dos 65 anos) tem atendimento preferencial nas filas, etc. Surge, assim, no cenário contemporâneo, a figura do *office old* ou *office velho*. (PAIVA, 2014, p. 128, grifo do autor).

De modo que, os (as) velhos (as) são contratados pelas empresas como mão de obra barata, por exemplo, para pagar as contas bancárias, já que esses possuem prioridade nas filas e muitas vezes o transporte é gratuito. O nosso objetivo não é culpabilizar os (as) velhos (as) que assumem esses postos no mercado de trabalho capitalista, pois, a exploração chega a tal ponto que a alternativa é recorrer ao mercado informal em vagas ainda mais precarizadas.

O interessante a se discutir é que essa sociabilidade desumanizadora passa a inverter o real sentido das conquistas políticas das frações da classe trabalhadora, sendo uma metamorfose contraditória que transita do direito à exploração, sendo que é importante enfatizar que,

O que está em discussão não é o significado do trabalho para o homem, como expressão do seu poder, como relação ativa dela (homem) com a natureza, através do qual mundo e homem são criados. O que está sendo questionado é um trabalho determinado: o trabalho assalariado a que é submetido o homem nas sociedades capitalistas. (HADDAD, 1986, p. 47).

A menção do direito à participação do segmento idoso é praticamente recorrente em todo relatório, de maneira que discorre sobre a necessidade dos (as) velhos (as) participarem ativamente da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, do controle social a ser exercido nos conselhos de direito e a demanda pela participação social do idoso nos espaços coletivos. Sem embargo, entender a participação somente pela perspectiva liberal, acrítica e ahistórica, reduzindo sua concepção aos limites cívicos e da sociedade capitalista, faz com que ela se concretize não mais como um direito, mas como uma benesse estatal tendo o nítido caráter de inserção, promovendo a cidadania restrita à dimensão individualista.

Se faz relevante abordamos a perspectiva de Pateman (1992, p. 95, grifo do autor) que identifica que a participação pode se dar na forma da: pseudoparticipação, que usa do poder da persuasão para que os sujeitos sociais aceitem “[...] decisões já tomadas pela administração”; já a participação parcial engloba a premissa de que ambas as partes são ouvidas durante o processo participativo, entretanto, o poder de decisão fica restrito a uma parte; e a participação plena consiste na participação das partes ambas tendo o mesmo poder de decisão.

Isto posto, as propostas dos grupos de trabalho se referem à participação social e cívica do (a) velho (a), pois, vem reivindicando a ampliação de espaços coletivos, a difusão das informações sobre os direitos sociais conquistados pelo segmento idoso e principalmente o direito a voz e vez nessa sociedade. Apesar disso, a perspectiva de inserção em grupos pode ser uma estratégia para a construção de uma cultura de participação política do segmento idoso, ou seja, os grupos de convivência constituem também — para além dos conselhos,

conferências e fóruns — espaços coletivos importantes para a construção de sujeitos coletivos na direção da cidadania, vale destacar que,

É possível começar a exercer a cidadania em qualquer etapa da vida, nos espaços que possibilitam a educação para a cidadania, como as universidades abertas à terceira idade, centros de convivência, grupos de reflexão, entre outros, tem levado os idosos a se perceberem e serem fortalecidos na sua condição de cidadãos, sujeito de direitos. (BRUNO, 2003, p. 75).

Sob nossa análise o direito tanto à acessibilidade, à mobilidade urbana, se referem ao direito à segurança social, do ponto de vista de uma compreensão ampliada. Primeiramente, consideramos que há uma mediação intrínseca entre trabalho na sociedade capitalista e a construção do meio urbano, pois as cidades estão configuradas e voltadas para a produção e reprodução do capital nas suas diversas atividades, tanto àquelas da esfera produtiva quanto às de consumo, dessa maneira a construção das cidades está pautada na esfera produtiva e não pensada e planejada sobre as necessidades humanas, mas sim as do capital. Portanto, ela acaba por se configurar para os sujeitos “em idade produtiva”, não abarcando, as especificidades e as demandas dos sujeitos considerados pela ótica do capital como “improdutivos”, isto é, o ponto de partida do meio urbano não é a diversidade e as necessidades dos sujeitos sociais.

O transporte gratuito urbano, que é garantido como um direito dos idosos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e embora assegure gratuitamente somente às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, cabendo às leis orgânicas municipais estabelecer em relação à gratuidade aos sessenta anos. Porém, essa contradição indica a subsunção do Estado ao capital, ou seja, o direito ao acesso gratuito ao transporte urbano fica à mercê das decisões do poder público, que nem sempre está comprometido com as causas sociais.

Enfim, anunciamos que a discussão dos grupos de trabalho foram ricas, entretanto, se mostra como significativo afirmar que a maioria das prioridades listadas na categoria dos direitos já haviam sido discutidas nas conferências nacionais anteriores, e isso demonstra a não efetivação das deliberações, o descompromisso social para com o movimento idoso que se faz e refaz na luta cotidiana na busca pela efetivação de seus direitos. Afirmamos que a verificação da repetição das propostas e deliberações expressam necessidades urgentes do

segmento idoso que o poder público e a sociedade devem se atentar para elas, o ato de revê-las e reforçar o compromisso por essas causas é reflexo da persistência e perseverança do movimento.

Na categoria de serviços foram identificadas tais subcategorias: saúde, assistência social, serviços de proteção ao idoso e segurança no trânsito. Havendo maior incidência da requisição de serviços de saúde que vão da garantia da melhoria da qualidade no atendimento, do aumento do número de geriatras no município, da criação de equipamentos de saúde do idoso e a ampliação das equipes do Programa Saúde da Família.

Como já expressei nos capítulos anteriores há um elo histórico entre a velhice e a saúde, pois esta se constitui como aspecto fundamental da promoção e concretização de um processo de envelhecimento digno e ativo. Apesar do processo de envelhecimento do perfil demográfico brasileiro, os profissionais de medicina ainda não priorizam a especialização em geriatria, as estatísticas da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia informam que atualmente, existe um geriatra para cada cinco mil pessoas idosas, apesar da recomendação ser de um profissional para cada mil, ademais, quando se analisa a distribuição dos profissionais, o cenário se mostra estarrecedor,

São Paulo tem 410 profissionais. O Rio de Janeiro tem apenas 78. Os estados do Nordeste têm menos ainda: 11 em Pernambuco e seis na Paraíba e no Maranhão, por exemplo. Mas na Região Norte a situação preocupa: Amapá, Amazonas e Tocantins têm apenas um geriatra cada. (BERNSTEIN, 2013).

Assim, estamos tratando de um problema estrutural e uma demanda emergente com tendência a somente crescer à medida que o país envelhece. Um dos motivos apontados se deve à precarização da formação médica, à mercadorização da saúde, pois o (a) velho (a) nessa ótica “gasta” mais tempo, exige uma visão menos fragmentadora e ainda é uma especialização que não é valorizada socialmente.

A criação e a concretização de serviços de saúde encontra barreiras nos limites do ideário neoliberal e diante da massificação da terceirização desses serviços, ora, a grande maioria dos serviços são realizados em convênio com a sociedade civil. Um serviço que se destaca no âmbito da saúde da pessoa idosa, são os Centros de Referência do Idoso (CRIs), que objetivam a visão integral da

pessoa idosa, concretizando um trabalho multiprofissional, assim, transcende a dimensão médica, inserindo múltiplas atividades que vão desde oficinas socioeducativas, lazer e acesso à informática.

Cabe-nos ressaltar, que essa centralidade das deliberações da categoria serviços, remete a uma ideologia que Neri (2005, p. 10) trabalha, de modo que,

A ideologia predominante nesse percurso histórico é de que a velhice é um problema médico-social. Ou seja, há uma crença generalizada no poder da medicina para definir, compreender e controlar a questão da velhice nos âmbitos individual e social, oferecendo parâmetros para a designação do normal e patológico e para a alocação de recursos.

As deliberações que reivindicam a ampliação dos aparelhos socioassistenciais, se referem à ampliação dos serviços tanto na proteção básica quanto na especial. Os serviços de proteção básica possuem o objetivo de prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, esse trabalho é guiado por essas orientações,

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 9).

Em relação aos serviços de proteção básicas direcionados aos velhos (as) encontramos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVs), que prioriza sua ação para este público da assistência social, ou seja, pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas não há um consenso sobre a definição de vulnerabilidade, e isso faz com que muitos velhos (as), não consigam frequentar as atividades oferecidas pelo SCFVs em Franca, pois a porta de entrada desses serviços passou a ser pelos CRAS. Nós entendemos vulnerabilidade para além da insuficiência monetária, visto que,

Situações de baixa renda somam-se, perversamente, a necessidades básicas insatisfeitas: condições precárias de saúde e nutrição, situações de baixa escolarização, moradias inadequadas, precárias e ilegais, localizadas em lugares insalubres, estigmatizados. (CARNEIRO, 2005, p. 67).

A priorização do público da assistência social, por um lado é importante por focar suas ações em grupo que nem sempre conseguia o acesso aos serviços direcionados à velhice, entretanto, a focalização das políticas públicas também é um elemento controverso, principalmente em um contexto de desmonte social das políticas sociais sob o ideário neoliberal, na medida em que ela “inclui”, também exclui toda uma população com uma série de outras ou futuras situações de vulnerabilidade. Além disso, todos os SCFVs de Franca são iniciativa da sociedade civil e o poder público repassa alguns escassos recursos. Enfim, a luta deve ser pela universalização da política de assistência social, tendo o Poder Público como principal financiador, para que todos possam desfrutar de serviços tão ricos que buscam a prevenção, a socialização, o acesso aos direitos sociais e a construção e fortalecimento da cidadania do grupo idoso.

No âmbito da proteção especial as propostas pesam sobre a necessidade da construção de centros-dia e do atendimento dos idosos debilitados em domicílio, essas ações visam a preservação de vínculos com a família e com a comunidade, e são fundamentais, visto que,

É importante lembrar que a demonização dos asilos e das famílias disfuncionais e destituídas é um artifício ideológico habilmente manejado para escamotear as falhas do poder público e da iniciativa privada em dotar os idosos de recursos compatíveis com a satisfação de suas necessidades básicas. (NERI, 2005, p. 22).

Outra requisição que se refere à proteção da pessoa idosa e que de maneira indireta recai nos serviços da assistência social, é a criação da Delegacia do Idoso, sendo que esse órgão pode atender de maneira específica as denúncias e realizar os encaminhamentos necessários. A violação de direitos ou os casos de violência devem ser analisados de modo amplo, incluindo também a violência institucional que o (a) velho (a) sofre nas agências bancárias ou nos órgãos estatais como o INSS. Para além disso, deve se criar um serviço também para os agressores que muitas vezes também se encontram imersos em uma diversidade de situações de vulnerabilidade, sem eximi-los da responsabilidade do ato cometido.

A deliberação que trata da criação de um projeto e serviço de educação no trânsito remete às deliberações da primeira e segunda conferências nacionais, ou seja, não houve a efetivação dessas ações. O ponto que destacamos nas propostas do município de Franca é a participação ativa das pessoas idosas, fato que pode contribuir no despertar dos condutores de que o trânsito também é uma construção coletiva, em que todos nós temos responsabilidades, dada a diversidade de segmentos na sociedade. Contudo, há a necessidade do poder público se atentar para o trânsito mais seguro e acessível com a instalação de rampas adequadas, semáforos que contenham temporizadores, ampliação de faixas de pedestres e redutores de velocidade.

Destarte, a discussão sobre as categorias identificadas nas propostas e deliberações da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca não se findam aqui, cada categoria pode suscitar novos estudos críticos, destacamos que a investigação documental — apesar da observação participante — não é uma tarefa fácil, é um processo complexo de idas e vindas, da concretização de uma análise minuciosa do documento.

No entanto, podemos inferir que as propostas tanto direcionadas ao Conselho Estadual quanto as prioridades municipais, buscam a efetivação de direitos já prescritos no Estatuto do Idoso (2003), assim, houve um evidente desencontro com o tema da conferência de 2015, pois, não se concretizaram as deliberações fundamentais das conferências de 2006, 2008 e 2011.

Esse desencontro é fruto da produção de um tema altamente neoliberal que remete ao indivíduo a responsabilidade por reivindicar e concretizar seus direitos, ora, as propostas municipais demonstram a contradição e a luta dos (as) velhos (as) para a concretização dos direitos, pois a ânsia de conhecê-los e discuti-los criticamente demonstra os passos iniciais da participação e protagonismo político — defendidos sobre o ponto de vista da organização coletiva e crítica do segmento — e o reconhecimento do poder de reivindicação dos (as) velhos (as) diante da sua história de lutas, rupturas e conquistas.

Na investigação documental vimos como pertinente também analisar as sugestões dadas pelos participantes da conferência, como forma de avaliação dos trabalhos e identificação dos impasses surgidos, verificando se a conferência atingiu os objetivos e quais as sugestões para a futura conferência. Foram dadas vinte e

sete sugestões, e por análise a subdividimos em: críticas em relação à estrutura da conferência; proposições para facilitar a participação e protagonismo dos (as) velhos (as); as que deveriam ter sido consideradas como propostas e as que demonstram a não compreensão do objetivo da conferência.

Sob a categoria de críticas relativas à estrutura da I Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas de Franca, vamos realizar alguns comentários acerca das sugestões dos participantes. Dessa maneira, do total de vinte e sete sugestões nove realizaram comentários em relação à organização do evento, ora, as falas condiziam com o pensar sobre como tornar a conferência um espaço mais acessível para os (as) velhos (as) referente às acomodações, tivemos as seguintes sugestões:

3. Realizar pré-inscrição para que todo material e almoço sejam distribuídos por igual. Além de facilitar a divisão dos eixos, usar letras grandes, etc.; 5. O barulho dificultou a discussão dos temas, e também foi ruim ter três grupos no mesmo local; 6. Precisava melhorar o som; 9. Ampliar o tempo para discussões e eleições; 13. Usar mais multimídias; 11. Não deveria ser realizado em uma sexta-feira; 14 Os grupos foram numerosos e mal instalados e de difícil discussão; 25. Mais cadeiras; 26. Almoço deveria ter sido mais organizado, tornando-o mais rápido. (FRANCA, 2015b).

Todas as sugestões nessa categoria merecem destaques, pois, se referem às condições concretas para a plena participação dos (as) velhos (as) nas discussões. Algumas sugestões se referem a possibilitar total acessibilidade aos participantes como o importante uso de multimídias em pontos estratégicos; de uma fala menos tecnicista, prezando por uma linguagem mais informal, buscando a aproximação com as várias realidades dos (as) velhos (as); da disponibilização de orientações para o debate tanto na forma verbal quanto na escrita em fontes maiores; a importante acomodação de todos os participantes e a realização de grupos menores de discussão que possibilita ouvir melhor o coordenador do grupo e permite a participação de todos os membros. Nesse quesito, pensar em agregar mais de um grupo em um local foi um equívoco, pois as discussões de cada grupo é própria — apesar de estarem articuladas — e o debate do outro grupo de trabalho interferir pode se mostrar como um grande empecilho para a compreensão da temática e a participação, sendo pertinente reservar a maior parte do tempo do evento para a reflexão dos grupos e as eleições.

A categoria das proposições para facilitar a participação e protagonismo dos (as) velhos (as), englobou, conforme a amostra de seis sugestões no universo de vinte e sete:

4. Não houve palestra, foi uma fala irrelevante; 12. O Regimento Interno a ser votado deve ser oferecido para cada um dos participantes, para uma melhor compreensão e oportunidade maior para partilhar e votar; 15. Que todas as propostas que foram feitas na conferência, não fiquem apenas no “papel”; 17. Que a divulgação seja melhor, para abranger um número maior de idosos; 23. Divulgação com mais antecedência; 27. Melhores esclarecimentos sobre os direitos dos idosos. (FRANCA, 2015b).

O interessante nessa categoria, é que as sugestões giram em torno do ideal da socialização das informações sobre os direitos, de forma que elas pudessem subsidiar o debate, trazendo novas proposições, oferecendo espaços mais qualificados para a reflexão e análise, embutem também a ideia de organização perante a não efetivação das propostas e até certo ponto apresenta uma descrença na concretização de direitos. Acreditamos que as sugestões dessa categoria são objetivas e ilustram o potencial político e crítico dos (as) velhos (as), já que buscam o conhecimento de todos os cidadãos envelhecidos dos instrumentos de mobilização na luta por seus direitos.

Outrossim, também temos a categoria que agrupou as sugestões que em verdade se mostram como propostas que deveriam ser debatidas nos grupos de trabalho, embora algumas até coincidam com as deliberações. Dessa maneira, identificamos seis do total de vinte e sete sugestões:

2. Um AME somente para os idosos, o atendimento a eles é precário; 19. Que tenham mais CCIs; 20. Melhoria no transporte público; 21. As empresas destinem fundo para os CCIs; 22. Melhorar atendimento no SUS; 24. Ampliação de atividades para lazer, sem discriminar condições físicas. (FRANCA, 2015b).

Essas sugestões foram consideradas por nós como proposições que se referem às deliberações na área da saúde como a criação do CRI e a garantia da qualidade no atendimento, a melhoria nos serviços de transporte, as questões que envolvem a destinação de recursos para a formação do fundo municipal do idoso para ampliação dos SCFVs, questões essas discutidas na análise das propostas estaduais e municipais.

Todavia, também identificamos seis sugestões na categoria que indica a não compreensão do objetivo da conferência, visto as declarações:

1. Mais tempo para entretenimento [...]; 7. Mais música e mais dança; 8. Incluir temas nutricionais relacionados aos idosos [...]; 10. Deveria ter sido priorizado apenas os assuntos relacionados aos idosos; 16. Que as reuniões sejam mensais; 18. Que as conferências aconteçam duas vezes por ano. (FRANCA, 2015b).

Embora, o Relatório da conferência afirmar que foram realizadas cinco pré-conferências, ressaltamos que as reuniões ficaram restritas aos SCFVs, em uma preocupante concepção de velho (a) que se restringe público da assistência, excluindo os projetos na área da educação.

A conferência se constitui como um espaço político que deve contemplar as demandas coletivas do segmento idoso agregando protagonistas à luta pela busca da efetivação dos direitos por meio dos serviços sociais, e sob, essas afirmações significa que esse espaço também é muito importante para a socialização dos (as) velhos (as), entretanto, inserir mais apresentações culturais, talvez poderiam vir a descaracterizar esse espaço de reflexão e discussão, apesar de considerarmos o acesso à cultura como elemento importantíssimo na vida humana, a inserção demasiada de apresentações pode trazer um reducionismo no debate das questões fundamentais na vida de todos os (as) velhos (as) brasileiros, trazendo consequências para a elaboração, execução e avaliação das políticas públicas.

Os temas das conferências devem ter relação direta com os direitos sociais dos (as) velhos (as), assim poderíamos privilegiar um tema que tratasse da avaliação das condições de vida dos (as) velhos (as) trabalhadores brasileiros, incluindo o eixo que discutisse o direito à alimentação. A conferência é um espaço de construção coletiva sobre as deliberações e não se reduz a uma palestra.

Como uma das deliberações de 2008 versava sobre a necessidade de promoção da conferência a cada dois anos, duas sugestões desta categoria evidenciam a necessidade de uma maior periodicidade na realização das conferências. No entanto, vimos que a demanda se trata da promoção de fóruns da terceira idade que possibilitam uma espécie de processo educativo-político em uma esfera menos formalizada, podendo ser realizado anualmente com o objetivo de socializar as informações, fortalecer o exercício da cidadania e construir a imagem do (a) velho (a) como protagonista político, afastando as concepções falseadas que versam sobre a participação e empoderamento, recriando rupturas cotidianas com o fim da construção de uma contra-hegemonia diante da sociabilidade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões abordadas nesta investigação nos permitiram o desvelar crítico sobre o processo de envelhecimento e velhice, alcançando os objetivos traçados. O caminho teórico-metodológico foi se enriquecendo na medida em que realizamos leituras, articulando conceitos e teorias em um exercício constante de aproximação da realidade, mediatizando os elementos universais e singulares para a construção de uma visão de particularidade fundamentada na categoria da totalidade.

Quando nos propomos a analisar o processo de envelhecimento e velhice sob a perspectiva de totalidade, vimos como primor tecer algumas considerações sobre a construção filosófica da terminologia da categoria de totalidade, que possui suas raízes no desenvolvimento da dialética, que expressa e busca orientar as reflexões sobre a dinamicidade da realidade, entre a própria contraditoriedade e o questionamento. A ciência filosófica evolui pela razão e experimentação, fato esse que agrega conhecimento e dúvidas em relação a se podemos atingir e descrever racionalmente a essência dos fenômenos, dessa maneira Kant afirma a possível apreensão da aparência, mas não da essência, devido a vastidão e dinamicidade da realidade em relação ao conhecimento finito do sujeito. Todavia, Hegel, desponta como o autor que teoriza sobre a dialética no movimento da historicidade e enuncia a necessidade de desvelamento da essência dos fenômenos, contudo, a visão hegeliana tratava da análise dos fenômenos passados, sendo que o apogeu seria dado pela consolidação da razão e da liberdade, atribuída à Revolução Francesa, símbolo da mudança de ideias para a transformação do real. Assim, a limitação do idealismo hegeliano se dá justamente por “declarar” o fim da própria dialética e é sobre algumas dessas contraditoriedades que alguns hegelianos de “esquerda” se debruçaram para a construção da teoria crítica.

Os materialistas históricos dialéticos priorizam a realidade em detrimento das ideias, assim, a teoria se apresenta como o concreto pensado, que deve privilegiar a leitura e a análise da contradição, da categoria trabalho (ponto de vista da ontologia e exploração capitalista) e a totalidade. Compreendemos que uma leitura crítica sobre os pilares da totalidade deve ultrapassar a visão do imediatamente dado como natural, buscando mediatizar as contraditoriedades do fenômeno, composto por inúmeras totalidades que se movimentam das partes para o todo e vice-versa, essa observação e análise crítica do real não se finda devido à dinâmica e movimento da sociedade.

Nessa trama iniciamos a análise do processo de envelhecimento e velhice sob a perspectiva da totalidade, buscando decifrar a essência dos discursos ideopolíticos que versam sobre a velhice, fato que nos permitiu concluir que é de extrema importância conceber o processo de envelhecimento e velhice sob a base material da vida das frações da classe trabalhadora no tempo e espaço do modo de produção, sem recair na idealização dessa fase da vida. Ademais, nos oportunizou levantar a discussão da velhice do perfil demográfico soar enquanto uma conquista política que tem sido ameaçada pelo ideário neoliberal que prioriza a visão individualista por meio da disseminação de discursos, permeado as políticas públicas, os assuntos abordados nas conferências de direito e na mídia.

Por isso, constamos a necessidade de abordar as questões que envolvem ideologia e sua interface com as produções sociais dos estereótipos da velhice, tanto aqueles que veiculam a “improdutividade da pessoa idosa” quanto a emergência de uma imagem que só visualiza as possibilidades da velhice, transformando-a em mercadoria, atribuído valores a serem “comprados” que são tidos como próprios da juventude, ou seja, averiguamos que nas entrelinhas dessa aparente valorização, na verdade, estamos presenciando a afirmação da velhice enquanto fase de perdas e de improdutividade diante da ótica do capital, isto é, esse processo pode se consolidar como a pseudovalorização da velhice e nos posicionamos contra as ideias homogeneizadoras que rondam a velhice nos colocando a favor do olhar heterogêneo sobre as velhices, que deve remeter como condicionante fundamental a pertença de classe social na conjuntura do sistema do capital.

Dessa maneira buscando as mediações entre a emergência desse novo estereótipo baseado na imagem positiva da velhice e a permanente ideia de necessidade de participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as).

Portanto, buscamos analisar os vários conceitos que aludem à participação social, para justamente, contra-argumentar que essa visualização social da participação dos (as) velhos (as), muitas vezes está atrelada a uma ideia de participação restrita aos limites que o grupo dominante impõe, isto é, o processo de participação que se direciona à expansão do ser social não é a prerrogativa dessa ordem social, assim, é preciso incentivar o protagonismo político dos sujeitos sociais, de modo que ele se constrói enquanto um exercício coletivo de rupturas cotidianas, na formação de um “bloco-histórico”, conquistando espaço tanto no âmbito do

Estado quanto nos movimentos sociais, assim, podemos inserir a discussão de empoderamento — na matriz crítica — que diz respeito à processualidade é preciso oferecer reflexões críticas, alimentando mobilizações sociais com causas coletivas, que lutam por vezes em um primeiro momento pela emancipação política com a finalidade da construção de outra sociabilidade fundada pela emancipação humana.

Nesse resgate das terminologias e a escolha da conceituação que se articula com nossa visão de mundo, observamos outras contradições, pois, apesar do movimento idoso ter sido protagonista de grandes conquistas na sociedade brasileira, essas lutas não são reconhecidas e nem valorizadas. E na cena contemporânea, com a expansão do ideário neoliberal, as lutas podem se pulverizar em pequenos movimentos que são mais facilmente “tomados” pela ideologia da “boa velhice”, da homogeneização do grupo idoso, da participação acrítica, do protagonismo e empoderamento entendidos sob o prisma do individualismo, ora, as lutas dos (as) velhos (as) também são cooptadas, ou seja, elas se encontram imersas no embate entre capital e trabalho.

Com a finalidade de reconstruir a historicidade do movimento idoso e de seu protagonismo político, constatamos a potencialidade política do movimento previdenciário que foi fundamental para a garantia legal dos direitos dos (as) velhos (as) na sociedade brasileira, aludimos que esse movimento continua vivo, embora mais pulverizando, mas tem se firmando nas instâncias deliberativas, como: nos conselhos, nos fóruns, conferências, audiências públicas e seminários.

Ora, assim, tecemos articulações teóricas para termos condições de analisar as principais deliberações do movimento idoso no espaço das conferências de direitos, que ocorreram nos anos de 2006, 2008, 2011 e 2015. Primeiramente, descrevemos as principais deliberações da I Conferência Nacional, buscando, posteriormente relacioná-las com as propostas da II e III Conferências Nacionais. Percebemos que, muitos direitos e serviços não foram efetivados, refletindo em uma grande incidência das mesmas propostas, demonstrando o longo caminho a percorrer na questão que envolve a concretização e efetivação do acesso aos direitos sociais dos cidadãos brasileiros.

Resgatar as propostas das conferências anteriores foi essencial para compreender o evidente distanciamento do tema das conferências de 2015 “Empoderamento e protagonismo da Pessoa Idosa — por um Brasil de todas as idades” com os objetivos do Regimento Interno e as propostas deliberadas durante a

I Conferência Municipal da Pessoa Idosa de Franca (SP), na verdade, o grupo idoso e os profissionais que trabalham nessa área estão buscando a socialização das informações sobre os direitos dos (as) velhos (as), e carecem de serviços que atendam realmente às demandas latentes do segmento idoso.

Essa disparidade entre a proposta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e as deliberações, expressa a escolha de um tema que descartou toda a historicidade da RENADI e sua avaliação em troca da perspectiva individualista que o protagonismo e empoderamento são entendidos, podendo ter como consequência a desmobilização dos sujeitos sociais envelhecidos e a não suscitação da reflexão crítica. Contudo, enunciamos que o movimento idoso no caso de Franca, demonstrou sua participação política e protagonismo, na medida em que as categorias que foram identificadas nas propostas direcionadas às esferas municipal e estadual se referiu à conquista de direitos e a consolidação de serviços sociais, demonstrando também a necessidade da ampliação dessas discussões, e nossa proposta se baseia na promoção de fóruns municipais que busquem ampliar o debate político do movimento idoso na cidade de Franca.

Por se tratar de um tema amplo e ainda escasso de discussões críticas no campo da Gerontologia e no Serviço Social, acreditamos ter contribuído para a construção do conhecimento nessa área, suscitando novas pesquisas a serem realizadas, em uma produção e construção do movimento dialético da tese, antítese e síntese.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALMEIDA, M. Maioria dos brasileiros não se prepara para a aposentadoria. **Exame**, São Paulo, 6 abr. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/maioria-dos-brasileiros-nao-se-prepara-para-a-aposentadoria>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ALMEIDA, V. L. V. Modernidade e velhice. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 35-55, set. 2003.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ARISTOTELES. **Tópicos:** dos argumentos sofisticos. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BARROCO, M. L. S. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.4).

BAUMAN, Z. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica:** ensaios sobre a literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1).

BERNSTEIN, T. **Brasil tem um geriatra para cada cinco mil idosos.** 20 abr. 2013 Disponível em: <http://www.portalterceiridade.org.br/horizontais/noticias_cidadao/anteriores/anterior0242.htm>. Acesso em: 5 out, 2015.

BERZINS, M. A. V. S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 19-35, set. 2003.

BOBBIO, N. **O tempo da memória:** de senectude e outros escritos autobiográficos. Tradução Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. **Coleção das Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Lei 8069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 135. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 6 out. 2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Anais da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**: Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Brasília, DF, 2006a.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Deliberações da 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-do-idoso-CNDI/conferencias/conferencia>>. Acesso em: 4 out. 2015.

_____. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 ago. 2006c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 22 nov. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Anais da 2ª - Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – Avanços e Desafios**. Brasília, DF, 2010.

_____. Decreto 8.114, de 30 de setembro de 2013. Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 dez. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8114.htm>. Acesso em: 13 nov. 2015.

_____. Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. Participação social e controle social na saúde: a criação dos conselhos de gestão participativa no Rio de Janeiro. In: _____.; _____. (Org.). **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRUNO, M. R. P. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 74-84, set. 2003.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento na agenda das políticas públicas. In: _____. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Envelhecimento%20Populacional%20na%20Agenda%20das%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____.; KANSO, S.; MELLO, J. L.. Quão além dos 60 poderão viver os idosos brasileiros? In: _____. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_08_Cap_02.pdf>. Acesso em: 17 dez 2012.

CARNEIRO, C. B. L. Concepção sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 66-90, nov. 2005.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Primeiros passos; 13).

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo : FAPESP, 1999.
- DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DUMÉNIL, G.; LÖWY, M.; RENAULT E. **Ler Marx**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obrigada a rever o mito do progresso. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- FAZENDA, I. **Empowerment e participação, uma estratégia de mudança**. Lisboa, [20--]. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>> . Acesso em: 5 out 2015.
- FRANCA. Conselho Municipal da Terceira Idade. **Minuta de Regimento Interno da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**. Franca, 2015 a.
- _____. Conselho Municipal da Terceira Idade. **Relatório final da i conferência municipal dos direitos da pessoa idosa de Franca – SP**. Franca, 2015 b.
- GOHN, M. G. **Conselhos e gestores e participação sociopolítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HADDAD, E. G. M. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993. (Questão da nossa época, v. 10).
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Canais**: cidades@: SP: Franca. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233H3>>. Acesso em: 6 out. 2015.

JUSTO, J. S.; ROZENDO, A. S.; CORREA, M. R. O idoso como protagonista social. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 21, n.48, p. 39-53, jul. 2010. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/6403_O+IDOSO+COMO+PROTAGONISTA+SOCIAL>. Acesso em: 6 out. 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio; Revisão Célia Neves. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e serviço social**: a potencialidade da prática profissional. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão popular, 2008. v. 2.

_____. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MERCADANTE, E. F. Velhice: a identidade estigmatizada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n.75, p. 55-74, set. 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.5)

NERI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **A Terceira Idade**, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7-24, out. 2005.

NÓBREGA, F. P. **Para ler Hegel**. Petrópolis: Vozes, 1974.

NOGUEIRA, M. A. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: AGGIO, A. (Org.). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

OMS. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília, DF: OPAS; 2005.

PAIVA, S. O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULA, J. **Terceira Idade**: consumo e direitos. Curitiba: Appris, 2014.

PAULO NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

PAZ, S. F. **A situação de conselhos e fóruns na defesa dos direitos dos idosos**. 2005. Disponível em: <<http://www.nuppess.uff.br/index.php/publicacoes/professor-serafin-fortes-paz>> .Acesso em: 5 out. 2015.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**: sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Nova Iorque, 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>. Acesso em: 20 ago 2015.

_____.; IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: perfil: Franca-SP. Brasília, DF, 2013. Disponível em:<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/franca_sp>. Acesso em: 20 out 2015.

PORTAL BRASIL. População idosa no Brasil cresce e diminui número de jovens, revela Censo. **Portal Brasil**, Brasília, DF, 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/04/populacao-idosa-no-brasil-cresce-e-diminui-numero-de-jovens-revela-censo>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SANTOS NETO, A. B. O discurso do envelhecimento da população como ideologia. **Argumentum**, Vitória, v.5, n.2, p. 216-234, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/5067/5074>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, J. A. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. M. I. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SINDIFRANCA. **Pólo Calçadista de Franca/SP**. Franca, 2015. Disponível em: <<http://www.sindifranca.org.br/setor-calcadista.html>>. Acesso em: 4 out. 2015.

SINGER, P. **Hegel**. Tradução Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2003.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, S. M. A delimitação de classe no processo de envelhecimento. In: ARAÚJO, L. F.; CARVALHO, C. M. R. G.; CARVALHO, V. A. M. L. (Org.). **As diversidades do envelhecer**: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: CRV, 2009.


_____. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**. [S.l.]: [2006]. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

VERAS, R. P. A longevidade da população: desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 75, p. 5-19, set. 2003.

ANEXOS

**ANEXO A - PUBLICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DO
MUNICÍPIO DE FRANCA- RESOLUÇÃO Nº06/2015**



CONSELHO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE – COMUTI
FRANCA – SP

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Publica as deliberações da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – 2015.

O Conselho Municipal da Terceira Idade de Franca – COMUTI, no uso de suas competências que lhe confere a Lei Municipal nº 6.293 de 24 de novembro de 2004.

RESOLVE

ARTIGO 1º - Publicar as deliberações anexas, referentes à I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca, realizada no dia 19 de junho de 2015, no Centro de Convivência do Idoso Lions Sobral, sito à Avenida Moacir Vieira Coelho, 3320 – Bairro Jardim Redentor – Franca- SP com o tema "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades".

ARTIGO 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCA/SP, 10 de Outubro de 2015.

Presidente do COMUTI

Av. Champagnat Nº1750 – Centro – Franca/SP- CEP 14400-320
Tel. (16) 3711-9318 FAX: (16) 3705-8907 Email: aconselhos@franca.sp.gov.br



**CONSELHO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE – COMUTI
FRANCA – SP**

**ANEXO
RESOLUÇÃO Nº06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2015.**

**PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL DA I CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE FRANCA - 2015**

Prioridades para o Município	
1	Construir um plano municipal dos direitos humanos da pessoa idosa, garantindo ações no âmbito de todas as políticas públicas dando continuidade nas ações existentes e implementando novas. Exemplo: CCI
2	Instalar tapetizador nos sidewalks, visando garantir a segurança do pedestre;
3	Garantir o funcionamento dos Centros de Convivência do Idoso;
4	Respeitar o Estatuto do Idoso dando oportunidade para que todos possam participar das atividades oferecidas nos CCIs e adequar o atendimento à realidade da cidade;
5	Criar mecanismos para os setores de Segurança e Transporte melhorarem sua qualidade de serviços, pois ainda há descuido, preconceito e ineficiência;
6	Projeto de promoção/diálogo quanto aos direitos da pessoa idosa que envolva a participação da sociedade, da pessoa idosa e das políticas públicas (saúde, educação, segurança, assistência social, dentre outras);
7	Implementação de projeto de educação e segurança no trânsito, promovida pelo poder público com envolvimento da pessoa idosa;
8	Alteração na Lei Municipal quanto à redução da idade de acesso ao transporte coletivo urbano gratuito a partir dos 60 anos;
9	Garantir a acessibilidade arquitetônica no município;



**CONSELHO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE - COMUTI
FRANCA - SP**

Prioridades para o Estado e União	
1	Garantir profissionais especializados em geriatria, suficientes para atender a demanda do município;
2	Propagar a cultura de respeito ao idoso nas escolas, através de todos os meios de comunicação (cartões, TV, redes sociais, etc.) garantindo o Art. 22, Capítulo I, previsto no Estatuto da Idosa, Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2001 e distribuição do mesmo;
3	Fazer gestão para que seja possível a doação ao Fundo do Idoso, nos meses de março e abril, assim como já ocorre com o Fundo de Criança e do Adolescente;
4	Promover campanhas de divulgação das doações do Imposto de Renda aos fundos municipais;
5	Criação do Centro de Referência do Idoso na cidade de Franca;
6	Ampliação dos serviços de atendimento ao idoso nos níveis de proteção básica e especial na política de Assistência Social (centro dia e atendimento a domicílio);
7	O Poder Público deve incentivar a participação do segmento idoso no COMUTI, nos órgãos representativos e nas políticas públicas;
8	Os órgãos públicos devem melhorar as informações e comunicações sobre os direitos sociais dos idosos, pois estas desconhecem os serviços existentes na comunidade francaza;
9	Oferecer um serviço de qualidade e prioritário ao idoso no setor de saúde;
10	Garantia de direitos de atendimento prioritário e encaminhamentos nas políticas públicas (saúde, assistência, educação, habitação e demais);
11	Criação de delegacia especializada para atendimento e encaminhamentos das situações de violação de direitos; Projeto de ampliação do número de PSF no município;
12	Projeto de ampliação do número de PSF no município;

ANEXO B- RESPOSTA DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA

Joice Sousa Costa

RES: Projeto de Pesquisa.cn

CONEP - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA

7 de outubro de 2015

<conep@saude.gov.br>

17:15

Para: Joice Sousa Costa

Prezada Joice,

Se não houver entrevistas com as pessoas, não há necessidade de ser submetida a Plataforma Brasil. No entanto, se os dados disponibilizados pelo relatório, identificarem as pessoas envolvidas, o projeto deverá ser submetido a Plataforma Brasil pois a pesquisa deverá garantir o sigilo e a confidencialidade dessas pessoas.

Atenciosamente,

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CNS/MS

Tel.: (61) 3315-5879

Fax.: (61) 3315-5878

- Para suas respostas utilize sempre o endereço de correio conep@saude.gov.br. Nunca responda para o correio conep.respostas@saude.gov.br, pois suas mensagens serão redirecionadas e excluídas.

ANEXO C- CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito a(s) pesquisador (a) Joice Sousa Costa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus Franca-SP, vinculada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social pesquisa intitulada “Velhice, ideologia e crítica: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos nos espaços das conferências” sob orientação do(a) Professor(a) Dra. Nanci Soares

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, que compreendem em analisar as produções sociais que envolvem o processo de envelhecimento e velhice e sua influência na participação, protagonismo e empoderamento da pessoa idosa nos espaços das conferências. Sendo, necessário desvelar as produções sociais do processo de envelhecimento e velhice disseminados no cotidiano, para que se compreenda as possibilidades de participação social, protagonismo e empoderamento da pessoa idosa a partir das mudanças das imagens sociais, para tanto discutiremos criticamente o papel político conferências, nos atentando para a análise da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Franca. O método eleito é o materialismo-histórico dialético. A pesquisa é do tipo documental, contando com as dimensões bibliográficas, documental, pois busca a análise do regimento interno e do relatório final da I Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca. A abordagem é qualitativa. A análise dos dados apreendidos dar-se-á por meio da análise de conteúdo

Assim, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Franca, 30 de outubro de 2015

Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

ANEXO D- MINUTA DE REGIMENTO INTERNO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE FRANCA

CAPÍTULO I

Da Convocação e Do Temário

Artigo 1º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP, convocada pela Presidente do Conselho Municipal da Terceira Idade - COMUTI, através da Resolução nº 003 de 22/05/2015, será realizada em **19/06/2015**, à Avenida Moacir Vieira Coelho, 3320 –Jardim Redentor, obedecendo aos ditames da Deliberação 005 de 12/02/2015.

Artigo 2º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP terá como tema **“Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades”**

CAPÍTULO II

Dos Objetivos e Definições

Artigo 3º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP será presidida pela Presidente do COMUTI – Conselho Municipal da Terceira Idade.

Artigo 4º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação das políticas públicas e privadas que visam garantir os direitos dos idosos e a definição de diretrizes para o aprimoramento das mesmas, visando o bem-estar integral destes cidadãos.

Artigo 5º - São objetivos desta Conferência:

§1º - O objetivo geral é de propiciar a reflexão e a discussão sobre o protagonismo e o empoderamento e as consequências nas transformações sociais, como estratégia na garantia dos direitos da pessoa idosa.

§2º - São objetivos específicos desta Conferência

- a) Esclarecer e difundir o aspecto conceitual, estratégico, político e operacional na execução das ações da política social para a pessoa idosa, assim como do protagonismo e do empoderamento.
- b) Identificar as ações, entidades e/ou organizações envolvidas com a promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, de forma a garantir a construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos.
- c) Avaliar a efetividade das ações em execução.

- d) Propor prioridades de atuação aos órgãos governamentais nos diferentes níveis de gestão, responsáveis pela implementação da Política da Pessoa Idosa.
- e) Estimular a implantação de mecanismos e instrumentos de gestão, que garantam a participação e organização social das pessoas idosas.
- f) Discutir e apontar formas de captação de recursos para financiamento das ações intersetoriais.
- g) Envidar esforços no sentido de incluir a pessoa idosa na agenda e na pauta política.

Artigo 6º - Deverão ser consideradas as seguintes definições nesta Conferência:

1. **Questão de Ordem** – quando um Delegado da Conferência tem alguma dúvida sobre a interpretação ou desrespeito ao Regimento Interno, ele pode apresentar ao Presidente/Coordenador da Sessão uma “questão de ordem”. Quando alguém fala “Questão de Ordem”, imediatamente os trabalhos são interrompidos e a pessoa que solicitou a questão fica com a palavra e tem a oportunidade de expor seu ponto de vista.
2. **Questão de Esclarecimento** – quando um Delegado da Conferência não compreende um determinado ponto da proposta que está sendo apresentada ou tem alguma dúvida sobre o encaminhamento da mesa, ele pode apresentar ao Presidente/Coordenador da Sessão uma “questão de esclarecimento”. A questão de esclarecimento não pode estar relacionada ao descumprimento do Regimento Interno (podendo ser solicitada inclusive durante a apreciação da minuta).
3. **Destaque** – quando uma proposta é apresentada no grupo ou na plenária, antes de sua aprovação, caso o delegado não concorde com os termos ou tenha uma sugestão para melhorar o texto, ele pode solicitar um destaque, apresentando um nova redação.
4. **Moções** – na plenária final, além das propostas trazidas dos grupos, também são apreciadas as moções. As moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação. As moções dizem respeito a assuntos não tratados na Conferência. Para que uma moção seja aprovada, é necessário um número mínimo de assinaturas, correspondente a 10% dos participantes, exigido neste Regimento Interno. Após conferir o número mínimo de assinaturas exigido, a coordenação da Mesa da Plenária Final coloca a moção em votação. As moções somente são apreciadas e votadas, após o término da votação das propostas dos grupos de trabalho. Após aprovada, cada moção deverá ser encaminhada à instância devida.

CAPÍTULO III

Da Organização e Programação

Artigo 7º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP contará com a Comissão Organizadora Municipal, que terá as seguintes atribuições:

- a) Promover a realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do município de Franca atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
- b) Orientar o processo de organização da Conferência, com base no tema central e nos eixos temáticos, bem como elaborar os documentos técnicos que subsidiarão os debates nos grupos de trabalho;
- c) Aprovar critérios e modalidades de participação dos representantes do município na Conferência Municipal, bem como, o local de sua realização;
- d) Elaborar e aprovar a programação da Conferência Municipal e a sua divulgação;

- e) Coordenar e organizar os grupos de trabalho, definindo os coordenadores, facilitadores e convidados de cada grupo;
- f) Dar suporte técnico à Conferência Municipal;
- g) Propor o programa de debate/avaliação de acordo com os eixos temáticos;
- h) Oferecer subsídios à elaboração do Regimento Interno da Conferência Municipal;
- i) Promover a divulgação da Conferência Municipal;
- j) Orientar os trabalhos de secretaria da Conferência Municipal;
- k) Coordenar as atividades de apoio logístico e administrativo para a realização da Conferência Municipal;
- l) Coordenar a inscrição e credenciamento dos participantes;
- m) Elaborar o Relatório Final da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP , para ser encaminhado ao Grupo de Trabalho de Relatoria da XIVª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

Artigo 8º - A Comissão Organizadora da Conferência terá como membros:

Coordenador-Geral

Secretária-Executiva:

Relator Geral:

Tesoureiro:

Secretário de Credenciamento:

Auxiliares:

Secretaria de Comunicação e Divulgação:

Apoio de Informática:

Artigo 9º - A Conferência será organizada em (04) quatro eixos temáticos:

- 1 – Gestão (Programas, Projetos, Ações e Serviços)
- 2 – Financiamento (Fundos da Pessoa Idosa e orçamento Público)
- 3 – Participação (Política e de Controle Social)
- 4 – Sistema de Garantia de Direitos Humanos

Artigo 10º - A Secretaria de Ação Social, assim como o COMUTI, deverão prover os recursos humanos, financeiros e materiais, de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos da Comissão Organizadora e a realização da Conferência.

Artigo 11º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP contará com um momento de Abertura, Leitura e Aprovação do Regimento Interno, Palestra, Grupos Temáticos, Debates, Plenária Final, Eleição de Delegados e Encerramento.

Artigo 12º - A 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP seguirá a programação abaixo especificada:

- **Dia 19 de junho de 2015**

7h30-8h30 **Inscrição e credenciamento dos participantes**
Café Cultural

8h30-9h30 **Composição da mesa**

- Abertura**
Palestra
- 9h30-10h10** Leitura, votação e aprovação do Regimento Interno
- 10h10 – 10h20** Intervalo e direcionamento para as salas
- 10h20 – 11h30** Discussão dos grupos nos eixos temáticos
- 11h30 – 12h30** Almoço (Apresentação Cultural)
- 13h00 – 14h30** Plenária e votação das Propostas
- 14h30 – 14h45** Leitura das moções
- 14h45 – 15h30** Eleição dos Delegados e encerramento

CAPÍTULO IV **Dos Participantes**

Artigo 13º - São participantes da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca – SP, representantes da sociedade civil e do setor público no município.

§ 1º Os representantes da sociedade civil incluem pessoas idosas, lideranças comunitárias, conselheiros de Conselhos Municipais e Comissões Regionais do Idoso, movimentos e organizações não governamentais que prestam atendimento e/ou atuam na defesa de direitos da pessoa idosa, em instituições privadas de ensino superior, que atuam com a política do envelhecimento, entre outros.

§ 2º O setor público inclui representantes que participam em Conselhos Municipais e Comissões Regionais do Idoso, agentes públicos do executivo, instituições públicas de ensino superior que atuam com a política do envelhecimento, entre outros.

Artigo 14º - Todos os participantes da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca -SP terão direito a voz e voto, podendo manifestar-se verbalmente ou por escrito durante o período de debates, através de comentários ou perguntas pertinentes ao tema.

Artigo 15º - O credenciamento dos participantes da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca –SP se dará no próprio local da realização da Conferência das 7h 30' às 8h 30'.

CAPÍTULO V **Do funcionamento da Conferência**

Artigo 16º - São instâncias deliberativas na Conferência:

1. Plenária de Abertura
2. Grupos de Trabalho
3. Plenária Final

Artigo 17º – Cada grupo de trabalho contará com um coordenador e um relator indicados pela Comissão organizadora.

§ 1º - Os Coordenadores terão como atribuição propor as questões a serem discutidas pelo grupo, de acordo com o eixo previamente estabelecido; reorientar as discussões, especialmente quando estiverem se distanciando do foco; controlar a ordem de manifestação dos integrantes, assim como o tempo estabelecido para cada um; observar o tempo total da discussão; assinar juntamente com o relator e o facilitador o relatório final do grupo;

§ 3º- Os Relatores terão a função de fazer o registro das discussões do grupo. Ao término do trabalho, deverão apresentar os resultados para aprovação do grupo e, em seguida, proceder ao preenchimento do relatório, entregando-o ao Relator Geral.

§ 4º- Cada grupo deverá apresentar 01 (um) relatório contendo as 03 (três) deliberações prioritizadas.

§ 5º- O tempo de intervenção verbal de cada membro do grupo será de até 02 (dois) minutos.

Artigo 18º - A plenária final será conduzida por uma mesa mediadora composta por 01 (um) mediador, 01 (um) relator e 01 (um) digitador indicados pela Comissão Organizadora;

CAPÍTULO VI

Da Eleição de Delegados para a Conferência Estadual

Artigo 19º - Os participantes deverão eleger Delegados para a Conferência Regional, com 02 representantes da sociedade civil, e 01 do poder público.

Artigo 20º - Os participantes da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca –SP que desejarem ser delegados para as etapas, regional e estadual, devem se submeter ao processo eleitoral definido neste Regimento

§ 1º - Na composição dos delegados titulares e suplentes para participarem da XIVª Conferência Estadual deverá ser priorizada a presença de delegados representantes da sociedade civil com idade igual ou superior a 60 anos.

§ 2º. Os suplentes dos delegados municipais titulares eleitos, corresponderão aos candidatos que obtiverem menor número de votos. a 50% (cinquenta por cento) do número de vagas de delegados do segmento do setor público e do segmento da sociedade civil.

§ 3º. Somente poderão se candidatar à representação de delegado estadual na XIV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa os delegados presentes na plenária da etapa Municipal, não sendo admitido eleger pessoas ausentes.

Artigo 21º – A escolha dos delegados municipais titulares e suplentes para participação na XIV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, será efetuada por categoria de setor da sociedade civil e setor público.

Artigo 22º – Os delegados municipais eleitos para participar da XIV Conferência Estadual, representando o poder público, deverão ter suas despesas de hospedagem e alimentação custeadas por seus órgãos de representação.

Artigo 23º – Os delegados municipais eleitos para participar como delegados da Conferência Estadual, representando o setor da sociedade civil, terão suas despesas de alimentação e hospedagem custeadas pelo Estado.

Artigo 24º - As Comissões Organizadoras Municipais serão responsáveis pela articulação com os órgãos públicos, Associações de Municípios e outros parceiros pelo transporte para deslocamento dos delegados municipais à XIV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

CAPÍTULO VII **Dos Recursos Financeiros**

Artigo 25 º - As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, serão por conta da Secretaria Municipal de Ação Social em parceria com o CCI Lions Sobral.

CAPÍTULO VIII **Das Disposições Finais**

Artigo 26 º - Serão aceitas propostas de moções, que deverão ser encaminhadas por escrito (conforme modelo retirado junto à comissão) à mesa diretora da 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, especificando-se os propositores e os destinatários das mesmas, assinados por 10% (dez por cento) dos delegados, se forem entregues até o início da plenária final ou em até 4 (quatro) horas antes do término previsto para o evento.

Artigo 27 º - Serão fornecidos certificados a todos os participantes de acordo com sua categoria.

Artigo 28 º - Os casos omissos neste Regimento Interno serão solucionados pela Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cabendo recursos à Plenária.

Artigo 29 º - Este Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação pela Plenária da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

**ANEXO E - REGISTRO DO RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE FRANCA – 2015.**

Registro do Relatório Final da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca - 2015

Informações Gerais da Conferência Municipal

1. Nome do Município/UF	Franca/São Paulo
2. Identificação da Conferência	I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Franca
3. Datas de realização	19 de Junho de 2015
4. Local de Realização	Centro de Convivência do Idoso Lions Sobral – Av. Moacir Vieira Coelho, 3320 – Jardim Redentor – Franca - SP
5. Porte do Município	Grande porte
6. Número de Participantes	333 Participantes

Quantidade de Delegados por categoria

DATA	Sociedade Civil			Governamentais
	Usuários	Trabalhadores	Entidades	
19/06	274	15	14	30

Quais e quantos eventos de mobilização antecederam a Conferência Municipal?

Número	Tipos de Eventos de Mobilização
250	Convites online
100	Convites por mala direta
01	Reunião com os trabalhadores da rede socioassistencial dos serviços direcionados para os idosos no município, no dia 29/05/2015, na Secretaria de Ação Social do município.
05	Encontros com usuários, nas respectivas instituições executoras de serviços voltados para idosos, objetivando orientá-los sobre a temática da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no período de 08 à 18/06/15.
01	Publicação de matéria pela Assessoria de Comunicação do Município e disponibilizada para a mídia local.
500	Distribuição de folders aos usuários atendidos pelas Entidades de atendimento às Pessoas Idosas do Município.
03	Gravação de matéria para as Emissoras de rádio local.
01	Publicação de resolução convocando a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no Diário Oficial do Município.

Ato de Convocação

Resolução nº 003 de 22/05/2015 do COMUTI – Conselho Municipal da Terceira Idade de Franca – SP, publicada no Diário Oficial do Município em 17/06/2015.

Programação da Conferência

19 de Junho

Horário: das 7:30 às 15:30 horas

7h30 – 8h30: Credenciamento e Café Cultural

8h30 – 9h30: Composição da Mesa/Abertura/Palestra com a Gerontóloga Mariana Sandrin da USP – Universidade de São Paulo

9h30 – 10h10: Leitura e Aprovação do Regimento Interno

10h10 – 10h20: Intervalo

10h20 – 11h30: Discussão dos Grupos Temáticos

11h30 – 12h30: Almoço

12h30 – 13h00: Apresentação Cultural

13h00 – 14h30: Plenária para aprovação das propostas dos Grupos Temáticos

14h30 – 14h45 – Leitura das Moções

14h45 – 15h30: Eleição dos Delegados e Encerramento

Registro do Resultado dos Grupos de Trabalho

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e a União
GRUPO I GESTÃO	Construir um plano municipal dos direitos humanos da pessoa idosa, garantindo ações no âmbito de todas as políticas públicas dando continuidade nas ações existentes e implementando novas. Exemplo: CCI;	Garantir profissionais especializados em geriatria, suficientes para atender a demanda do município.
	Instalar temporizador nos sinaleiros, visando garantir a segurança do pedestre.	Propagar a cultura de respeito ao idoso nas escolas, através de todos os meios de comunicação (cartilha, TV, redes sociais, etc.) garantindo o Art. 22, Capítulo 5, previsto no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003 e distribuição do mesmo.
GRUPO II FINANCIAMENTO	Garantir o funcionamento dos Centros de Convivência do Idoso.	Fazer gestão para que seja possível a doação ao Fundo do Idoso, nos meses de março e abril, assim como já ocorre com o Fundo da Criança e do Adolescente.
		Promover campanhas de divulgação das doações do Imposto de Renda aos fundos municipais;
		Criação do Centro de Referência do Idoso na cidade de Franca.
		Ampliação dos serviços de atendimento ao idoso nos níveis de proteção básica e especial na política de Assistência Social (centro dia e atendimento a domicílio).

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e a União
GRUPO III PARTICIPAÇÃO	Respeitar o Estatuto do Idoso dando oportunidade para que todos possam participar das atividades oferecidas nos CCIs e adequar o reordenamento à realidade da cidade.	O Poder Público deve incentivar a participação do segmento idoso no COMUTI, nos órgãos representativos e nas políticas públicas
	Criar mecanismos para os setores de Segurança e Transporte melhorarem sua qualidade de serviços, pois ainda há desrespeito, preconceito e ineficiência.	Os órgãos públicos devem melhorar as informações e comunicações sobre os direitos sociais dos idosos, pois estes desconhecem os serviços existentes na comunidade francana.
		Oferecer um serviço de qualidade e prioritário ao idoso no setor de saúde.
GRUPO IV SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS	Projeto de promoção\discussão quanto aos direitos da pessoa idosa que envolva a participação da sociedade, da pessoa idosa e das políticas públicas (saúde, educação, segurança, assistência social, dentre outros).	Garantia de direitos de atendimento prioritário e encaminhamentos nas políticas públicas (saúde, assistência, educação, habitação e demais).
	Implementação de projeto de educação e segurança no trânsito, promovido pelo poder público com envolvimento da pessoa idosa.	Criação de delegacia especializada para atendimento e encaminhamentos das situações de violação de direitos.
	Alteração na Lei Municipal quanto à redução da idade de acesso ao transporte coletivo urbano gratuito a partir dos 60 anos.	Projeto de ampliação do número de PSF no município.
	Garantir a acessibilidade arquitetônica no município.	

Registro das Deliberações da Plenária da Pré-Conferência

Prioridades para o Município	
1	Construir um plano municipal dos direitos humanos da pessoa idosa, garantindo ações no âmbito de todas as políticas públicas dando continuidade nas ações existentes e implementando novas. Exemplo: CCI
2	Instalar temporizador nos sinaleiros, visando garantir a segurança do pedestre;
3	Garantir o funcionamento dos Centros de Convivência do Idoso;
4	Respeitar o Estatuto do Idoso dando oportunidade para que todos possam participar das atividades oferecidas nos CCIs e adequar o reordenamento à realidade da cidade;
5	Criar mecanismos para os setores de Segurança e Transporte melhorarem sua qualidade de serviços, pois ainda há desrespeito, preconceito e ineficiência;
6	Projeto de promoção\discussão quanto aos direitos da pessoa idosa que envolva a participação da sociedade, da pessoa idosa e das políticas públicas (saúde, educação, segurança, assistência social, dentre outros);
7	Implementação de projeto de educação e segurança no trânsito, promovido pelo poder público com envolvimento da pessoa idosa;
8	Alteração na Lei Municipal quanto à redução da idade de acesso ao transporte coletivo urbano gratuito a partir dos 60 anos;
9	Garantir a acessibilidade arquitetônica no município;

Avaliação da Conferência

Prioridades para o Estado e União	
1	Garantir profissionais especializados em geriatria, suficientes para atender a demanda do município;
2	Propagar a cultura de respeito ao idoso nas escolas, através de todos os meios de comunicação (cartilha, TV, redes sociais, etc.) garantindo o Art. 22, Capítulo 5, previsto no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003 e distribuição do mesmo.
3	Fazer gestão para que seja possível a doação ao Fundo do Idoso, nos meses de março e abril, assim como já ocorre com o Fundo da Criança e do Adolescente;
4	Promover campanhas de divulgação das doações do Imposto de Renda aos fundos municipais;
5	Criação do Centro de Referência do Idoso na cidade de Franca;
6	Ampliação dos serviços de atendimento ao idoso nos níveis de proteção básica e especial na política de Assistência Social (centro dia e atendimento a domicílio).
7	O Poder Público deve incentivar a participação do segmento idoso no COMUTI, nos órgãos representativos e nas políticas públicas;
8	Os órgãos públicos devem melhorar as informações e comunicações sobre os direitos sociais dos idosos, pois estes desconhecem os serviços existentes na comunidade francana;
9	Oferecer um serviço de qualidade e prioritário ao idoso no setor de saúde;
10	Garantia de direitos de atendimento prioritário e encaminhamentos nas políticas públicas (saúde, assistência, educação, habitação e demais);
11	Criação de delegacia especializada para atendimento e encaminhamentos das situações de violação de direitos; Projeto de ampliação do número de PSF no município;
12	Projeto de ampliação do número de PSF no município;

Processo Avaliativo

- No processo avaliativo foram utilizados instrumentais individuais e específicos de avaliação dos participantes e conselheiros que propiciaram a avaliação da organização, condução dos trabalhos, programação e infraestrutura da Conferência Municipal.

Na Conferência Municipal o instrumental ficou disponibilizado nas pastas entregues aos participantes no momento do credenciamento da Conferência e deveria ser entregue ao final da Conferência. Essa orientação deveria ser realizada pelos coordenadores dos grupos e lembrada pelo Coordenador da Plenária Final. A comissão organizadora observou que neste formato foram entregues um número menor de avaliações, considerando a quantidade de participantes e esvaziamento no intervalo do almoço.

- Com relação à avaliação dos conselheiros ela foi realizada de forma coletiva pelos conselheiros em reunião ampliada com a participação dos usuários idosos, com posterior apresentação dos resultados em reunião ordinária do COMUTI, posterior à realização da Conferência Municipal.

Em linhas gerais observou-se que os instrumentais garantiram a qualificação nas avaliações e facilitaram, inclusive, a análise da Comissão, com a apresentação de sugestões que contribuirão para a organização dos próximos eventos.

Avaliação pelos Participantes	Ótimo	Bom	Ruim	S/R	Total
Data	110	24	0	15	149
Horário	113	31	01	04	149
Local	129	16	0	04	149
Recepção	124	21	0	04	149
Temas	101	43	0	05	149
Divulgação	80	50	11	08	149
Duração	87	50	03	09	149
Organização Geral	104	38	01	06	149

Sugestões:

1. Mais tempo para entretenimento e esclarecimento .
2. Um AME somente para os idosos, o atendimento a eles é precário.
3. Realizar pré-inscrição para que todo material e almoço sejam distribuídos por igual. Além de facilitar a divisão dos eixos, usar letras grandes, etc... (02)
4. Não houve palestra, foi apenas uma fala irrelevante. (04)
5. O barulho dificultou a discussão dos temas, e também foi ruim ter três grupos no mesmo local. (04)
6. Precisava melhorar o som. (03)
7. Mais música e mais dança. (02)

8. Incluir temas nutricionais relacionados aos idosos, e usar um local maior.
9. Ampliar o tempo para discussões e eleições. (03)
10. Deveria ter sido priorizado apenas os assuntos relacionados aos idosos.
11. Não deveria ter sido realizado em uma Sexta-Feira.
12. O Regimento Interno a ser votado deve ser oferecido para cada um dos participantes, para uma melhor compreensão e oportunidade maior para partilhar e votar.
13. Usar mais multimídias.
14. Os grupos foram numerosos e mal instalados e de difícil discussão. (02)
15. Que todas as propostas que foram feitas na conferência, não fiquem apenas no “papel”. (03)
16. Que as reuniões sejam mensais.
17. Que a divulgação seja melhor, para abranger um número maior de idosos. (02)
18. Que as Conferências aconteçam duas vezes por ano. (03)
19. Que tenham mais CCl's.
20. Melhoria no transporte público. (04)
21. As empresas destinem fundos para os CCl's. (02)
22. Melhorar atendimento do SUS.
23. Divulgação com mais antecedência.
24. Ampliação de atividades para lazer, sem discriminar condições físicas. (13)
25. Mais cadeiras. (06)
26. Almoço deveria ter sido mais organizado, tornando-o mais rápido.
27. Melhores esclarecimentos sobre os direitos dos idosos.

Avaliação pelos Conselheiros Municipais		
Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Encaminhamentos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A experiência da I Conferência foi válida e positiva; ✓ Presença de um número significativo de participantes = 333, sendo: 274 usuários, 29* Trabalhadores (14 entidades) e 30 Governo. ✓ A coordenação e assessoria técnica da SEDAS foi importante para garantir o processo; ✓ Houve ampla divulgação: Facebook, site, jornal, rádio e várias entrevistas. ✓ O envolvimento foi total da equipe do CCI Lions Sobral; ✓ Houve total envolvimento dos CCIs; ✓ As Pré-Conferências dos CCIs contribuíram para a participação qualificada dos usuários; ✓ As apresentações culturais foram ótimas. ✓ A palestra de abertura foi Informal, objetiva e com linguagem acessível; ✓ O processo foi totalmente acolhedor; ✓ Ter sido realizado em um espaço reconhecido pelos Idosos. ✓ A acessibilidade física foi garantida; ✓ A linguagem foi acessível; ✓ A importância do fornecimento do almoço aos usuários; ✓ As mesas em forma de meia-lua favoreceram a participação na palestra de abertura; ✓ Houve presença de pessoas dos centros comunitários ou sozinhas; ✓ O horário e tempo da Conferência foram apropriados; ✓ A participação dos Idosos manteve- se até o final; ✓ O CCI Leste e Centro avaliaram que a experiência e os resultados foram ótimos; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgar mais cedo o evento; ✓ No credenciamento houve momentos de estrangulamento. Antecipar pelo site e os CCIs fazerem antecipadamente; ✓ O barulho dos outros grupos dificultou a discussão e o entendimento; ✓ Ausência de microfones para os grupos; ✓ O espaço para o café foi pequeno; ✓ Os estudantes reclamaram a ausência de refeição para eles; ✓ Tempo longo de espera e no Sol, na fila para refeição; ✓ Uma árvore na calçada atrapalhou a acessibilidade; ✓ Ausência dos Idosos na reunião de avaliação da Conferência 	<p>1- O COMUTI realizar discussão das prioridades, em reunião ordinária;</p> <p>2- O COMUTI dar continuidade e direcionamento das prioridades;</p> <p>3- <u>Enviar as Prioridades para:</u></p> <p><u>Estado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Drads; ✓ CEI / SP. <p><u>Prefeitura Municipal de Franca</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS; ✓ Conselho Municipal de Educação - CME; ✓ Diretoria Regional de Ensino - DRE; ✓ Habitação. ✓ Secretaria M de Educação; ✓ Secretaria M de Saúde – P/ Debora; ✓ Secretaria M de Segurança e Cidadania; ✓ Secretaria M de Ação Social; ✓ Setor de Comunicação da PMF

Data: 20/10/2015

Assinatura dos responsáveis pelo preenchimento deste Registro:

Secretária Executiva do COMUTI– Franca - SP

Assinatura do Conselho Municipal da Terceira Idade:

Presidente do COMUTI - Franca/SP
